



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Ana Luísa Albuquerque Pinto

Identidades culturais em reconfiguração:

O caso dos imigrantes romenos em Coimbra

Dissertação de Mestrado em Sociologia, apresentada à Faculdade de Economia da
Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Orientador: Professor Doutor Carlos André Brito Correia

Coimbra, setembro de 2014

Agradecimentos

A realização da dissertação de Mestrado aqui apresentada esteve longe de ser uma tarefa, exclusivamente, individual. É certo que foi essa a sua origem - um processo de reflexão individual que se desenvolveu e transformou num processo partilhado, requerendo o apoio indispensável de um conjunto de pessoas. Cabe-me, pois, o papel de agradecer a todos quantos colaboraram na execução deste trabalho e de forma particular,

- Ao Professor Doutor Carlos André Brito Correia, orientador da dissertação. Agradeço o cuidado, a disponibilidade constante e incansável, o rigor científico e a minúcia que imprimiu na orientação deste trabalho.

- Ao Centro de Acolhimento João Paulo II – Coimbra, cuja colaboração quer no esclarecimento de dúvidas, quer no apoio na constituição da amostra para este estudo se revelou essencial.

- A cada uma das pessoas que se disponibilizaram para ser entrevistadas. Agradeço o tempo, a partilha e as palavras que conferiram às páginas deste trabalho.

- Aos meus pais e ao meu irmão (assim, sem mais, por saber que falham as palavras quando se tenta agradecer o amor).

O tempo nevoento punha-o triste. «E se eu dormisse mais um pouco e esquecesse toda esta estupidez?» Mas isso era-lhe absolutamente impossível, pois estava acostumado a dormir para o lado direito, e a situação em que se achava impedia-o de virar-se para tal posição.

(Franz Kafka, *A metamorfose*)

Resumo

O trabalho que aqui se apresenta intenta compreender o modo como a identidade cultural é reconfigurada em contextos de imigração. Partindo de uma abordagem que encara os processos de globalização como agentes nas mudanças e nas adaptações que ocorrem na produção e na reprodução das culturas, assume-se que as migrações são um exemplo paradigmático das ações encetadas por tais processos. Ao ter em linha de conta que assistimos, atualmente, ao avolumar dos fluxos dos sujeitos, dos bens, das ideias e dos capitais, faz-se na dissertação um enquadramento das conceções teóricas das identidades culturais e das migrações e a sua aplicação a um contexto específico. Neste caso, recorrendo à metodologia de investigação qualitativa, analisam-se os processos de reconfiguração identitária de imigrantes, oriundos da Roménia, que residem em Coimbra. Estes, vulgarmente inseridos no grupo dos “imigrantes de leste”, acompanharam, de forma global, as mesmas tendências do grupo, ao nível da sua chegada ao país, das características demográficas, da integração no mercado de emprego. Analisamos, no entanto, os contornos específicos do que é “ser romeno”, em Portugal. Isto é, o modo como se reproduzem e como são reconfiguradas as suas matrizes culturais, a partir do estudo de dimensões como a língua, as práticas gastronómicas, as práticas religiosas, as celebrações e tradições comemoradas, as ligações à nacionalidade e ao país de origem, as representações e relações com o país de acolhimento.

Palavras-chave: identidade cultural; práticas culturais; reconfigurações; imigrantes romenos.

Abstract

The following thesis intends to understand how cultural identity is reconfigured in immigration contexts. From an approach that faces the processes of globalization as agents in the changes and adaptations which occur in the production and reproduction of cultures, it is assumed that migrations are a paradigmatic example of the actions created by such processes. Taking into account the current increment of movements of people, material goods, ideas and capitals, this thesis undertakes a framing of the theoretical conceptions of cultural identities and migrations and its application in a specific context. In this case, we use qualitative methodology to analyse the processes of identity reconfiguration in immigrants from Romania, living in Coimbra. Typically regarded as part of the “eastern immigrants” group, they followed the same tendencies of that group, in what concerns their arrival in the country, their demographic characteristics or their professional integration. However, we analyse, specifically, what it is “to be a Romanian”, in Portugal. That is, the way their cultural cores are reproduced and reconfigured, through the study of dimensions such as language, gastronomy, religious practices, celebrations and traditions, bonds towards their nationality and their country of origin, representations and relationships established with Portugal and its citizens.

Key words: cultural identity; cultural practices; reconfigurations; Romanian immigrants.

Lista de siglas e abreviaturas

ABC – American Broadcasting Company

ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

ACIME – Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas

AXN – Action Network

MIPEX - Migrant Integration Policy Index

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação

TVI – Televisão Independente

UE – União Europeia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Sumário

Introdução	1
1. Identidades culturais e migrações	4
1.1. As identidades culturais	4
1.2. As identidades culturais num mundo de fluxos globais	8
1.3. Migrações, cultura e processos de globalização	12
2. A imigração do Leste da Europa em Portugal	19
2.1. Portugal como contexto de acolhimento da imigração do Leste da Europa	19
2.2. Os cidadãos do Leste Europeu em Portugal	24
2.2.1. Características sociodemográficas	24
2.2.2. Características culturais	25
2.3. A imigração Romena em Portugal	28
2.3.1. Período 2000-2006	32
2.3.2. Período 2007-2011	34
3. Breves notas metodológicas	38
3.1. Procedimentos adotados	38
3.2. A análise dos dados	41
4. Ser Romeno em Portugal – percursos da identidade cultural	43
4.1. Da Roménia para Portugal – trajetórias de vida	43
4.2. Nas encruzilhadas das línguas (romena e portuguesa)	55
4.3. Reconfigurações do quotidiano e das suas práticas	61
4.3.1. As práticas gastronómicas no país de acolhimento	62

4.3.2. A ocupação dos tempos livres em Portugal	66
4.3.3. Viver festas e tradições em Portugal	68
4.4. A reterritorialização das práticas religiosas	70
4.5. Roménia e Portugal – que papel na vida dos imigrantes?	75
4.5.1. Roménia – laços que (ainda) prendem	75
4.5.2. Encontros e desencontros com Portugal e com os portugueses	82
Conclusão	89
Referências bibliográficas	93
Apêndices	105

Introdução

No âmbito do Mestrado em Sociologia, ministrado pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, apresentamos a nossa dissertação, subordinada ao tema das identidades culturais, em contextos de imigração, e cujo título é *Identidades culturais em reconfiguração: o caso dos imigrantes romenos em Coimbra*.

Tendo em consideração que os processos de globalização acarretam mudanças nas sociedades, bem como na produção e reprodução das suas culturas, e pensando a imigração como uma das faces mais visíveis, suscitadas por tais processos, pretendemos, com este nosso trabalho, compreender de que modo a vivência de experiências de imigração produz alterações e/ou reconfigurações na matriz identitária dos sujeitos que a experimentam. Com este propósito, apresentamos uma pesquisa metodológica qualitativa, com um grupo de imigrantes de um contexto geográfico determinado, para estudar o fenómeno.

Sucintamente, esta opção temática prende-se com duas razões, que se complementam entre si. Por um lado, a nossa área de formação, ao nível da licenciatura – Serviço Social –, enquanto catalisadora de uma breve experiência profissional que nos permitiu um contacto direto com cidadãos imigrantes, originários dos diferentes continentes. Por outro, o nosso interesse pelo tema, reforçado pelo contacto que, então, tivemos com histórias pessoais, reais; com testemunhos representativos da plasticidade das identidades, das múltiplas formas como elas se produzem e reproduzem, quando os indivíduos se encontram imigrados num país, numa sociedade, muitas vezes plural, mas sempre distinta daquela em que eles nasceram e na qual viveram uma parte das suas vidas.

Estas migrações, um fenómeno em crescimento, acompanham e provocam um aumento na diversidade de fluxos de bens, serviços, capitais e ideias a uma escala planetária (Padilla e Azevedo, 2012), implicando modificações no modo como são perspetivadas as identidades, quer ao nível micro, quer ao nível macrossocial. De acordo com Hall (2003), os processos de globalização produzem, pois, uma

intensificação no contacto com o outro e com aspetos culturais diversificados (e, por vezes, polarizados - o que, pelo lado negativo, se traduz no incremento de posições xenófobas e nacionalistas). Estes deixam a descoberto um campo de questões com interesse e pertinência para a Sociologia atual, na qual os investigadores não

ignoram mais o caráter múltiplo do indivíduo e frequentemente atribuem o caráter compósito da sua identidade à estrutura das sociedades modernas, que impõem que vivamos de vários modos e que atravessemos cenas sociais heterogêneas” (Fabiani, 2002: 49-50).

Assim, ainda que a desfavorável conjuntura atual, vivida por Portugal, tenha resultado numa diminuição na chegada de imigrantes ao país e num claro aumento no número de portugueses que saem, os fenómenos de imigração continuam a persistir e enquadram-se nas tendências globais supracitadas, pautadas pela intensificação de conexões e confrontos entre o “eu” e o “outro”, em espaços, cada vez mais globais e desterritorializados, onde a homogeneidade e a diferença se jogam, desequilibradamente, nas práticas, no imaginário, nos consumos e nos discursos que caracterizam o quotidiano dos indivíduos e dos grupos.

Perante um tema tão vasto, tivemos necessidade de afunilar o campo de investigação. Neste sentido, optámos por analisar, apenas, as experiências vividas pelos imigrantes provenientes da Roménia, país situado no sudeste europeu. Em termos quantitativos, trata-se do segundo país da Europa e do primeiro da União Europeia com o maior número de cidadãos habitantes em Portugal, o que faz da nacionalidade romena a quarta mais representada no país (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2014). Frequentemente, os imigrantes romenos assomam como um dos grupos englobados na expressão genérica “imigrantes de leste”, devido à história do país e à sua localização geográfica. Neste trabalho, partiremos desta assunção para contextualizar as suas experiências, em Portugal, mas pretendemos, também, destrinchá-los dela, conferindo-lhes uma identidade e um espaço próprios. Para isso, partimos da seguinte questão: *Como é reconfigurada a identidade cultural dos imigrantes romenos, em Portugal?* De forma a responder-lhe, foram estipulados três objetivos, sobre os quais assenta a orientação da nossa pesquisa: compreender como é que se reproduz a identidade cultural dos imigrantes romenos, em Portugal – ou seja, o que é “ser romeno”, em Portugal; constatar quais são as influências das “mediapaisagens” e das “ideopaisagens”, num processo, intrinsecamente, ligado às

“etnopaisagens” (conceitos de Appadurai, 2004, que serão expostos no capítulo I); averiguar quais as manifestações/práticas culturais dos imigrantes que são reconfiguradas pela experiência de imigração, em Portugal, e por que motivos o são.

Relativamente à estrutura, este trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro, intitulado *Identities culturais e migrações*, serão tratados, teoricamente, os conceitos que dão o nome ao capítulo, assim como as relações que, segundo a literatura, podem ser estabelecidas entre ambos. Tendo optado pela experiência dos imigrantes romenos em Coimbra, no segundo capítulo, *A imigração do leste da Europa em Portugal*, analisaremos a situação de Portugal, como país de acolhimento de imigrantes. Em particular, será dada ênfase à imigração de cidadãos dos países do leste europeu, no qual, como mencionámos, se insere a Roménia. Ainda, neste capítulo, teremos em consideração os dados globais, apontados pela literatura, relativos à imigração romena, em Portugal, até ao presente. O terceiro capítulo diz respeito à apresentação de *Breves notas metodológicas* que orientaram a pesquisa e para tal, elencamos, de forma detalhada, os objetivos da dissertação, os procedimentos adotados para a concretizar e o modelo de análise de dados que foi utilizado. No quarto, *Ser Romeno em Portugal: percursos da identidade cultural*, procedemos à análise dos dados recolhidos empiricamente e subdividimo-lo em cinco secções distintas que versam sobre as trajetórias de vida dos imigrantes entrevistados, o uso da(s) língua(s), das tradições e festividades, da religião e das relações com o país de origem e com o país recetor, como vetores relevantes no estudo das identidades culturais.

Assim, como veremos, a construção desta dissertação fez-se procurando obter uma análise sociológica do fenómeno em estudo, que conjuga um olhar teórico e uma pesquisa empírica das experiências de uma amostra, composta por imigrantes romenos, residentes em Coimbra. Reconhecendo as suas limitações, ao nível da dimensão reduzida da dita amostra, cremos, contudo, que este trabalho se constitui, como um ponto de partida para que, no futuro, a sua temática possa ser explorada com mais detalhe e precisão, orientada pelos indicadores que aqui serão apresentados.

1. Identidades culturais e migrações

1.1. As identidades culturais

Do ponto de vista da etimologia da palavra, o substantivo “identidade” reporta-nos para o vocábulo latino “*identitátis*” e, em termos semânticos, refere-se ao “conjunto de características próprias de alguma coisa que permitem não a confundir com outra” (Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, 2001: 2019). No entanto, sendo um termo aplicado em diversos domínios do conhecimento humano - tais como a filosofia, a psicologia, a antropologia, a pedagogia, a matemática, o direito e a sociologia – tornou-se num conceito polissêmico, inclusivamente, dentro de cada uma das áreas que o analisa.

No âmbito da sociologia, o conceito de identidade tem sido tratado por vários autores, com abordagens distintas, ao longo da história da disciplina, sem que se encontre um quadro concetual unívoco ou consensual (Saint-Maurice, 1997). Partindo deste enfoque, tenhamos em consideração a definição de Hargreaves (1995, *apud* Sardinha, 2009: 50-51): a identidade corresponde “ao padrão de significados e valores a partir dos quais uma pessoa estrutura a sua vida, envolvendo um processo dinâmico e não uma condição imutável”¹.

Na abordagem de Maria Manuela Ferreira Mendes (2010), devemos falar no conceito de identidade no plural, uma vez que este comporta múltiplas dimensões e, em simultâneo, uma estrutura relativamente contínua. Isto é, sem renunciar à plasticidade do conceito que é descrita por diversos autores, como veremos, adiante, a investigadora enfatiza que as identidades apresentam um núcleo “mais ou menos coerente e funcional” (Mendes, 2010: 67) que permite aos sujeitos terem consciência de si, para além do momento presente.

Manuel Castells (1999) salienta dois vetores importantes na análise do conceito: por um lado, a dialética entre o individual e o coletivo; por outro, o seu carácter contextual. De acordo com este autor, os dois vetores mencionados radicam em três tipos distintos que influenciam o processo de construção das

¹ Tradução da nossa autoria.

identidades: a *identidade legitimadora* (expansão e domínio das instituições, face aos indivíduos); a *identidade de resistência* (modos de vida desvalorizados ou estigmatizados pelas lógicas dominantes) e a *identidade de projeto* (construção de novas identidades que, ao redefinirem certos papéis sociais, pretendem afetar toda a estrutura social, construindo uma nova sociedade e um novo estado), que poderá decorrer do desenvolvimento da identidade de resistência.

Goffman apresenta as identidades como “múltiplas, flutuantes e situacionais” (Mendes, 2001: 492). Este autor propõe os conceitos de “*line*” e de “*face*”, relacionados, entre si: a “*line*” é seguida pelo indivíduo, na tentativa de manter uma atitude coerente, perante as situações com as quais é confrontado, e a partir da qual pretende que lhe sejam reconhecidos determinados atributos – isto é, uma determinada “*face*”, que é, em si, uma condição necessária para a interação social. Por conseguinte, o autor distingue três tipologias de identidade: identidade social, identidade pessoal e identidade de ego. Enquanto a primeira se refere ao conjunto de atributos pessoais e estruturais que subjazem aos contextos sociais em que o indivíduo se move, a segunda elenca as características intrínsecas de cada um. Já a terceira categoria remete para uma componente subjetiva, sentida por cada sujeito.

Na esteira de Dubar (1991, *apud* Mendes, 2010) encontra-se uma perspetiva análoga - as identidades produzem-se a partir de dois processos: por um lado, o processo biográfico, relativo à identidade do *self*, por outro, o processo relacional, que se refere à identidade para o outro. Uma vez que estes dois processos nem sempre coincidem nos resultados que produzem, Maria Manuela Mendes defende que é entre o estado de negociação e o de articulação que se pode encontrar o construir das identidades. Assim, tal como Grassi (2008), Grassi e Melo (2007) e Saint-Maurice (1997), Calhoun (1995, *apud* Mendes, 2001) refere-se às identidades como construções inacabadas, porque em constante reconstrução, sendo flexíveis e dinâmicas, e, como vimos, decorrentes da interação social dos indivíduos e dos grupos, no seu quotidiano, marcada por trocas reais e simbólicas. Realça-se, pois, a importante vertente relacional das identidades, quer no processo de aproximação ao outro, quer no processo,

inverso, de diferenciação do outro (Castells, 1999; Goffman e Calhoun, 1995, *apud* Mendes, 2001). Para Saint-Maurice (1997), a identificação decorre, precisamente, de uma comparação social e, baseando-se nos trabalhos de Wallman, a autora afirma que “«quem sou eu» depende de «quem sou eu em oposição a», e de «quem estiver a desenhar a linha da diferença entre nós»”(Saint-Maurice, 1997: 24). Esta definição releva o conceito de alteridade (Mendes, 2010), em correlação permanente com o de identidade, uma vez que nos transporta para a presença firme do *outro*, tal como é salientada por Saint-Maurice (1997).

Na ótica de Maria Manuela Mendes (2010), para além da dimensão relacional, é fulcral reconhecer, também, o carácter cultural das identidades que, de certo modo, tem transparecido nas definições supramencionadas. Como um processo repleto de práticas, códigos, símbolos, categorizações do universo social e imagens com as quais o sujeito se identifica, por diferentes razões, as identidades são, implicitamente, culturais, numa das “articulações mais interessantes entre cultura e relações sociais” (Costa, 1992, citado por Mendes, 2010: 68).

Em Castells (1999), encontramos, também, uma proposta próxima do seu vínculo com a cultura: as identidades constroem-se a partir da organização de determinados significados das memórias, das instituições, das religiões, de um espaço-tempo, processados pelos indivíduos e pelos coletivos e que prevalecem sobre outros significados.

A propósito desta questão, também Patrício (2008) traça uma ligação direta entre ela e a cultura, ao defender que a identidade também se expressa através da consciência da “nossa” cultura - que, segundo Sélím Abou (2002), se concretiza em dimensões como a religião ou a língua -, por diferenciação à do “outro” e que “faz evocar em nós um sentimento que diríamos absoluto da nossa identidade cultural” (Patrício, 2008: 428). No entanto, Grassi e Melo (2007) afirmam que a ideia de uma identidade cultural absoluta não se coaduna com o pensamento das ciências sociais, atualmente. Na senda de Hall (2006), quando se abordam as identidades culturais, tende a ser dada relevância à nação/à

nacionalidade, para enfatizar uma determinada igualdade, fundada na essencialidade de um povo, na origem, na tradição, ou seja, uma identidade definida “por oposição ao estrangeiro” (Castells, 1999: 44). Porém, fruto dos movimentos extra fronteiriços dos indivíduos, dos *media*, dos bens e serviços “as nações modernas são, todas, híbridos culturais” (Hall, 2006: 62). Este ponto será objeto de uma análise mais detalhada na secção seguinte, deste capítulo.

Abou (2002) considera que a identidade cultural dos sujeitos se define a partir de uma constelação de várias identificações particulares, derivadas de entidades culturais distintas. Esta definição coaduna-se com aquela que é apresentada na Declaração dos Direitos Culturais, de Friburgo, ao estabelecer no artigo 2.º, alínea b), que a

identidade cultural é entendida como a soma de todas as referências culturais através das quais uma pessoa, por si só ou em conjunto com outras, se define ou constitui a si mesma, comunica e deseja ser reconhecida na sua dignidade.²

Michel Wieviorka (2002) reforça a densidade histórica que molda as identidades culturais e, a este propósito, é pertinente considerar a evolução histórica do conceito, à luz da análise de Hall (2006), referente à modernidade e pós-modernidade. Stuart Hall propõe, então, três concepções de identidade cultural: a primeira imputa-se ao “sujeito do iluminismo”, a segunda ao “sujeito sociológico” e a terceira ao sujeito “pós-moderno”. Atentemos nesta última, correspondente, na perspetiva de Hall, ao momento em que se dá uma “perda de um sentido de si estável” (Hall, 2006: 9), as paisagens culturais tornam-se fragmentadas, marcadas pela deslocação do seu centro que, não sendo substituído por outro, se transforma em múltiplos centros. O autor aponta cinco focos principais que marcam estas alterações: o pensamento de Karl Marx (reinterpretado à luz da essência universal dos sujeitos); os trabalhos de Sigmund Freud (na defesa de que a incompletude da identidade humana é preenchida a partir do exterior, do modo como os outros nos veem); os trabalhos de Ferdinand Saussure (na defesa de que a própria língua que falamos é um sistema social,

² A Declaração dos Direitos Culturais é um documento produzido pelo Instituto Interdisciplinar de Ética e Direitos Humanos da Universidade de Friburgo, adotado em 2007, no âmbito dos instrumentos internacionais de promoção dos Direitos Humanos.

carregado de significados culturais que precedem a vida de cada indivíduo); os trabalhos de Michael Foucault (que apontam para um poder disciplinar que regula e vigia, constantemente, o indivíduo e o seu corpo, através das instituições disseminadas ao longo do século XIX) e o movimento feminista (na politização das identidades e das identificações).

1.2. As identidades culturais num mundo de fluxos globais

Wieviorka (2002: 169) indica que as identidades “só se tornam orientações para a ação a partir do momento em que se veem confrontadas com desafios, internos ou externos”. Na mesma linha, Abou (2002) propõe que as identidades culturais e étnicas só se tornam uma questão quando o indivíduo, ou o grupo, entram em contacto com outros grupos cujos sistemas culturais se confrontam, em algum (ou em vários) pontos. Assim, os contactos entre grupos, aos quais o autor se refere, podem advir de diferentes situações tipificadas, ao longo da história: podem ter lugar no encontro entre duas sociedades geograficamente distintas, através da colonização (imposição das instituições da sociedade colonizadora, por intermédio de funcionários, militares ou colonos) ou da invasão (instalação de um coletivo no território de outro, dominando a sua população e instituições). O contacto entre grupos culturais distintos também pode ocorrer quando grupos específicos recorrem a outros, de nacionalidade diferente, agindo na prossecução de objetivos determinados (religiosos, económicos, militares...). Veja-se, a título de exemplo, o caso dos missionários católicos que, nos séculos XVII e XVIII, partiam para territórios conquistados pelos reinos europeus com o objetivo de promoverem a religião cristã, junto dos povos indígenas ou, mais recentemente, com a missão de contribuírem para o desenvolvimento social de países considerados subdesenvolvidos, através do trabalho com organizações não governamentais. Na perspetiva de Abou (2002), trata-se de uma aculturação unilateral setorial, ainda que, a prazo, os seus efeitos se possam estender a toda a sociedade recetora.

Podemos, também, ter em consideração o contacto entre grupos desiguais, demograficamente, isto é, grupos maioritários e minoritários. Nestes

casos, efetiva-se uma aculturação recíproca mas, também ela, desigual, uma vez que a maioria tem o domínio, em vários planos. Esta situação não implica que a minoria não domine um setor concreto, provocando reconfigurações culturais, pelo menos, nesse âmbito.

Os contactos culturais podem, ainda, ocorrer entre grupos nacionais quantitativamente semelhantes; por exemplo, quando duas comunidades étnicas, do mesmo país, contribuem para a produção e utilização da cultura de um estado único, ainda que cada uma delas faça a defesa do seu património provocando, por vezes, confrontos entre ambos.

Por fim, o autor salienta que os contactos entre culturas também podem surgir em grupos étnicos variados, dentro do mesmo estado. Para exemplificar esta questão, Abou (2002) fala no caso da Índia, um país cuja língua oficial é o inglês e mais quinze línguas, dominadas por mais de 80% da população, ao passo que cerca de 13% dos habitantes comunicam noutros dialetos locais, sem conhecer as línguas oficiais. Neste caso, a aculturação pode considerar-se multilateral, porém, não deixa de comportar alguns bloqueios, em níveis diferentes, provocados por enclausuramentos geográficos, educativos ou sociais.

Deste conjunto de situações definidas, é possível constatar, como salienta Saint-Maurice (1997), que a diferença de poderes, entre os grupos, é uma das condicionantes da produção identitária desses mesmos grupos.

Ainda neste domínio, Hall (2006) observa que, num sentido lato, desde que haja contactos entre grupos culturais distintos, é possível falar em sociedades híbridas e plurais. Assim, destaca que, desde a expansão marítima, iniciada por Portugal, no século XV, o binómio “nós”/“os outros” tem perdido, consecutivamente, o seu sentido. Na ótica de Waters (2001), esta complexificação é, portanto, uma consequência dos processos de globalização que o autor propõe que sejam analisados a partir da combinação de quatro ângulos: o indivíduo; a sociedade nacional; a sociedade internacional e a humanidade, em geral. Waters (2001) considera, portanto, que, fruto da globalização, a reflexividade, a humanização e a individualização são exaltadas e

os fluxos de recursos e pessoas percorrem o planeta, rapidamente, revestindo a cultura de um caráter caótico e volátil – corroborando, deste modo, a ideia de que as culturas são híbridas, tal como Hall (2006; 2003). Em ambos, é reiterada uma rejeição de que os processos de globalização só possam, ou devam, ser pensados à luz da homogeneização social. Assim, consideram-se simplistas as concepções que deixam transparecer uma “massificação uniforme dos modos de consumo – a famosa “*macdonaldização* do mundo” (Wieviorka, 2002: 59).

Ferin (2008) e Hall (2003) destacam que a perspectiva descrita poderá parecer, aparentemente, contraditória, se tivermos em consideração dois acontecimentos históricos, ambos no século XX: o fim dos impérios coloniais e o fim da guerra fria, com a queda do bloco soviético. Estes fomentaram uma orientação dos circuitos económicos, financeiros e culturais para as tendências neoliberais do Ocidente do mundo (liderados pelos Estados Unidos da América). Porém, este não é o único movimento compassado sob a égide da globalização: aliás, a intensificação de fluxos e conexões, entre indivíduos e sociedades distintas, tem criado, em simultâneo, “extensos efeitos diferenciadores no interior das sociedades ou entre as mesmas” (Hall, 2003:59). Neste sentido, os processos de que se reveste a globalização acarretam uma dialética mais constante com o outro e com aspetos culturais diversificados e, por vezes, polarizados, tal como analisámos anteriormente. Na esteira de Gil (2008), a definição de cultura pressupõe, hoje, o reconhecimento constante da existência do outro e o reconhecimento da interculturalidade como uma forma de autocompreensão das sociedades. Waters (2001: 192) sintetiza: “ela pluraliza o mundo, ao reconhecer o valor dos nichos culturais e das capacidades locais”³.

É assim que, para Bhaba (1997, *apud* Hall, 2003), a globalização desafia as culturas a um processo contínuo e, permanentemente, incompleto de revisão e tradução, face aos seus sistemas de referência, normas e valores, jogando entre tradição e modernidade, balançando o valor atribuído a um repertório de significados, ao invés de outros (conforme aludia Castells, 1999). Os indivíduos continuam a procurar estruturas de significados (de memórias, instituições,

³ Tradução da nossa autoria.

religiões, locais...) para organizarem um sentido do mundo para si, no entanto, deixam de estar amarrados a eles “em cada detalhe da sua existência” (Hall, 2003: 74). Arjun Appadurai (2004) considera que estas oscilações, por vezes, provocam tensão entre a homogeneização e a heterogeneização cultural, no seio de um mundo globalizado, que não pode, apenas, ser analisado em termos de “centro e periferia”, devido à sua complexidade e às suas disjunturas.

Assim, e a propósito desta análise, o autor propõe cinco dimensões de fluxos culturais globais, a partir das quais reflete sobre a desterritorialização, tida como uma das características da globalização (Waters, 2001). As dimensões propostas por Appadurai (2004) radicam no conceito de paisagem e são, então, as seguintes: etnopaisagens (pessoas em deslocamento, no mundo – “tear dos movimentos humanos”, Appadurai, 2004: 51); mediapaisagens (disseminação elevada da informação, no mundo, com destaque para a proliferação de imagens); tecnopaisagens (fluxos e distribuição de tecnologias, a nível global); financiopaisagens (disposição global do capital) e ideopaisagens (disseminação de ideologias). As cinco dimensões encontram-se em conjugação contínua e nem sempre é possível estabelecer fronteiras destrinçáveis, entre si. De uma maneira mais sucinta, encontra-se em Castells (1999) uma linha de pensamento algo semelhante, quando o autor defende que assistimos à globalização da economia, à internacionalização das instituições e ao universalismo de uma cultura que é compartilhada, porque é difundida pelos *media*, pela educação, pela modernização e pela urbanização.

No âmbito do presente trabalho, e sem desconsiderar a volatilidade das linhas que separam cada uma das disjunturas propostas por Appadurai (2004), foquemo-nos no conceito de etnopaisagem, intrinsecamente relacionado com as migrações: o autor defende que as migrações dos grupos conduzem a construções e reconstruções da sua história e das suas identidades, pelo que o lugar deixa de ser um ponto fundamental para os definir. Esta desterritorialização, conceito que também é utilizado por Waters (2011) para descrever a globalização, implica alterações na base da produção e reprodução das culturas. Assim, o autor afirma que são criados novos mercados cinematográficos, turísticos ou artísticos,

por exemplo, baseados no interesse que as populações, desterritorializadas, possam ter em relação à sua pátria de origem e que, explorando apenas uma parte dos bens e experiências, podem conduzir à criação de ideopaisagens e mediapaisagens fragmentadas, desenraizadas.

Nesta mesma linha, defende Barbero (2009: 156) que “dizer identidade hoje implica também falar de migrações e mobilidades, de «desancoragem» e instantaneidade, de redes e fluxos. [...] O novo imaginário relaciona menos a identidade com essências e muito mais com trajetórias e relatos”. Como observa Joseph (1998, *apud* Fabiani, 2002), abandona-se o par “papéis/personagem”, em benefício do duo “posição/situação”. Falamos, portanto, da evolução histórica no que diz respeito às identidades culturais, já mencionada, neste capítulo, e patente na posição de Hall (2006: 75):

quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens dos *media* e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas — desalojadas — de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem «flutuar livremente».

Em suma, a evolução histórica, sob o pendor da globalização, é responsável pelas alterações a que assistimos e das quais se destacam dois sinais importantes: a globalização produz uma proliferação de identidades, quer marcadas por processos de homogeneização, quer por processos de diferenciação; a possibilidade de escolhas dos atores sociais é amplificada no centro do sistema global e mais reduzida nas suas periferias. A este último ponto refere-se Appadurai (2004), quando menciona “a imaginação como uma prática social” (*ibidem*: 48). Também ele argumenta que as possibilidades, em equação na vida concreta dos indivíduos, são mais vastas do que nunca (Antunes, 2007).

1.3. Migrações, cultura e processos de globalização

Como tem sido referido neste trabalho a identidade é, ou poderá ser, ativada em momentos de fricção, de mudanças nas vidas dos sujeitos (Calhoun, 1995, *apud* Mendes, 2001). Analisada a partir da influência de um mundo de fluxos globalizados, simultaneamente homogêneos e diversificados, a identidade

é um processo em permanente construção, quer pela multiplicidade de experiências pessoais e relações com o meio, quer pela multiplicação de espaços e de possibilidades. Tendo em consideração estes parâmetros, e retomando Abou (2002) e Vieira (s.d.), as experiências de migração surgem como um exemplo pragmático das características das identidades culturais que introduzimos, ao longo do capítulo. Como indica Hall (2003: 76), “em condições diaspóricas, as pessoas são geralmente obrigadas a adotar posições de identificação deslocadas, múltiplas e hifenizadas”. É, pois, com base nesta proposta que é desenvolvido este subcapítulo e, à sua luz, encetamos no presente trabalho uma análise da questão das reconfigurações das identidades culturais.

Começamos a nossa incursão, neste domínio, com uma breve introdução ao conceito de migração, integrada no conceito de etnopaisagem (Appadurai, 2004), já mencionado. De acordo com a Organização Internacional das Migrações (2011), a migração refere-se ao processo de atravessar fronteiras, internas ou internacionais, independentemente das suas causas, duração ou composição. Este fenómeno que acompanha a história humana, desde os seus primórdios (Perista, 2004), inclui as movimentações de migrantes por motivos económicos (“*economic migrants*” – que “tentam encontrar formas de subsistência onde elas possam ser encontradas, em vez de ficarem onde elas não existem”, Bauman, 2004: 75) e, também, as dos sujeitos que se veem forçados a sair do seu local de origem, por diversas razões (cidadãos refugiados, exilados ou apátridas, por exemplo).

Acentuados pelo processo de globalização, os movimentos migratórios contribuíram para uma desmultiplicação das diásporas e das diversidades das experiências históricas, em que culturas distintas entram em contacto (Mendes, 2010; Spencer, 2008; Appadurai, 2004; Abou, 2002; Waters, 2001). Sardinha (2009) refere que, em determinadas teorias, se associa este processo ao termo “diáspora”, uma vez que esta representa um movimento de populações em que, por via dos contactos com outra sociedade, são assumidos aspetos dela, e, em concomitância, são reformados e reconfigurados comportamentos, conducentes à criação de uma cultura híbrida.

Para Wieviorka (2002), também é pertinente a utilização do termo “diáspora” e, para o autor, podem, portanto, estabelecer-se três tipos distinguíveis de diásporas: aquelas cuja origem recai sobre razões bélicas - genocídios, massacres, expulsões forçadas; aquelas cujo substrato é a decisão, a escolha, o desejo dos indivíduos – numa posição próxima da que mantêm Appadurai (2004) e Waters (2001). Para o autor, estas são reforçadas pela difusão global de “imagens e informações sobre as oportunidades oferecidas por certos países, ao que se soma a possibilidade ao alcance dos contemporâneos de viagens até pontos distantes” (Wieviorka, 2002: 62), ou seja, (recorrendo às disjunturas de que fala Appadurai) um claro exemplo da influência que as mediapaisagens têm na construção de ideopaisagens que, posteriormente, nalguns casos, se convertem em movimentos humanos, ou etnopaisagens.

O terceiro tipo apresentado corresponde às diásporas que não se fundam num ponto de referência claramente destacado, mas numa lógica de produção de uma cultura própria que não é “nem especialmente africana, nem americana, nem das Antilhas, nem britânica (Wieviorka, 2000: 63)”, uma espécie de contra cultura que reúne algumas características de diferentes origens culturais.

Para George (1977: 67), “de maneira geral, a migração provém da necessidade de sair do meio em que se nasceu para realizar aquilo que se compreende ser impossível nesse meio. No caso limite, trata-se de sobreviver”. Nesta perspectiva, encontramos uma lógica semelhante àquela que é preconizada pela teoria clássica de Ravenstein, baseada no modelo de atração-repulsão (*push-pull theory*), ou seja, a procura de territórios onde se possam maximizar os bens e, em simultâneo, minimizar os obstáculos para os obter.

Wallerstein (1979, *apud* Saint-Maurice, 1997) apresenta uma abordagem distinta, centrada na ideia de que as migrações resultam do desenvolvimento de um sistema-mundo, em que a relação estabelecida entre o centro (países desenvolvidos) e a periferia (países subdesenvolvidos) mantém um desequilíbrio no crescimento de ambos.

Castles e Miller (2003, *apud* Antunes, 2007) suplantam os prismas *supra* e sugerem que não há uma razão única que abranja o leque de motivos pelos quais há pessoas que decidem sair do seu país/região para se fixarem noutra, nem ao nível micro (focalizado no sujeito), nem ao nível macro (referente à esfera socioeconómica), exclusivamente. Em 1981, Salt (*apud* Saint-Maurice, 1997) apresentou uma abordagem sistémica para explicar o fenómeno, segundo a qual a migração é encarada como um “processo dinâmico” (Saint-Maurice, 1997: 5) e, embora não se possa negar que se constitui como uma resposta às desigualdades no desenvolvimento económico, entre países, a migração enquadra-se, também, nos contextos geográficos, históricos e culturais dos sujeitos que a experimentam. Tal como Salt e Saint-Maurice, Castles e Miller (2003, *apud* Antunes, 2007) advogam que a decisão de migrar não se esgota na procura de melhores condições do que aquelas que existem no país de origem e, também eles, caracterizam a migração como uma dinâmica, quando afirmam que esta é “produto de um complexo processo de imaginação e negociação individual e familiar” (Antunes, 2007: 99), resultante da combinação de quatro fatores: o enquadramento estrutural da ação; a existência de uma indústria de migração; a intervenção de redes sociais informais e o momento do ciclo da vida dos sujeitos.

Para Lechner (2009), esta experiência pode ser acompanhada por um “estranhamento de si, comumente sentido pelos migrantes tanto em relação ao país de origem, como ao de imigração.” (Lechner, 2009: 54). Este estranhamento traduz-se no desenvolvimento de uma nova imagem do mundo e de si próprio, em que não existe uma total assimilação, nos países de destino, nem um total abandono da união aos países de origem, pelo que os migrantes experienciam uma redefinição dos seus laços, uma partilha entre duas sociedades (Góis, 2008). O processo migratório gera, portanto, referências múltiplas, nem sempre coordenadas, entre a origem dos sujeitos e o seu presente (Saint-Maurice, 1997), pelo que lhes é possível experienciarem um sentimento de não pertença (“sentimento de não pertencer e de não equacionar os símbolos e as paisagens da sociedade de acolhimento”, Sardinha, 2009: 51⁴). Os imigrantes debatem-se com a rearticulação, prática e simbólica, de várias identidades e experiências.

⁴ Tradução da nossa autoria.

Nas palavras de José Machado Pais (2006: 344), por vezes, a experiência traduz-se na “solidão de quem está entre dois mundos sem pertencer a nenhum deles.”

Isabel Leonetti (1985) descreve, a este propósito, a existência de uma cultura de imigração, composta “por práticas, crenças e ritos transplantados e reinventados”⁵ (Leonetti, 1985: 131). Por um lado, esta permite assegurar as necessidades e especificidades do grupo, bem como a sua coesão, por outro, ela reforça a recusa de determinadas diferenças culturais, uma vez que elas poderão catapultar, facilmente, atitudes de discriminação e discursos xenófobos. Para a autora, a cultura de imigração oscila entre um apelo da primordialidade do país de origem e uma instalação, muitas vezes, precária e provisória no país recetor.

Esta instabilidade remete-nos, uma vez mais, para Wiewiorka (2002), quando se refere à “fraqueza das identidades”, isto é, a possibilidade de os sujeitos não serem capazes de se apoiarem em recursos específicos que afirmem a consciência de uma *identificação com*. Este enfraquecimento, que poderá ser provocado pela desterritorialização, pode causar uma diluição dos pontos de referência dos atores sociais, neste caso, dos imigrantes, tornando-os, portanto, mais permeáveis à discriminação, ao racismo e, até, a alterações radicais nos seus comportamentos quotidianos.

Como tem sido enfatizado, ao longo do capítulo, Stuart Hall (2006) e Castells (1999) defendem que as culturas são, hoje, híbridas e que, por consequência da imigração, e da diversidade cultural que dela advém, também o são todos os países. Porém, os autores ressaltam que, numa era de globalização e de uma aparente homogeneização, raíam tendências nacionalistas, em que as identidades são definidas com base na nacionalidade e “por oposição ao estrangeiro” (Hall, 2006: 44). Para Castells (1999), a difusão destas tendências prende-se com o enfraquecimento dos estados, provocado pelas exigências crescentes da multiplicidade de identidades e, que de certo modo, obrigam a uma tentativa de defender uma identidade nacional. O autor fala, portanto, de nacionalismo cultural, mais do que de nacionalismo político; recorrendo aos trabalhos de Hooson (1994), reitera que as populações se deparam com o anseio

⁵ Tradução da nossa autoria.

de expressar uma identidade própria, que possa ser reconhecida pelos outros, de forma concreta. Nesta lógica, as diferenças, entre as culturas, são, por conseguinte, pensadas como uma preocupação, uma vez que podem provocar tensões, conflitos armados e antagonismos, no interior das sociedades, pondo em causa a capacidade de vivermos uns com os outros (Wieviorka, 2002).

Com base na existência desta corrente de pensamento, Leonetti (1985) defende que não é possível, contudo, descartar os aspetos políticos que lhe subjazem: para a autora, as políticas de imigração são, habitualmente, criadas num signo de ambivalência e verifica-se, em alguns contextos, uma “utilização racista da noção de cultura”⁶ (Leonetti, 1985: 122). Assim, defende que, por vezes, é exigida, aos imigrantes, uma certa invisibilidade na sociedade de acolhimento, de modo a que as suas diferenças não ponham em causa o *status-quo*. Por outro lado, Wieviorka (2002) nota que, em certos contextos e condições, a diferença cultural experienciada pelos imigrantes poder-lhes-á ser proveitosa, nomeadamente através de políticas de discriminação positiva.

Relativamente a este domínio, Pais (2009) defende o seguinte: não há uma tentativa concertada para que as políticas promovam a tolerância e a diversidade cultural; dá-se, antes, a promoção de ligações históricas ancestrais, ou de uma língua comum ou de semelhanças culturais, sob o medo de uma transformação étnica e social que se revele perigosa para a coesão social e para uma hipotética cultura “pura” de cada país, em última instância para a identidade nacional de um estado. Para este autor, no caso concreto da União Europeia, a diversidade cultural tem sido tema de diversos debates, precisamente porque há uma forte tendência para que seja pensada como uma das faces mais visíveis da imigração: num espaço cada vez mais amplo, em que o fluxo de imigrantes aumenta, o desafio passa por atingir a coesão social, ante a presença de culturas heterogéneas (Spencer, 2008). Appadurai (2004) propõe uma visão mais global, ao defender que, hoje, há um esforço político, em relação às semelhanças e às diferenças culturais dos grupos sociais, transformado numa canibalização mútua; isto é, assiste-se, em simultâneo, à expansão dos horizontes (políticos,

⁶ Tradução da nossa autoria.

geográficos, académicos, tecnológicos, e de cidadania) dos indivíduos e a confrontos étnicos e tortura, perpetrados contra aqueles com quem não comungamos determinados interesses ou sobre os quais nos falta, até, o respeito basilar pela essencialidade humana, comum a todos. Porém, à semelhança dos outros autores citados, também Appadurai (2004: 59) refere que há, em certos estados, a tentativa de “domesticar a diferença”. A este propósito, salientamos ainda Bauman (2004) que defende que, apesar de agirmos, hoje, num espaço global, continua a haver, politicamente, uma grande procura de soluções locais para problemas que extrapolam este domínio de ação. Assim, das estruturas locais espera-se que dominem ou aliviem as consequências de uma globalização descontrolada com os meios que o próprio processo de globalização tornou obsoletos e desadequados.

2. A imigração do Leste da Europa em Portugal

2.1. Portugal como contexto de acolhimento da imigração do Leste da Europa

Historicamente, Portugal tem sido apontado como um país com uma forte “autoimagem diaspórica” (Gil, 2008: 30), edificada a partir do pioneirismo na expansão marítima, a partir do século XV, e dos acentuados valores dos movimentos emigratórios, até ao final dos anos 60, do século XX (Pimentel, 2005). Em concomitância, o isolamento político do país, durante o Estado Novo, e os baixos níveis de desenvolvimento económico não eram atrativos para a população estrangeira, pelo que, em 1960, eram menos de 30 mil os imigrantes a residir em território nacional (Fonseca, 2008).

As consequências políticas e sociais provocadas pela revolução de 25 de abril de 1974 marcaram o princípio das alterações nas características migratórias do país. Assim, o regresso dos “retornados” das antigas colónias portuguesas, a chegada de um primeiro contingente de cidadãos cabo-verdianos e, mais tarde, de cidadãos brasileiros contribuíram para o aumento da imigração no país. A adesão à, então, Comunidade Económica Europeia, em 1986, o progressivo desenvolvimento socioeconómico de Portugal e as alterações no mercado de trabalho internacional contribuíram para uma quebra na saída de cidadãos nacionais e para um crescimento nas chegadas de estrangeiros (Horta, 2013; Fonseca, 2008; Peixoto, 2008). É a partir de 1995, com a adesão ao Espaço Schengen, que se começam a verificar alterações evidentes no tipo de imigrantes que entram em Portugal: até então, a imigração tinha um pendor marcadamente histórico, uma vez que cerca de 80% dos imigrantes provinham dos PALOP e do Brasil (Valente, 2011; Lages *et al.*, 2006; Baganha *et al.*, 2004). Peixoto (2004) designa este fenómeno de “sistema migratório lusófono” (Peixoto, 2004:11).

Portugal, que nunca deixou de ser um país de emigração (Gil, 2008; Pimentel, 2005; Peixoto, 2004), chega ao século XXI diante de um fenómeno novo: a imigração. Este ganhou especial ênfase no debate científico, político e público, durante a primeira década do século, e são reconhecidas as transformações que imprimiu nas paisagens demográfica, cultural, económica,

religiosa e social do país (Reis *et al.*, 2010; Gil, 2008; Pimentel, 2005, Baganha *et al.*, 2004; Perista, 2004).

A partir de 2000, são mais de 200 mil os imigrantes em Portugal (PORDATA, 2013). Os fluxos imigratórios atingem, então, valores sem precedentes, na história nacional, e alarga-se o espectro das áreas de proveniência dos migrantes, com especial destaque para os cidadãos originários de países da Europa de Leste (Fonseca, 2008; Perista, 2004). Esta propensão de crescimento irá verificar-se até 2009, quando o número de imigrantes, em situação regular, atinge o seu pico e se aproxima mais do meio milhão (aproximadamente, 452 mil sujeitos – PORDATA, 2013; SEFSTAT, 2013)⁷ – tal como a tendência europeia, é graças ao saldo migratório positivo que Portugal regista, então, um moderado crescimento populacional (Spencer, 2008).

Papademetriou (2008) refere que os países se tornam recetores de imigrantes quando reúnem condições propícias à sustentação deste fenómeno. Para o autor tais condições resumem-se, globalmente, em quatro circunstâncias: a existência de uma tradição migratória; a existência de elites económicas de pendor internacionalista; a existência de comunidades da mesma etnia e a abertura da sociedade civil. Assim, dos acontecimentos que contribuíram para o aumento da imigração, em Portugal, no início do século XXI, é perceptível que se conjugaram estas circunstâncias, algumas com uma maior incidência.

Com base nesta ideia, realçam-se, de forma sucinta, três condições que permitiram, então, tornar Portugal num país de imigrantes:

- A evolução sociodemográfica e o desenvolvimento económico do país.

Saint-Maurice (1997) defende que o contexto social e económico do país de imigração é um fator que não pode ser obliterado, quando se pensa o fenómeno de receção de cidadãos internacionais. Abordemos, portanto, o contexto

⁷ É importante referir que estes valores não incluem o número de imigrantes em situação irregular perante a lei e cujo valor real não é, obviamente, possível de detetar. Além disso, segundo Rosa *et al.* (2004) nem sempre se regista uma concordância entre os valores apresentados “[...] consoante se considerem apenas os estrangeiros titulares de autorização de residência e de cartão de residência ou também aqueles a quem foi emitida uma autorização de permanência” (*id.*, *ibid.*: 26).

português, no início do século XXI: o *boom* da construção civil, quer ao nível privado, quer ao nível das obras públicas (entre elas, autoestradas, a barragem de Alqueva e infraestruturas para o campeonato europeu de futebol), provocou um grande aumento de ofertas de emprego na área. No entanto, a contínua emigração de trabalhadores portugueses pouco qualificados, o envelhecimento da população nacional, acompanhado da redução da natalidade, e, também, a mobilidade social ascendente (fruto de um aumento nas qualificações escolares), potenciaram a necessidade de procurar mão-de-obra estrangeira para suprir a procura (Reis *et al.*, 2010; Fonseca, 2008; Peixoto, 2008). Os setores agrícola e têxtil receberam, também, uma parte considerável de trabalhadores imigrantes, especialmente em zonas mais envelhecidas do país, levando o fenómeno da imigração a territórios onde, até então, não tinha expressividade estatística (Fonseca, 2008; Fonseca *et al.*, 2004; Perista, 2004).

- A difusão de redes de imigração organizadas. Peixoto (2004) defende que a vaga de imigração do Leste europeu foi umas das consequências do aumento e complexificação no modo de operar das redes organizadas de auxílio à imigração ilegal, em Portugal. Na mesma linha, Perista (2004) refere que este fenómeno vai ao encontro daquilo que ocorreu noutros países, ainda na década de 80, do século XX, quando as migrações laborais começaram a dever-se mais a meios de recrutamento organizado do que aos processos individuais dos sujeitos. Antunes (2007) e Baganha *et al.* (2004) afirmam que estas redes foram responsáveis pela difusão do tráfico de seres humanos e pelo suborno e exploração financeira de cidadãos que queriam imigrar, devido às suas condições de vida precárias nos países de origem.

- As políticas do Estado português. Como já foi visto no ponto I., os contextos social, económico e político do país recetor são importantes na análise do fenómeno da imigração (Saint-Maurice, 1997). Assim, há que ter em consideração que, a partir do século XXI, o Estado português adotou um conjunto de medidas proativas, relativamente à imigração e que, de acordo com Marques (2013), criaram uma estrutura de oportunidades que beneficiou o acolhimento dos imigrantes dos países de Leste. De acordo com dados recentes do MIPEX -

*Migrant Integration Policy Index*⁸ -, as políticas e práticas de Portugal, face à imigração, foram avaliadas entre as melhores para a integração dos imigrantes (Horta, 2013).

Em 2002, através do Decreto-lei n.º 251/2002, de 22 de novembro, foi estabelecido o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), a primeira grande estrutura governamental que tinha como missão promover os direitos dos imigrantes e minorias étnicas, bem como a sua integração social. Em 2007, o ACIME deu lugar ao ACIDI (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural), com estatuto de instituto público – Decreto-lei n.º 167/2007, de 3 de maio. Este organismo tinha como missão colaborar na conceção, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e setoriais, relevantes para a integração dos imigrantes e das minorias étnicas, bem como promover o diálogo entre as diversas culturas, etnias e religiões. A sua missão assentava em sete princípios basilares: a igualdade, a hospitalidade, a iniciativa, o diálogo, a interculturalidade, a cidadania e a proximidade. Através das suas ações, o ACIDI, IP promoveu, também, o funcionamento de uma Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial e do Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração. Além disso, foram dinamizadas diversas iniciativas nacionais, em conjunto com outras estruturas governamentais, tais como o programa “Português para todos” ou o “Programa de Empreendedorismo Imigrante”.

No que diz respeito à regularização da permanência de imigrantes, em Portugal, teve início, em 1992, um período de regularização extraordinária, no qual era permitida a concessão de um título de residência, durante um ano (Decreto-lei n.º 212/92, de 12 de outubro). Ainda no final da década de 90, o Decreto-lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, veio consagrar a oportunidade de obtenção de autorização de residência aos imigrantes ilegais a residir no país, através de um regime de exceção, elencado no artigo 88.º do diploma citado: “Em casos excepcionais de reconhecido interesse nacional ou por razões humanitárias, o Ministro da Administração Interna pode conceder a autorização de residência a

⁸ O MIPEX avalia e analisa as políticas de 31 países da Europa e da América do Norte, tendo em conta o acesso ao mercado de trabalho, a educação, a permanência, a participação política, a aquisição de nacionalidade, o reagrupamento familiar e as políticas de antidiscriminação de imigrantes.

cidadãos estrangeiros que não preencham os requisitos exigidos no presente diploma”. Em 2001, o decreto referido foi revogado; todavia, todos os diplomas legais que se seguiram, e que versam sobre esta matéria, mantiveram o regime excecional, disposto no artigo 88.º - Decreto-lei n.º4/2001, de 10 de janeiro; lei n.º 23/2007, de 4 de julho; lei n.º 29/2012, de 9 de agosto (em vigor).

Apesar do cenário mencionado, atualmente, verificam-se novas alterações na paisagem migratória, em Portugal. O centro do debate, acerca das migrações, voltou a ser o fenómeno da emigração que se acentuou drasticamente, nos últimos anos, devido à frágil situação social e económica que o país atravessa. Vejam-se, a título de referência, os dados do Instituto Nacional de Estatística, recolhidos na base de dados PORDATA (2013): em 2004, saíram de Portugal cerca de 27 mil cidadãos portugueses; em 2012, registaram-se, aproximadamente, quatro vezes mais saídas do território – cerca de 120 mil indivíduos. De acordo com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2013), e tendo por referência o mesmo ano, a chegada de imigrantes apresenta valores bastante mais baixos – em 2012, entraram, pela primeira vez, em Portugal cerca de 39 mil imigrantes.

Pelos mesmos motivos que se verifica um aumento no fluxo emigratório, observa-se, sob a perspetiva da imigração, a tendência inversa, desde 2009 (SEFSTAT, 2013). O encerramento de indústrias e a franca quebra na construção civil (obras públicas e privadas) são apontados como causas para a diminuição do número de imigrantes que, fixando-se no país, maioritariamente, com o objetivo de atingirem prosperidade económica (Fonseca, 2008), deixam de encontrar nele atrativos que lhes permitam alcançar melhores condições de vida.

Também ao nível governamental se verificam alterações no tratamento dos fenómenos migratórios, nomeadamente, através da extinção do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural e das suas estruturas locais (Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes) – o Decreto-lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro, veio estabelecer o Alto Comissariado para as Migrações.

2.2. Os cidadãos do Leste Europeu em Portugal

Como foi já mencionado, a partir de 1999, chega a Portugal uma “onda imprevisível [...], repentina e massiva” (Baganha *et al.*, 2004: 28) de cidadãos, provenientes dos países do Leste europeu, que marcaram o rejuvenescimento da pirâmide etária e tiveram impactos equilibradores em algumas regiões do país – de cerca de 2400, em 1999, passaram a 108 mil imigrantes com autorização de permanência, em 2003 (Perista, 2004). Em termos quantitativos, destaca-se a Ucrânia, seguida pela Rússia, Moldávia e Roménia como os principais países de origem (Reis *et al.*, 2010; Baganha *et al.*, 2004; Lages *et al.*, 2004).

O desmoronamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e do bloco de países comunistas que orbitavam em seu redor, no início da década de 90, está na origem do crescimento da mobilidade migratória, dentro da Europa, e na diversificação das opções dos países de destino (Horta, 2013; Ferin, 2008; Morokvasic-Muller, 1999).

2.2.1. Características sociodemográficas

A literatura indica que os imigrantes do Leste Europeu que chegaram a Portugal, no início do século XXI, eram, na sua maioria, cidadãos do sexo masculino, em idade ativa (Patrício, 2008; Lages *et al.*, 2006) e que chegaram ao país entre 2000 e 2001 (Perista, 2004). Uma parte considerável, cerca de 30%, já tinha experiências de imigração anteriores (Lages *et al.*, 2006). A sua dispersão geográfica, por todo o território nacional, representou uma novidade nos movimentos imigratórios, em Portugal, e como já vimos, assinala a chegada do fenómeno a locais onde, anteriormente, não tinha expressividade (Reis *et al.*, 2010; Fonseca, 2008; Fonseca *et al.*, 2004; Perista, 2004).

Uma das suas características mais peculiares tratou-se do elevado grau de qualificações académicas, face à generalidade da população imigrante e da população nacional portuguesa. Entre os imigrantes dos países de Leste, na sua maioria homens em idade ativa, detetou-se um predomínio de níveis intermédios de escolaridade, particularmente cursos técnico-profissionais com equivalência ao

Ensino Secundário (Vilaça, 2008; Baganha *et al.*, 2004; Perista, 2004). Reis *et al.* (2010) afirmam, no entanto, que estes dados devem ser vistos com alguma precaução, uma vez que existe um número significativo de imigrantes cujo grau de escolaridade é desconhecido. Os autores nomeiam, inclusivamente, dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social que indicam que, em 2005, o índice de escolaridade dos trabalhadores, por conta de outrem, provenientes de países de leste se situava nos 8,1 anos, ligeiramente abaixo da média nacional (8,4 anos) – estes valores oscilam, claramente, de acordo com as regiões do país.

Nos países de origem, desempenhavam, em vários casos, trabalhos no âmbito das profissões intelectuais e científicas, enquanto, em Portugal, desempenham funções associadas à estrutura da região portuguesa em que fixam residência (Reis *et al.*, 2010). Pode falar-se num predomínio das categorias de operários da construção civil ou da indústria extratora e transformadora, trabalhadores de serviços, comércio e restauração (Vilaça, 2008; Lages *et al.*, 2006), com taxas de atividade bastante elevadas (Perista, 2004). Tal como refere Antunes (2007), o contexto histórico e a “nova pobreza dos países de Leste não [tem] uma correspondência clara com o estatuto perante o trabalho nem com o grau de instrução” (2007: 89). Assim, de acordo com Perista (2004), a motivação principal para imigrarem, para Portugal, prendeu-se com a tentativa de encontrarem uma situação socioeconómica mais estável, abandonando a condição de pobreza, no país de origem.

O autor realça, ainda, que se verificou uma tendência para a reunificação familiar dos imigrantes, num curto período após a sua vinda para o país – cerca de 60% das situações estudadas, na Área Metropolitana de Lisboa.

2.2.2. Características culturais

Desde a vaga de chegada a Portugal, no início do século XXI, que os cidadãos dos países do Leste Europeu são, comumente, englobados numa designação que une diferentes nacionalidades e, como veremos, diferentes características: “imigrantes de leste”. Esta denominação, utilizada na literatura e no senso comum, traduz, no imediato, dois pontos comuns a todos estes

imigrantes: em primeiro lugar, são originários de países geograficamente próximos, no continente europeu e asiático (no caso da Rússia e do Uzbequistão, por exemplo); em segundo lugar, todos os seus países têm, de algum modo, uma ligação histórica à URSS. Assim, a expressão “imigrantes de leste” engloba os atuais estados soberanos que formavam a URSS e os países adjacentes, com regimes políticos socialistas, diretamente influenciados pela URSS e que lhe manifestavam uma posição favorável, em tempo de Guerra Fria – o chamado bloco soviético, já enunciado (Ferin, 2008).

É, pois, tendo em consideração a utilização desta expressão que se justifica analisar as características culturais, imputadas aos imigrantes dos países de leste, que são apontadas pela literatura. Assim, abordamos a questão das práticas religiosas, gastronómicas, linguísticas e de utilização dos meios de comunicação social.

Relativamente às práticas religiosas dos imigrantes do Leste europeu, Vilaça (2008) conclui, com base num inquérito realizado a imigrantes provenientes dos Patriarcados Ortodoxos de Constantinopla (Porto), da Rússia (Lisboa e Porto), de Kiev (Braga), da Igreja Romena (Lisboa) e da Igreja Greco-Católica (Lisboa), que cerca de 84% dos cidadãos inquiridos se identificam como ortodoxos e que 54% afirmam que frequentam mais vezes a Igreja, em Portugal, de forma regular. Mais de metade dos inquiridos vê na Igreja um apoio para resolver os seus problemas, para encontrar emprego e para encontrar outras pessoas com a mesma nacionalidade. É importante realçar, contudo, que cerca de 90% dos inquiridos pela autora, neste estudo, afirmava ter tido uma educação religiosa, na infância.

A gastronomia, nos países de leste, conta com algumas características comuns, também elas provenientes da proximidade e da semelhança geográfica dos territórios. Salienta-se, assim, a predominância no consumo de carnes, em relação ao consumo de peixe – nem todos os países têm fronteiras marítimas e, naqueles que as têm, correspondem a zonas pequenas, face à dimensão do país. Também os alimentos provenientes da prática agrícola são comuns – presentes na confeção de sopas, por exemplo -, o que se justifica com as características dos

solos, mas também com a importância que este setor de produção teve, na história destes países. O leite e derivados, provenientes da pastorícia, encontram-se entre os alimentos mais consumidos (Martins, 2012). A opção por alimentos de baixo custo associa-se aos elevados índices de pobreza, ao longo do regime comunista e no período imediato que se lhe seguiu. De acordo com a mesma autora, esta opção mantém-se no contexto de imigração: em Portugal, os imigrantes de leste mantêm a estrutura geral e os alimentos consumidos nas suas refeições, no entanto, contam-se algumas adaptações à culinária do país de acolhimento, nomeadamente através da utilização de outros ingredientes na confeção de receitas (o azeite em vez do óleo, por exemplo).

A questão da língua é outra dimensão cultural relevante: do conjunto de países do Leste Europeu, apenas a Roménia partilha a origem latina da língua portuguesa. No entanto, apesar das consideráveis diferenças linguísticas e da dificuldade referida em ultrapassá-las (Perista, 2004), as suas competências, neste domínio, eram descritas como positivas e o seu interesse em aprender a língua portuguesa era apreendido pela maior facilidade que se verificava na procura de emprego (Baganha *et al.*, 2004a; Fonseca *et al.*, 2004). A este propósito, Ferin (2008) defende que os meios de comunicação social portugueses foram uma contribuição relevante para a aprendizagem da língua.

A autora refere que os consumos dos *media*, por parte destes imigrantes são, principalmente, “utilitaristas: a TV portuguesa serve para aprender a língua portuguesa e para conhecer os seus costumes; a Internet serve para atualizar programas escolares que poderão ser ministrados às crianças e jovens nas escolas; os DVD importados atualizam os repertórios musicais ou científicos dos países de origem” (Ferin, 2008: 98).

É de realçar, finalmente, que, ainda que neste capítulo tenhamos abordado a questão das características culturais a partir dos dados referentes aos ditos “imigrantes de leste”, sem discriminação de nacionalidades, de acordo com Mendes (2010), os imigrantes nem sempre se reveem nesta expressão. Consideram-na simplista, contribuindo para descaracterizar a sua origem

nacional/regional específica, a história, as práticas e os símbolos culturais dos seus próprios países.

2.3. A imigração Romena em Portugal

A Roménia, país com uma área de 238 391 km², situado no sudeste da Europa (tem fronteiras terrestres com a Hungria, a Ucrânia, a Moldávia, a Bulgária, a Sérvia e marítimas com o Mar Negro), tornou-se um estado independente em 1878, depois de vários séculos de luta contra as invasões dos territórios vizinhos.

De acordo com os resultados dos últimos censos realizados, em 2012, pelo organismo romeno responsável pelos dados estatísticos do país, o Institutul National de Statistica, a Roménia tem cerca de 21,4 milhões de habitantes. Cerca de 90% dos residentes são de origem romena, 7% de origem húngara e, aproximadamente, 2% são de origem cigana (Santos, 2004). A urbanização do país tem sido acentuada, desde os anos 90, e, neste momento, a população residente em áreas urbanas (cerca de 54%) ultrapassa, ligeiramente, a população que habita em áreas ruralizadas (Institutul National de Statistica, 2014).

No século XX, entre 1941 e 1944, Ion Antonescu presidiu a uma ditadura que levou a Roménia a combater contra os Aliados, na II Guerra Mundial. Quando esta ditadura foi deposta, o país juntou-se aos Aliados, porém, no pós-guerra, a sua posição tornou-se, estrategicamente, favorável à URSS e o país tornou-se num estado comunista, integrando o bloco soviético, com Nicolae Ceaușescu na liderança. Em dezembro de 1989, ainda com Ceaușescu no comando da então República Socialista da Roménia, houve uma série de tumultos nas principais cidades do país, culminando numa revolução violenta que pôs fim ao regime comunista – foi, aliás, o único país do leste europeu onde o comunismo terminou com o recurso à violência (Santos, 2004).

O país, até essa data, apostava, sobretudo, na indústria, com destaque para a metalurgia, a petroquímica e a indústria mecânica, que permitiam a utilização dos recursos naturais do território - tais como o petróleo, o gás natural,

o carvão, o ferro e o cobre. Através dos planos quinquenais, criados pelo Estado, nos anos 70, a Roménia alcançou o terceiro lugar, a nível mundial, em termos de crescimento na produção industrial. No entanto, após a queda do governo de Ceaușescu, o país enfrentou a entrada numa economia de mercado, para a qual não estava preparado. Potot (2008) refere que esta transição se mostrou bastante desfavorável, durante mais de uma década, uma vez que a democracia encontrou, na Roménia, uma economia nacional obsoleta e incapacitada para a competitividade dos mercados internacionais. Como consequências, houve um recuo nas práticas agrícolas e um grande número de indústrias encerraram, deixando no desemprego um setor significativo da população, com dificuldade em negociar um estatuto social, na nova economia de mercado (Vasilcu e Séchet, 2011; Weber, 2004). É de referir, contudo, que, nos últimos anos, o país parece estar a entrar num ciclo mais produtivo, com a aposta em novas áreas económicas (como o turismo) e com a taxa de desemprego em progressiva diminuição, situando-se, em 2012, nos 5% (Institutul National de Statistica, 2014).

Os factos, que até aqui foram destacados, permitem compreender o aumento dos fluxos de emigração romenos, a partir dos primeiros anos da década de 90 (1990-1993). Durante cerca de cinco décadas, o passaporte dos cidadãos era propriedade do Estado e quem saía do país, exilado ou evadido, via interdito o seu regresso (Pletea, 2012; Diminescu, 2003).⁹ Assim, Alexe *et al.* (2011) e Diminescu (2002) referem que a primeira grande vaga de emigração, para outros países europeus, deveu-se, especialmente, à abertura das fronteiras que causou uma emigração massiva de minorias étnicas e de cidadãos em fuga da turbulência política, causada pelo fim do regime comunista – em 1992, registaram-se cerca de 116 mil pedidos de asilo em países do Oeste, por motivos políticos.

A este contexto, acresceu o facto de o país ter sido confrontado com um caudal de mão-de-obra excessiva, em relação à produção industrial existente, e que era mantido, de forma artificial, pelo regime que, então, findou. Assim, e com o referido aumento do desemprego, os cidadãos em idade ativa tornaram-se

⁹ Pletea (2012) destaca que, em determinadas ocasiões, era atribuída autorização de saída para estudantes e para viagens de grupos a outros países comunistas.

“potenciais migrantes por escolha própria” (Antunes, 2007: 87). Neste sentido, Vasilcu e Séchet (2011: 216) defendem que

“o contraste entre a liberdade dos ocidentais e a vida sob censura e controlo da imprensa e da televisão na Roménia de Ceauşescu, a imagem da europa ocidental, um recanto de abundância para os romenos, confrontados com o racionamento dos produtos alimentares e com intermináveis filas de espera, as privações e a pobreza justificaram o desejo por uma mobilidade de descoberta”.

Rey (2003), citado pelos autores, afirma, inclusivamente, que os cidadãos romenos demonstravam uma enorme vontade de sair do país para alargarem os horizontes do seu conhecimento: “sair para não morrer idiota”¹⁰ (Rey, 2003, *apud* Vasilcu e Séchet, 2011: 216).

Desde esta altura, nas duas últimas décadas, emigraram cerca de dois milhões de romenos (Barata, 2014), destacando-se uma predominância de imigrantes do sexo masculino, em idade ativa, provenientes do sul do país (Institutul National de Statistica, 2014). De acordo com Dana Diminescu (2002), a imigração passou a representar cerca de 3% do PIB romeno; Vasilcu e Séchet (2011) referem, a este propósito, que os emigrantes romenos estão entre aqueles que enviam somas pecuniárias mais avultadas para o país de origem, contribuindo para a diminuição do défice daquela nação.

Potot (2003) e Morokvasic-Muller (1999) assinalam que, apesar dos constrangimentos legais que se mantiveram, face à imigração romena, os fluxos migratórios se tornaram mais diversos, facilitados pela aproximação geográfica (melhoria nos meios e nas vias de transporte, bem como uma redução dos custos associados à sua utilização) e social à União Europeia, à qual a Roménia aderiu, mais tarde, em 2007, no penúltimo alargamento geográfico deste conjunto de países (Vasilcu e Séchet, 2011; Moreira, 2008)¹¹. É relevante realçar este dado uma vez que a emigração, entre países da UE, atinge valores mais expressivos do que aqueles que são apresentados para países de destino extracomunitários e, ainda que os cidadãos em mobilidade representem uma parca minoria, face àqueles que se mantêm nos países de origem, a mobilidade intra-UE é tida como

¹⁰ Tradução da nossa autoria.

¹¹ Em 2007, tal como a Roménia, também a Bulgária se tornou estado membro da UE. Em 2013, ocorreu o último alargamento, até ao momento atual, com a entrada da Croácia.

um fenómeno com relevância simbólica (Gaspar e Haro, 2011). Os dados relativos à diáspora romena, em 2012, indicam, precisamente, que, à exceção de Israel, são países da UE os destinos mais procurados pelos emigrantes: os países que acolhem mais romenos são a Espanha, a Alemanha e a Itália (Institutul National de Statistica, 2014).

Esta tendência de emigração para países europeus é avançada, também, pelos dados do Instituto Nacional de Estatística (PORDATA, 2013a) que refletem um notório aumento de imigrantes romenos, em Portugal, a partir de 2007 e até 2011. A Roménia é, inclusive, o país da UE que congrega um maior número de cidadãos a residir em Portugal – cerca de 34 mil, em 2013 (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2014). Apesar destes dados, é parca a literatura, no âmbito das ciências sociais, acerca desta população, em concreto, uma vez que, como já enunciámos, os estudos produzidos abrangem, amiúde, os imigrantes dos diferentes países do leste da Europa.

Como temos visto, a Roménia enquadra-se no grupo de países de leste de onde eram originários os imigrantes que compuseram a inesperada vaga que chegou a Portugal, entre 2000 e 2002 (Antunes, 2007; Santos, 2004; Diminescu, 2002); porém, ao contrário da generalidade dos imigrantes provenientes dos países de leste que entraram, em Portugal, em 2001, e cujo número, depois, estabilizou, o aumento exponencial de imigrantes romenos verifica-se em 2002 e 2007. Se, em 1999, eram menos de 300, dez anos mais tarde, em 2009, havia cerca de 32 mil romenos, com permanência regular em Portugal (PORDATA, 2013a).

Deste modo, para que possamos proceder a uma análise da imigração romena em Portugal, no século XXI, recorreremos a uma divisão em dois períodos cronológicos: de 2000 a 2006; de 2007 a 2011, cada um deles marcando pontos importantes da imigração em estudo, como de seguida veremos.

2.3.1. Período 2000 – 2006

Nos últimos anos da década de 90, a emigração romena para os países da Europa central, como a França ou a Alemanha, estagnou e os fluxos encaminharam-se para o continente americano (Estados Unidos da América e Canadá) e para os países mediterrânicos: Espanha, Grécia, Turquia, Itália e Portugal (Diminescu, 2003). Em 2000, o governo da Roménia foi oficialmente convidado para negociar uma possível adesão à UE e, a partir deste contexto, há um conjunto de países do ocidente, onde se inclui Portugal, que começam a reduzir as restrições à circulação de imigrantes romenos – contudo, este passo foi insuficiente para diminuir as entradas irregulares em território nacional (Pletea, 2012; Vasilcu e Séchet, 2011; Diminescu, 2003).

A primeira etapa concluída, no processo de adesão à EU, foi alcançada em 2002: até este ano, a Roménia fazia parte do conjunto de territórios a cujos cidadãos era exigido um visto de entrada obrigatório para ingressarem no espaço dos países signatários do Acordo de Schengen; no entanto, devido à progressiva aproximação à UE, o governo intentou um processo de pressão, junto dos organismos europeus, clamando que as restrições colocadas aos emigrantes romenos tinham um efeito prejudicial nas relações económicas transnacionais, bem como um “efeito muito limitado para com as situações fraudulentas e para com aqueles que procuram trabalho e que encontram meios de viajar mesmo sem visto ou outros documentos de viagem correspondentes” (discurso do então ministro dos negócios estrangeiros romeno, Mircea Geoana, proferido em 2001 e citado por Potot, 2003: 95). Após ter-se submetido a algumas exigências da União Europeia e com o seu apoio logístico, a Roménia estendeu os controlos aduaneiros e reforçou a luta contra a imigração ilegal e o crime organizado. Destarte, em janeiro de 2002, a Roménia entrou no Acordo de Schengen, passando a ter, portanto, outras regalias em termos de movimentações internacionais, na Europa (Pletea, 2012; Alexe *et al.*, 2011; Antunes, 2007; Weber, 2004).

Este facto parece ter tido relevância na chegada de imigrantes romenos a Portugal. Como já referimos, uma vaga significativa de indivíduos começaram a

chegar em 2000/2001, tal como os restantes imigrantes de leste porém, em 2002, enquanto refreava o número de cidadãos de outras nacionalidades, o número de romenos aumentou: de 508 imigrantes romenos com autorização de residência, em 2001, passaram a 764, no final de 2002 (PORDATA, 2013a). Ainda em 2002, foram atribuídas 2866 autorizações de permanência a cidadãos romenos (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2003).

A intensidade da corrente migratória manteve-se, nos anos seguintes e em 2005, quando já tinha sido prorrogada a autorização de permanência a cerca de 3000 romenos e já se encontravam no país cerca de 1500 imigrantes com autorização de residência (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2006), Rosário Farmhouse¹², à data diretora do Serviço de Jesuítas para os Refugiados, falava num fluxo de imigração “completamente descontrolada da Roménia [e do Brasil]” (*apud* Neves, 2005), sendo que, uma grande parte dela, permaneceu, ainda, em condições de irregularidade, perante a lei, até 2007 (Vasilcu e Séchet, 2011), pelo que não é contabilizada nos números que temos apresentado.

No que concerne às razões que subjazem ao aumento dos imigrantes romenos, em Portugal, elas foram já elencadas em pontos anteriores deste capítulo, relativamente ao contexto do país, no início do século XXI, e à caracterização geral dos imigrantes de leste. Assim, restringimo-nos, neste momento, a uma referência sucinta, sumarizada em três pontos:

- Ofertas de emprego que, exigindo baixas qualificações académicas, ofereciam salários mais elevados, do que aqueles que eram praticados na Roménia. Além disso, a partir de 2002, Portugal foi um dos estados-membros da UE que estabeleceu uma quota elevada para receber cidadãos romenos, com o objetivo de trabalharem, sazonalmente, no país (Diminescu, 2002). De acordo com os dados da Direção Geral do Trabalho, recolhidos por Fonseca *et al.* (2004), referentes ao período de 2001-2002, 53,4% dos imigrantes romenos, com autorização de residência, em Portugal, trabalhava no setor da construção, 18% no setor dos serviços e cerca de 9% na indústria de manufatura.

¹² Rosário Farmhouse foi a Alta Comissária para as Migrações até junho do corrente ano. A partir de julho, foi Pedro Calado quem passou a ocupar o cargo, em regime de substituição.

- Ativação de uma “forte cultura de migração” (Baganha *et al.*, 2004: 30) no país de origem, nomeadamente, através de campanhas de *marketing*, promotoras de Portugal, feitas por redes de recrutamento organizado e facilidade em obter documentos falsos, a troco de prestações pecuniárias elevadas (Antunes, 2007; Baganha *et al.*, 2004a).

- Simplificação do processo de obtenção de um estatuto de residência legal no país, mesmo antes de a Roménia entrar no Acordo Schengen, designadamente, através do regime excecional de concessão de autorização de residência, elencado no artigo n.º 88 do decreto-lei n.º 244/98.

2.3.2. Período 2007 – 2011

É a partir de 2007, o ano em que a Roménia se tornou, oficialmente, um estado membro da União Europeia (Pletea, 2012; Moreira, 2008), passando a beneficiar, desde logo, das prerrogativas de livre circulação de pessoas, de bens, de capitais e de mercadorias (Gaspar e Haro, 2011), que se torna mais visível a entrada de cidadãos romenos, em Portugal – de 5.446 imigrantes, em 2006, passaram a registar-se 17.200, no ano seguinte (SEFSTAT, 2013). Salienta-se, porém, que estes números não representam o número de romenos que entrou no país, no ano em questão, mas antes o número de romenos com autorização para permanecerem no país – no que diz respeito aos cidadãos que solicitaram estatuto de residente, o SEF registou cerca de 11 mil pedidos (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2008).

Em quatro anos, este número aumentou para os 39.312; a partir de 2011 (e seguindo o padrão da imigração no país), o total de imigrantes da Roménia começa a decrescer – mantendo-se, todavia, como o país da UE com mais cidadãos a residir em Portugal e, depois da Ucrânia, o país europeu com maior número de residentes em território nacional (SEFSTAT, 2013). Em 2013, os imigrantes romenos representavam cerca de 9% do total da população imigrante (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2014), a nacionalidade romena é, portanto, a quarta mais comum, entre os imigrantes, em Portugal.

A entrada da Roménia na UE, preparada ao longo dos anos anteriores, permitiu a regularização da situação legal de uma parte significativa da imigração romena, difundida pelos restantes estados-membros, incluindo Portugal. Em termos do enquadramento legal português, os imigrantes da Roménia deixaram de ser objeto da lei dedicada à permanência de cidadãos de países terceiros (atualmente vigora, neste âmbito, a lei n.º 23/2007) e a sua presença passou a ser regulada pela lei n.º 37/2006, de 9 de agosto, que transpôs para a ordem jurídica interna a diretiva n.º 2004/38/CE, que se refere à regulação da livre circulação e da residência dos membros da UE e das suas famílias. De acordo com o novo regime jurídico, todos os cidadãos da Roménia passam a ter entrada livre em Portugal, mediante a apresentação de um documento de identidade válido, e a sua permanência no país é extensível a 3 meses, sem qualquer outra formalidade. Para uma estadia superior a este período, a lei dispõe, no artigo 7.º, que os cidadãos exerçam uma atividade profissional remunerada, ou que se encontrem a estudar, ou que disponham de meios suficientes para a sua subsistência e de familiares. Cumpridos os requisitos, necessitam de formalizar, na Câmara Municipal da área de residência, um certificado de registo que é válido por cinco anos e que lhes garante igualdade de tratamento em relação aos cidadãos nacionais, inclusivamente “o direito a prestações do subsistema de solidariedade” (artigo 20.º, n.º1 a 3). Ao residirem no país por, pelo menos, cinco anos consecutivos, tornam-se portadores de um título de residência permanente, um documento semelhante ao documento de identificação dos cidadãos de nacionalidade portuguesa (Freitas, 2013).

Potot (2008) alude a uma redução na compra e venda de vistos, um negócio que durante muitos anos alimentou a emigração romena para os outros países europeus, abarcando Portugal. Os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2008) revelam também esta tendência, denotando uma diminuição no número de processos-crime instaurados a cidadãos romenos devido a imigração ilegal, tráfico de seres humanos ou falsificação de documentos. A adesão à UE representou também um decréscimo acentuado no número de expulsões administrativas de cidadãos romenos – em 2005, mais de 900 foram notificados para saírem, sendo, portanto, a terceira nacionalidade mais representada e

reproduzindo cerca de 17% do total de expulsões; em 2007, o número não figurava, sequer, no topo das nacionalidades da lista do SEF.

A par desta tendência, em Portugal, entre 2007 e 2011, o número de cidadãos romenos em situação regular aumentou, quer pela chegada de outros cidadãos, quer pela chegada de novos elementos dos agregados familiares daqueles que chegaram, anteriormente, ao país. Vilaça (2008) destaca que, por comparação com os imigrantes dos restantes países de leste, os romenos destacam-se por serem aqueles que têm mais familiares a residir, também, em Portugal – cônjuge, filhos e irmãos são os elementos mais comuns no reagrupamento familiar.

Este capítulo exige, por fim, que se destaque a situação atual da imigração romena, no país. É de salientar, neste âmbito, que, com a crise que eclodiu nos mercados especulativos, em 2008, e que provocou consequências negativas na economia real, Portugal entrou num conturbado período da sua história que se mantém, atualmente. Assiste-se, desde então, à impossibilidade de manutenção do *status quo* e “a injustiça social, o empobrecimento global e a instabilidade social e política” (Santos, 2012: 9) são mencionadas, amiúde. Efetivamente, verifica-se, por exemplo, o encerramento de indústrias e uma franca quebra na construção civil (obras públicas e privadas) que, causando o aumento do desemprego, são apontados como causas importantes para a diminuição do número de imigrantes. Fixando-se no país, maioritariamente, com o objetivo de atingirem prosperidade económica (Fonseca, 2008), os imigrantes deixam de encontrar, em Portugal, os principais atrativos que lhes permitam alcançar melhores condições de vida e a satisfação dos seus objetivos pessoais. A este respeito, podemos ter em consideração as declarações à comunicação social, em 2011, de Maria Iancu, cidadã romena presidente da *Associação Frăția* (associação de cidadãos romenos e moldavos, residentes em Portugal), ao defender que a comunidade romena receava que Portugal, à semelhança de outros países europeus, como Espanha, restringisse o acesso dos cidadãos romenos ao país, principalmente porque começava a haver um elevado número de imigrantes em situação de desemprego (TSF, 2011).

Como assinalam os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2014), em 2013, foram mais de 2000 os imigrantes romenos que deixaram Portugal, um decréscimo de 3%. No entanto, de acordo com a mesma fonte, a saída destes cidadãos não é tão acelerada quanto a de nacionais de outros países, como a Ucrânia, por exemplo. Além disso, é representativa a atribuição do primeiro título de residência a imigrantes romenos: em 2012, foram atribuídos, pela primeira vez, 3.010 títulos, na sua maioria elementos do sexo masculino, o que significa que o fluxo migratório, da Roménia para Portugal, continua a verificar-se, imediatamente a seguir aos valores alcançados pelo Brasil e por Cabo Verde (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2013).

3. Breves notas metodológicas

3.1. Procedimentos adotados

O nosso estudo enquadra-se no domínio da investigação qualitativa, com recurso ao método de estudo de caso, como já apontámos na introdução da dissertação.

De acordo com Guerra (2006), na senda de Deslauriers (1997; *apud* Guerra, 2006: 11), a investigação qualitativa integra uma variedade de “técnicas interpretativas que têm por fim descrever, descodificar, traduzir certos fenómenos sociais”. Tendo em consideração esta posição, a opção pela metodologia qualitativa parece ser aquela que melhor serve a prossecução dos objetivos do nosso trabalho.

É de destacar, em primeiro lugar, que a análise qualitativa permite uma perceção mais fidedigna do ponto de vista dos atores e de vários detalhes que lhes possam estar associados. Estudar a identidade exige atribuir relevância à experiência vivida pelos sujeitos, aos seus símbolos, à sua linguagem. A instabilidade e a flexibilidade dos grupos sociais e, conseqüentemente, dos sujeitos que os compõem, são melhor percecionadas por métodos que priorizam uma abordagem qualitativa que tem, igualmente, em conta que os cientistas sociais não estão ausentes do trabalho de pesquisa, porque também eles existem e intervêm no mundo. Como tal, a sua perspetiva estará sempre cunhada nos resultados que apresentarem (Becker, 1996). Citando Bruno Latour, Becker (1996: 4) advoga que o investigador deverá ser tão indeciso quanto os atores que estuda: “se eles consideram que uma conclusão, uma descoberta ou uma teoria é instável, controversa ou aberta à discussão, então, nós também devemos considerar”¹³. Contudo, as características aqui mencionadas não descartam a necessidade de uma objetividade forte (Mendes, 2003) para evitar possíveis enviesamentos que ponham em risco a credibilidade e a seriedade do estudo. Neste, em concreto, falamos da necessidade de analisar com objetividade,

¹³ Tradução da nossa autoria.

através da interpretação, “discursos carregados de afetividades, emoções, ambiguidades, contradições” (Saint- Maurice, 1997: 115), como acontece nos discursos biográficos.

É de referir, também, que esta dissertação não tenciona extrapolar para a generalização os resultados obtidos, desde logo, porque nos foi impossível estudar o universo de cidadãos nas condições pretendidas, ou uma amostra que dele fosse quantitativamente representativa. Assim sendo, pareceu-nos pertinente a opção pelo estudo de caso, capaz de permitir o estudo da “particularidade e complexidade de um único caso, conseguindo compreender a sua atividade no âmbito de circunstâncias importantes” (Stake, 2009, *apud* Sousa, 2012). Além disso, segundo Yin (1994), o estudo de caso é a abordagem mais adequada quando o investigador intenta desvelar o “porquê” e o “como” de um determinado fenómeno, o que se coaduna com os objetivos do nosso trabalho. Sabemos, no entanto, que, inevitavelmente, as opções metodológicas tomadas apartam outros tópicos da problemática em estudo. Como defende Mendes (2003: 3), “cada escala revela certos aspetos e, ao mesmo tempo, oculta e esquece outros”.

Relativamente às técnicas utilizadas para a recolha dos dados deste estudo, foi privilegiada a entrevista. Esta permite “apreender como os membros de uma dada categoria social mantêm, transformam e desafiam uma ou várias identidades”, assim como compreender de que modos os atores atribuem sentido às suas vidas (Mendes, 2003: 9). Parece-nos que, através da entrevista, o contacto com os elementos da amostra foi mais produtivo e rico para a investigação, uma vez que permitiu a revelação de alguns aspetos identitários que procurávamos, através das vozes dos próprios entrevistados. Afinal, trata-se de um estudo sobre a identidade e “não existe identidade sem narração” (Barbero, 2009: 156), pelo que a entrevista poderá ser a “via privilegiada de acesso à verdade do sujeito” (Fabiani, 2002: 57).

A seleção dos indivíduos entrevistados foi feita recorrendo a um processo de amostragem não probabilístico, a amostragem por “bola de neve”, que permite utilizar o nosso conhecimento da situação social para encontrar um grupo de indivíduos disponíveis para participar no estudo e para, por sua vez, indicarem

outros possíveis interessados (Burgess, 1997). No entanto, o processo de constituição da amostra foi mais complexo do que, inicialmente, prevíamos e é um exemplo paradigmático de uma das limitações deste trabalho. Pelas dificuldades encontradas no sentido de obter com relativa facilidade e rapidez contactos de novos/as entrevistados/as e de conseguir realizar entrevistas dentro dos limites temporais consagrados a um trabalho desta índole, não nos foi possível entrevistar o número de imigrantes romenos que tínhamos previsto no projeto desta dissertação.

Foram, então, conduzidas 9 entrevistas semiestruturadas, com uma duração média de 45 minutos. Apesar da dimensão limitada da amostra, foi garantida uma certa heterogeneidade dos seus elementos: há 5 elementos do sexo masculino e 4 do sexo feminino, provenientes de 7 distritos romenos (Cluj, Prahova, Brasov, Suceava, Olt, Caras Severin e Bihor). Os níveis de escolaridade dos entrevistados são distintos: Ensino Básico (2 entrevistados); Ensino Secundário (6 entrevistados) e Ensino Superior (1 entrevistado). Todos chegaram a Portugal entre 2001 e 2009, trabalhando em diferentes áreas, desde a restauração à construção civil. No apêndice 3 poderá ser consultada uma caracterização mais detalhada do grupo de imigrantes entrevistados para a pesquisa que esta dissertação comporta.

As entrevistas conduzidas foram suportadas por um guião que consentia que o entrevistado mantivesse um espaço para desenvolver as suas respostas ou contribuir com novas ideias (Burgess, 1997) – este pode ser consultado no apêndice 1. Além dos imigrantes romenos, residentes no concelho de Coimbra, inicialmente e com um cariz exploratório, foram entrevistados 2 profissionais que, no seu quotidiano laboral, trabalham com a população imigrante e que mantêm contacto, especificamente, com a população romena – um técnico do Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes e uma assistente social do Centro de Acolhimento João Paulo II.

É preciso ter em consideração que a utilização da entrevista implicou, neste estudo em particular, a consideração da questão da língua. A língua materna dos imigrantes da Roménia é, obviamente, o romeno, uma língua de

origem latina, tal como o português. Todavia, as palavras em comum, entre as duas línguas, representam uma minoria face ao extenso vocabulário de ambas. Assim, e tendo em linha de conta que não temos um domínio da língua romena, as entrevistas decorreram em português, o que exigiu que os entrevistados dominassem, suficientemente, esta língua. Por esta razão, descartámos a possibilidade de entrevistar imigrantes que tivessem chegado ao país nos últimos anos - optámos por entrevistar imigrantes que se fixaram, em Portugal, até ao ano de 2009. Também pelo objeto de estudo do trabalho, esta opção nos pareceu mais pertinente.

3.2. A análise dos dados

Para analisar os dados recolhidos, recorreremos à técnica de análise de conteúdo. Esta permite o “confronto entre o quadro de referência do investigador e o material empírico recolhido” (Guerra, 2006: 80) e, assim sendo, vai ao encontro de um dos pressupostos deste trabalho: conjugar as referências teóricas, avançadas pela literatura, com as experiências reais, expressas nos discursos dos entrevistados.

Inicialmente, as entrevistas conduzidas foram transcritas na íntegra, sem que tenha sido introduzida qualquer correção ao discurso dos entrevistados. Após a leitura das transcrições, seguiu-se a construção de uma grelha onde procedemos ao trabalho de síntese das entrevistas realizadas (apêndice 2). Ou seja, tendo como suporte o trabalho realizado por Gonçalves (1995, *apud* Guerra, 2006), recorreremos ao programa informático *Microsoft Excel*TM para criar a referida grelha, subdividida em dimensões, categorias de análise e unidades de sentido.

Neste caso, as dimensões são *trajetórias de vida; práticas culturais dos entrevistados; relações com o país de origem e relações com o país de acolhimento*. A primeira conta com as seguintes categorias: *a vida na Roménia; experiências de imigração na Europa; chegada a Portugal; dificuldades sentidas em Portugal; apoios recebidos em Portugal; caracterização da vida em Portugal e planos para o futuro*. A segunda dimensão abarca as categorias *festividades e*

tradições; símbolos da Roménia; práticas gastronómicas; práticas religiosas. A terceira engloba as categorias visitas ao país; relações com os romenos; utilização da língua. Por fim, a quarta dimensão é composta pelas categorias imagem de Portugal; autorrepresentação dos romenos, em Portugal; utilização da língua e relações com os portugueses.

A construção e utilização do instrumento, acima explanado, permitiu a delimitação do material recolhido, bem como a condução de uma análise temática transversal, a partir dos dados revelados pelas diferentes entrevistas e sobre os quais versa o capítulo seguinte da dissertação. Preservando o anonimato dos participantes, foram adotados nomes fictícios para identificar cada um deles, na análise que se segue.

4. Ser Romeno em Portugal: percursos da identidade cultural

4.1. Da Roménia para Portugal – trajetórias de vida

De acordo com os mais recentes dados do SEFSTAT (2014), dos 535 romenos que residem, regularmente, no distrito de Coimbra, 300 são do sexo masculino e 235 do sexo feminino. Esta proporcionalidade foi mantida na amostra deste estudo e, deste modo, como mencionámos, ela incluiu 5 elementos do sexo masculino e 4 do sexo feminino, cuja caracterização global poderá ser encontrada no apêndice 3 da dissertação. Começamos por salientar que, apesar da multiplicidade das suas circunstâncias e percursos de vida, há um conjunto de semelhanças evidentes, entre todos eles: acompanhando a vaga de imigração de leste, contextualizada no capítulo 2, todos chegaram a Portugal, onde residem atualmente, na primeira década do século XXI. Nasceram em regiões do interior de uma Roménia comunista, quando Nicolae Ceaușescu se encontrava no poder e assistiram à queda violenta do regime, em 1989¹⁴, e ao período turbulento que se lhe seguiu.

Como mencionámos, na década de 2000, Portugal tornou-se no seu país de acolhimento: 2004 e 2007 são os anos com maior incidência, um facto que vai ao encontro dos dados que anunciam um aumento da imigração romena após 2002, quando começou a abrandar a imigração de outros países de leste (PORDATA, 2013). Relembramos que, neste período, a Roménia aderiu ao Acordo Schengen e, depois, à União Europeia, o que facilitou o acesso e a circulação dos cidadãos romenos, nos outros países europeus.

Tal como foi explicitado, nos capítulos 1 e 2, os motivos que subjazem à decisão dos indivíduos saírem do seu país de origem, para se fixarem noutra território, podem ser analisados sob diferentes ângulos, dependendo do foco que imprimimos à problemática (ver Antunes, 2007; Castles e Miller, 2003; Saint-Maurice, 1997; George, 1977). Neste caso, a necessidade de procurar obter uma vida mais estável, financeiramente, é a principal razão, apontada pelos

¹⁴ A única exceção é Zina, que nasceu em 1995, 6 anos após o fim do período comunista.

entrevistados, para terem saído da Roménia. Como refere Zina, “sair da Roménia foi pela [falta de] dinheiro”. Eric complementa esta perspetiva: “depois da revolução de 1989, foi quando o Ceauşescu foi p’ra baixo, a gente foi preciso sair de lá para fora”, porque havia “pouco trabalho lá, na nossa terra, na altura”.

O contexto socioeconómico que se seguiu ao fim do regime comunista, na Roménia, deu o mote à emigração como uma alternativa adequada para os cidadãos, cujo destino principal foi o oeste europeu, corroborando a perspetiva de Potot (2003). No grupo de romenos entrevistados, as relações históricas, entre a Alemanha e a Roménia, parecem ter estado presentes no momento de decidir o seu local de destino: cinco dos entrevistados emigraram para a Alemanha, nalgum período da sua vida, ou têm familiares diretos que o fizeram – tal como avançam os dados do Institutul National de Statistica (2014), este é um dos três países onde, ainda hoje, residem mais imigrantes romenos. A prosperidade económica da Alemanha é, também, mencionada como um fator importante que pesou na decisão de se mudarem para o país: “eles [os pais] saíram para a Alemanha, porque perceberam que se ganhava mais [...], conseguiam mais rápido reunirem dinheiro” (Zina). Além da Alemanha, a Hungria, a Suíça, a Espanha e a Sérvia são os outros países, referidos nas entrevistas, e onde estes imigrantes estiveram, antes de virem para Portugal. Como é possível constatar, todos estes países se encontram, geograficamente, a oeste da Roménia.

Este dado é relevante, se tivermos em consideração a tese de Potot (2003): ao longo da história romena, manteve-se uma imagem muito valorizada do ocidente, no imaginário dos romenos, o que motivou uma saída significativa, a partir do momento em que as fronteiras da Roménia se abriram. Diminescu (2002) corrobora esta ideia, quando se refere à criação de uma fronteira simbólica do leste europeu, no sentido de se fechar a porta do passado soviético e embrenhar-se nos estilos de vida das sociedades ocidentais. Para Artan (2001: 73),

“a economia de mercado, o estado de direito, a liberdade de expressão das opiniões e o respeito pelos direitos dos indivíduos foram considerados como os valores fundamentais da civilização

ocidental e os eixos centrais do processo de transformação pós-comunista”¹⁵.

A este propósito, valerá a pena considerar as declarações do atual primeiro-ministro do país, Victor Ponta, em entrevista à *Euronews*, alegando que a Roménia tem uma perspetiva positiva da Europa –“era adolescente na época comunista e, para nós, a Europa sempre foi o sonho, sempre foi o tipo de sociedade que gostaríamos de construir, aqui na Roménia” (*The Global Conversation*, Euronews, 2013).

O sonho da referida Europa ocidental próspera, por contraste com um país mais pobre e menos desenvolvido, surge nas palavras dos entrevistados, que o deixaram em busca de uma vida mais estável, mais próxima dos padrões de consumo ocidentais. As dualidades do país e os elevados índices de pobreza que se fizeram sentir, no período subsequente à queda do regime de Ceaușescu, continuaram a persistir, e eram detetados nos estilos de vida dos entrevistados. Mesmo após constituírem família, por falta de meios financeiros, apenas dois dos entrevistados residiam em habitação própria, sendo que os restantes residiam com familiares (normalmente, os seus pais ou os pais do cônjuge). Ainda que só dois dos entrevistados não se encontrassem a trabalhar no país de origem, aqueles que trabalhavam referem os baixos salários praticados como um impeditivo para possuírem a sua própria casa, ou outros bens materiais que gostariam de ter. A este nível, é de destacar que nos deparamos com um espectro de profissões distintas praticadas pelos elementos da amostra (desde a canalização até à enfermagem ou secretariado) e que demonstram que a insegurança financeira não é uma característica de um grupo ou setor profissional em concreto. Bleahu (2004) refere, neste sentido, que, quando os indivíduos imigram, pretendem obter recursos financeiros para cumprirem objetivos específicos, bem definidos, que irão melhorar o seu *status* ou o seu bem-estar, como, por exemplo, a compra de uma casa, de um terreno, ou a aquisição de eletrodomésticos: "posso dizer que lá eu tinha felicidade, mas isso só não dá na hora de pagar comida, de pagar roupa, de pagar carro" (Sabina).

¹⁵ Tradução da nossa autoria.

A partir de 2000, conforme Diminescu (2003) refere, os fluxos de imigração romena para os países mediterrânicos tornam-se mais abundantes e estes países passam a figurar entre aqueles que acolhem mais cidadãos romenos. É neste contexto que Portugal surge como o país de acolhimento escolhido pelos entrevistados por quatro razões principais, relacionadas, entre si:

- Necessidade de mão-de-obra em alguns setores de atividade;
- Facilidade em obter autorização para permanecer no país, de forma regular perante a lei;
- Nível de vida mais consentâneo com as possibilidades económicas dos imigrantes do que, por exemplo, a Alemanha;
- Existência de familiares a residir no país (são mencionados pais, primos, cunhados e irmãos);

Como se pode constatar, estas razões vão ao encontro daquelas que a literatura aponta como as condições que motivaram o súbito aumento da imigração de leste em Portugal, avançadas no capítulo 2. Por um lado, a evolução sociodemográfica e o desenvolvimento económico do país que se traduziram num aumento nas ofertas de emprego, em determinadas áreas (com destaque para a construção civil, a agricultura e a indústria têxtil); por outro, as políticas proativas do Estado português, relativamente ao fenómeno da imigração, que facilitaram a permanência de cidadãos estrangeiros, e respetivas famílias, no país. No entanto, como alguns entrevistados declaram, apenas com a entrada da Roménia na União Europeia, em 2007, se tornou, efetivamente, simples e pouco dispendioso o processo de permanecer em Portugal de forma regular, uma vez que os imigrantes romenos passaram a ver a sua situação legal ser abrangida nos termos da lei n.º 37/2006, de 9 de agosto, referente à presença, em Portugal, de cidadãos originários de países da União Europeia. Atualmente, os seus documentos têm custos equivalentes ao de qualquer cidadão com nacionalidade portuguesa (Ferreira, 2013), mas, antes, “por causa de vistos e estas coisas de papéis [...] muito dinheiro se gastou só nisto” (Eric).

Mencionadas as principais razões que atraíram os imigrantes romenos para Portugal, no início do século XXI, é, também, relevante aludir ao conhecimento que eles tinham do país, quando decidiram mudar-se. Portugal não era um destino desconhecido para estes imigrantes, como a análise das suas entrevistas nos permite compreender. O seu conhecimento, baseado em noções gerais e, por vezes, imprecisas, foi obtido a partir de diferentes fontes: por um lado, as características acerca do país, às quais tiveram acesso em contextos formais (como a escola); por outro, as informações que os seus familiares lhes fizeram chegar. O conhecimento da localização geográfica de Portugal e da dimensão reduzida do país (por comparação com a Roménia, por exemplo) é um ponto assinalado por 3 entrevistados, ao passo que a referência à capital portuguesa, Lisboa, só não surge em 2 entrevistas. Para Timotei, Portugal era um “país sem guerra, seguro”, conhecido pelo “futebol e praias”. Num registo semelhante, Lucia, Cristian e Zina adiantam que os familiares lhes falavam do sol, do mar e das temperaturas elevadas que se fazem sentir - mais uma vez, por comparação com a Roménia, a temperatura média anual de Portugal é superior e, ainda que ambos os países tenham climas temperados, as suas características climáticas são distintas¹⁶.

Antes de sair da Roménia, porém, Lucia, também já conhecia Portugal através dos episódios de uma série de televisão que ela acompanhava. A primeira temporada da série *Morangos com Açúcar*¹⁷ foi adquirida por um canal de televisão romeno, o *Acasă TV*, onde esteve no ar, desde 2006, sob a designação *Căpșune cu zahăr* (tradução literal de *Morangos com açúcar*). Recorrendo à terminologia de Ferin (2008), podemos encontrar, neste caso, uma utilização de um produto dos *media* que começou por ser recreativa. Lucia via a série televisiva como forma de ocupação dos seus tempos livres e porque se tratava de um programa que ia ao encontro dos seus interesses. Depois, a série passou a ter uma vertente utilitária, para si: tornou-se num veículo de informação acerca de

¹⁶ Globalmente, Portugal tem um clima temperado mediterrânico e a Roménia tem um clima temperado continental, com oscilações climatéricas mais acentuadas, ao longo do ano.

¹⁷ *Morangos com Açúcar* é a designação de uma série televisiva portuguesa, dirigida ao público jovem, que foi criada pela Casa da Criação, em 2003. Esteve no ar entre 2003 e 2012, ao longo de dez temporadas que foram exibidas pela TVI, e que têm sido exportadas para canais internacionais (*Internet Movie Database*, 2014b).

Portugal, o país para o qual viria a emigrar com o marido, dois anos mais tarde. É de realçar que, quando Lucia chegou ao território português, percebeu que a série ainda era transmitida cá - um elo de ligação que sustentou a sua “região de confiança” (Pais, 2006: 327), em relação a Portugal. No entanto, simultaneamente, o programa contribuiu para o confronto com uma realidade ambígua: “cá não perceber nada da conversa dele; ele [as personagens da trama] eram diferente”. Afinal, quando Lucia chegou, estava a ser transmitida outra temporada da série, com outros atores e personagens, a contarem outra história e a falarem, entre si, numa língua diferente. Para ela, a série de origem portuguesa parecia ter mais sentido na Roménia do que em Portugal; afinal, em Portugal, o programa não tinha contexto e nem sempre era compreensível. Um pouco à semelhança da nova realidade na qual ela se viu imersa, nos seus primeiros tempos, no país, encontrou-se diante de atores diferentes, a viverem outra história, cujo contexto ela desconhecia, e a falarem, entre si, numa língua diferente daquela que Lucia compreendia. Relembremos que Lechner (2009) e Saint-Maurice (1997) defendem que os processos migratórios podem criar referências múltiplas, nem sempre coordenadas, entre a origem dos sujeitos e o seu presente que os leva a um sentimento de não pertença (“*feeling of not belonging*”, Sardinha, 2009: 51).

Às dificuldades sentidas, interiormente, por cada um dos entrevistados, a partir do momento em que o “conhecimento acerca de” Portugal (Pais, 2006: 326, baseado nos trabalhos de James, 1988) dá origem a um conhecimento fundado na realidade vivenciada – o “conhecimento por trato direto” (Pais, 2006: 326), associam-se as dificuldades concretas, espelhadas nos seus quotidianos. Acima, foi assinalada a questão da utilização de uma língua diferente que será analisada na secção seguinte deste capítulo, porém, as dificuldades não se restringem a esta dimensão. No período inicial das suas vidas, em Portugal, a falta de habitação e os problemas com a regularização da situação legal são, também, apontados. Timotei menciona, ainda, a instabilidade que experimentou, nos primeiros anos. Depois de dois anos na região do Algarve, residiu em Lisboa e na ilha da Madeira e, só então, foi trabalhar para Coimbra, onde reside, atualmente, com a sua família nuclear.

No entanto, com o decorrer do tempo, surgem outras dificuldades, algumas das quais agravadas pelas condições adversas do mercado laboral atual. Assim, inicialmente conseguiram encontrar emprego, ainda que fosse em condições precárias e a desempenhar tarefas que exigiam qualificações inferiores às suas – como vimos, destaca-se, entre os entrevistados, um nível intermédio de qualificação académica, correspondendo ao Ensino Secundário português (12 anos de escolaridade).¹⁸ Todos os entrevistados que já trabalharam, em Portugal, tiveram mais do que dois empregos, geralmente, no mesmo setor profissional; no sexo masculino salientam-se os trabalhos no setor da construção; no setor feminino destacam-se os empregos na área das limpezas.¹⁹ Denota-se, a partir das palavras dos entrevistados, que têm sido as mulheres quem tem mais facilidade em encontrar trabalho, nos tempos mais recentes – duas entrevistadas estão empregadas e dois entrevistados masculinos referem que esta mesma tendência se aplica em relação às respetivas esposas. A versatilidade de cargos ocupados permite-lhes o desempenho de trabalhos de curta duração e sem o estabelecimento de vínculos legais – falamos, por exemplo, de trabalhar “às horas” em casas de particulares em tarefas ligadas à jardinagem; à agricultura; à prestação de serviços domésticos e ao cuidado de idosos ou crianças.

É, porém, no geral, no último par de anos, os empregos tornaram-se ainda mais precários e flexíveis, os salários começaram a falhar, no fim de cada mês: cinco entrevistados encontravam-se desempregados, no momento da entrevista, dois deles beneficiavam do subsídio de desemprego. Assim, as despesas mensais tornaram-se um fardo mais pesado para as famílias, como transparece nas palavras de Alina: “350€ [para] pagar casa, água, luz, comer e ele [o filho] precisa creme todo tempo”²⁰. Eric refere-se, também, às dificuldades sentidas no acesso ao crédito bancário, para adquirir uma habitação própria e que, na sua opinião, se sustentam no facto de ele não ser português (este tópico será objeto de análise num dos subcapítulos subsequentes):

¹⁸ Estes dados vão ao encontro daqueles que são avançados pela literatura, relativamente aos níveis de escolaridade dos imigrantes de leste (Vilaça, 2008; Baganha *et al.*, 2004; Perista, 2004).

¹⁹ Apenas Zina e Alina não trabalharam, desde que estão em Portugal.

²⁰ O filho de Alina sofreu um acidente de trabalho, em 2009. Este deixou bastantes sequelas para a sua saúde, necessitando de medicação regular e cuidados constantes.

'tive na imobiliária [...] fomos lá, vimos a casa, tudo em ordem. Quando fomos passar os papéis, ah, não sei quê, não pode ser, porque você é estrangeiro e não sei quê, tem de ser preciso fiador. Trouxe fiador português [...] e tudo e não quererem aceitar. E eu aí passei-me, tirei o dinheiro todo.

Às dificuldades citadas, associa-se a distância da família (ou, pelo menos, de uma parte dela), vista como um obstáculo nas suas vidas: Lucia conta que “não ter cá a família, também [é] difícil” e, para Luca, o que “dói mais é filho longe e não ver irmão, primo, a família”. Constata-se que essa distância familiar, presente em todos os discursos, é menos enfatizada pelos entrevistados mais novos (Zina e Cristian, ambos com menos de 30 anos) e pelos entrevistados que estão em Portugal há mais anos (Eric e Timotei, ambos residem no país há mais de uma década). Este facto poderá dever-se à presença, em território nacional, de uma rede mais extensa de familiares próximos dos imigrantes em questão: Zina conta com os pais e com os tios; Cristian conta com o irmão, a cunhada e os sobrinhos; Eric e Timotei com a esposa, os filhos, os cunhados e os sobrinhos. Tal não significa, como veremos, que estes cinco imigrantes não preservem as suas relações com os familiares que se encontram na Roménia.

No polo oposto, ou seja, no que respeita aos apoios recebidos, ao longo da estadia em Portugal, a família também assume um lugar de destaque, pois parece ser a âncora principal destes indivíduos. A este propósito, Alexe *et al.* (2011) mencionam que a presença de familiares nos países de destino dos imigrantes romenos, daquela que os autores consideram a terceira vaga²¹, é um dos seus principais fatores de atração – além do apoio emocional, providenciam apoio económico e na procura de emprego. Tal como referimos, todos os elementos da amostra tinham familiares, em Portugal e, na maioria dos discursos, eles transparecem como um dos apoios que encontraram no país, nomeadamente, ao providenciarem habitação: à chegada, sete entrevistados ficaram em casa de familiares²², até encontrarem condições para terem o seu espaço. Lucia ficou “com primo do marido, em casa sua”, já Sabina, Timotei e

²¹ Para os autores, a terceira vaga de emigração romena decorreu entre 2000 e 2006; hoje, assiste-se a uma quarta vaga, na qual Portugal não se enquadra como um país recetor (Alexe *et al.*, 2011).

²² Apenas Luca e Alina ficaram numa pensão, durante o primeiro mês que passaram em Portugal.

Cristian ficaram em casa dos respetivos irmãos. Zina ficou com os pais e Radu com os sogros.

Os amigos também são considerados um ponto de apoio, em Portugal. Por exemplo, o primeiro emprego de Sabina foi encontrado por uma amiga romena que se encontrava no país, há um período mais longo. Foi, também, graças a um amigo que Cristian encontrou emprego e casa para partilhar, em Coimbra: “ele ajudou-me e eu ajudei ele, com rendas, com papéis, com computador, com trabalho. É amigo como um irmão”. Também Eric menciona a presença constante de um colega português, com quem trabalhou na construção civil: “sempre quando eu preciso dele, só para ligar e ele vem sempre e ajuda-me”. Com os amigos, ocorrem, igualmente, momentos de partilha, de atividades conjuntas e de comemoração (de festividades ou acontecimentos considerados especiais), aspetos que irão ser discutidos, com maior detalhe, noutra parte do presente capítulo.

Por último, o trabalho desenvolvido pelos técnicos de algumas instituições sociais de proximidade é destacado nalguns momentos do discurso, especialmente, no apoio prestado para resolver questões técnicas e burocráticas como o requerimento das prestações sociais rendimento social de inserção ou subsídio de desemprego.

Como se constata, com o passar do tempo, no país recetor, os imigrantes passam a testemunhar e intervir na sua realidade, tendo, portanto, acesso aos seus aspetos mais positivos e negativos. Esta situação comporta uma maior complexidade nas interações, entre as suas expectativas pessoais e a realidade na qual se movem (Bleahu, 2004). Isto é, os objetivos traçados, aquando da tomada de decisão de imigrarem, passam a ser menos claros e, em certos momentos, são dominados por interrogações quanto àquilo que foi conseguido e quanto aos tempos futuros. Ponderam a permanência em Portugal, um regresso à Roménia, ou a partida para outros países. Para alguns, as perguntas que surgem ultrapassam as respostas, que, deste modo, permanecem uma incógnita:

Filho dizer: oh mãe, quando vem a casa? E eu não sei dia, não sei ano, não conheço nada, nada. (Alina)

Vida difícil lá; cá também [...] tudo é difícil, não saber futuro. (Lucia)

Já Eric é um exemplo paradigmático da tese de Bleahu (2004): quando veio para Portugal, o seu objetivo principal era reunir um montante suficiente para construir uma casa própria, na sua terra natal. No entanto, os seus planos foram mudando, desde logo, porque gostou do país e, dois anos depois de estar em Portugal, trouxe a filha. A criança, à data com dois anos, é, hoje, uma adolescente que não pretende voltar para o país onde nasceu, mas que conhece mal. Assim, quando tiveram oportunidade para isso, Eric e a esposa tentaram, inclusivamente, investir os seus recursos na aquisição de uma habitação, em Portugal. No entanto, a crise no mercado laboral atingiu a empresa de construção onde Eric trabalhava e, neste momento, encontra-se desempregado, o que dificulta a estabilidade financeira da família. Apesar desta situação e de ponderar procurar trabalho noutro país, Eric continua em Coimbra: “É por causa aí de filha [...]. Tenho um irmão lá na Alemanha, na Itália, e ele chama-me sempre e ganha-se bastante melhor do que cá”.

Também Cristian não descarta a hipótese de sair de Portugal, para residir noutros países. Para ele, “não podes parar nenhum sítio do mundo, ‘tá sempre tudo a mudar [...] tu tens de correr p’raqui, p’além, olha, nem sabes onde, mas tens ir”. Nas suas palavras, encontramos um paralelo com a ideia de Bechir (2011), quando faz referência à existência de uma imigração cada vez mais itinerante, entre países, em função do mercado de trabalho. Esta parece ser, aliás, uma das marcas da realidade contemporânea. Num mundo em globalização, as pessoas em deslocação aumentam, fazendo das “etnopaisagens” (Appadurai, 2004: 51) paisagens mais comuns e intensificadas, onde os indivíduos têm à sua disposição a possibilidade de escolherem viver em (quase) qualquer lugar do mundo – a vastidão de possibilidades é maior do que em qualquer outro período da História (Antunes, 2007; Appadurai, 2004; Wieviorka, 2002).

A perspetiva do entrevistado é, portanto, exemplificadora do ponto de vista de Joseph (1998, *apud* Fabiani, 2002) ou de Barbero (2009), quando defendem que, hoje, é mais pertinente falar em “posição/situação”, ou em

“trajetórias” do que em estruturas identitárias rígidas, essencialistas. Nas palavras de Cristian, confrontamo-nos com a evolução das identidades, introduzida por Hall (2006).

Já Sabina e Luca encarnam a baixa percentagem de imigrantes romenos que, usualmente, pretendem regressar, em definitivo, ao seu país, depois de um período no estrangeiro que, de acordo com Bechir (2011), são cerca de 5%. Sabina alude às melhorias de vida registadas, nos últimos anos, na Roménia, nomeadamente à atração de investimento estrangeiro na agricultura e turismo, por contraponto ao deteriorar das condições de vida de Portugal:

Agora custa mais estar aqui. Pouco trabalho, casa é caro. Já ouço dizer que agora é melhor lá [na Roménia]. [...] O português também vai ver o seu futuro lá no estrangeiro. Ela [uma amiga] é portuguesa e foi [para a Suíça] e eu que é estrangeira vou cá ficar?

A última ideia expressa por Sabina relaciona dois movimentos de deslocação humana em sentido oposto – a emigração e a imigração. Imigrante em Portugal, Sabina refere-se, então, à tendência atual de emigração portuguesa e posiciona-se perante ela: se esta via é a solução encontrada, até para os portugueses, ela, que é estrangeira, *muito menos* razões tem para “ver o seu futuro” aqui. Esta sua posição poderá legitimar-se no modo como ela perceciona a sua própria posição na estrutura social da sociedade portuguesa. Interiorizado o papel de “*estrangeira*”, a entrevistada “representa-o”, tentando responder às expectativas e exigências que a sociedade requer de si (Fabiani, 2002). Na terminologia proposta por Goffman (1991, *apud* Mendes, 2001), que foi citada no capítulo 1, podemos falar na “*face*” que a entrevistada demonstra, pretendendo que lhe sejam reconhecidos determinados atributos – condição necessária para a interação social.

Zina, Radu e Timotei parecem representar os imigrantes do tipo “*one-way-ticket*” (Bechir, 2011: 2). Isto é, saíram do seu país de origem para se estabelecerem em Portugal e preveem que os seus futuros passarão por se manterem aqui, e não por regressarem. Apesar de assumirem que, atualmente, a conjuntura do país é desfavorável e não garante estabilidade financeira às suas famílias, acreditam que “aqui há um futuro, quando a crise acabar” (Timotei).

Continuam a projetar as suas expectativas num futuro que surge como um escape aos problemas do presente (Pais, 2006): creem que trará momentos mais positivos e que lhes permitirá recuperar um nível de vida que já tiveram, no país, e beneficiar das suas infraestruturas e serviços – de educação e saúde - aos seus olhos mais desenvolvidos e adequados do aqueles que existem na Roménia.

Além disso, Timotei, que está em Portugal há treze anos, destaca outra variável relevante: “se voltar [à Roménia], tenho que me adaptar a todo o sistema de lá outra vez. E chego e já não conheço ninguém; na minha terra tudo saiu, ficou só os velhinhos”. O “sistema” a que alude, parece-nos, diz respeito a um conjunto de práticas, códigos, símbolos, categorizações do universo social e imagens, com as quais se identifica e que sofreram adaptações, no contacto prolongado com um espaço-tempo distinto. Ou seja, dá-se o confronto com a identidade como um processo, com flexibilidade e dinamismo suficientes para se reconfigurar, constantemente, ao longo das vidas dos sujeitos (Grassi, 2008; Grassi e Melo, 2007; Saint-Maurice, 1997, Calhoun, 1995, *apud* Mendes, 2001). Recuperemos, a este propósito, Castells (1999): as identidades constroem-se a partir da organização de determinados significados, processados pelos indivíduos e pelos coletivos e que prevalecem sobre outros. O modo como estes processos se desenvolvem, especificamente, no caso dos imigrantes romenos, é o objeto das secções seguintes deste capítulo.

4.2. Nas encruzilhadas das línguas (romena e portuguesa)

A língua assume-se como uma categoria relevante no estudo das identidades culturais, uma vez que pode ser considerada um instrumento primordial da sua expressão, se a concebermos como um veículo de transmissão, de acesso e de compreensão da informação. Como vimos, no primeiro capítulo, Saussure (*apud* Hall, 2006) define a língua como um fenómeno social e cultural repleto de significados e inter-relações complexas que precedem os sujeitos (perspetiva sociolinguística).

Para Cunha e Cintra (1991: 1), a língua permite a “expressão da consciência de uma coletividade, [...] é o meio por que ela concebe o mundo que a cerca e age sobre ele”. Ora, no caso das experiências migratórias, a questão da utilização da língua ganha, ainda, maior importância. Tomemos, como ponto de referência, o caso dos imigrantes romenos, aqui analisado. No território português (isto é, o “mundo que os cerca”) a utilização da sua língua materna (que era a “expressão da consciência da sua coletividade”, na Roménia) torna-se desadequada em contextos sociais e/ou pessoais que envolvam o contacto com portugueses, ou com outros cidadãos que não dominem o romeno. Esta situação implica a aprendizagem da língua dos nativos; por um lado, para compreenderem as vozes dos outros (sendo eles colegas, patrões, serviços...), por outro, para serem compreendidos - isto é, para, eles próprios, terem uma voz.

É de destacar a ascendência comum da língua romena e da língua portuguesa: ambas derivam do latim, que teve a sua origem na região do Lácio (Itália) e que se disseminou por vários territórios, devido ao domínio do império romano (Pinto e Lopes, 2003). Assim, tal como em relação às outras línguas de origem latina, são várias as semelhanças, entre as duas, quer ao nível das estruturas gramaticais, quer ao nível da fonética. No entanto, e mesmo que existam vocábulos semelhantes, ou mesmo iguais, nas duas línguas (os entrevistados dão os exemplos de “eu”; “papel” e “casa”), as diferenças, entre elas, sobrepõem-se às similitudes. Retomando Cunha e Cintra (1991), o processo de desenvolvimento das línguas está em constante evolução (daí o português e o romeno serem línguas vivas), porque acompanha a mudança das próprias

sociedades que as criam. Deste modo, para estes autores, as variações geográficas, ou diatópicas, as variações socioculturais, ou diastráticas, e as variações históricas, ou diacrónicas, influenciaram, largamente, as distintas evoluções das duas línguas em questão e hoje são mais os aspetos que as distanciam do que aqueles que as unem.

Ao longo dos séculos, a Roménia e Portugal foram palco das invasões e das influências de povos diferentes, que deixaram, também, o seu cunho na língua materna falada, em cada um dos países. Destarte, a língua romena, “um enclave latino, no mundo eslavo”²³ (Potot, 2003: 95), comporta cerca de 65% de palavras vindas, diretamente, do latim, enquanto as restantes provêm, sobretudo, da língua grega, húngara ou turca, de acordo com Gavryuchkov (s.d.).

É de valorizar, ainda, que, entre os séculos XVI e XIX, por ação da Igreja Ortodoxa, a Roménia utilizou o alfabeto cirílico na sua escrita. Só depois deste período, adotou, novamente, a escrita latina, por influência do período iluminista, vivido na literatura (Hallen, 1999).

Já no caso da língua portuguesa, língua oficial de oito países²⁴ e a quinta mais falada no mundo, constata-se uma grande coesão entre as variantes da língua padrão, muito próxima do galego, maioritariamente influenciada pela posição do país, no extremo ocidental da Península Ibérica. Na língua portuguesa, além da sua clara raiz latina, há um conjunto bastante considerável de vocábulos importados ou adaptados da cultura árabe, por exemplo (Pinto e Lopes, 2003).

Esta breve incursão pelos meandros das duas línguas serve de suporte para analisar a questão da língua como uma das principais dimensões nas mudanças operadas nas vidas dos sujeitos, quando experimentam a condição de imigrantes. Para Perista (2004), a aprendizagem da língua é uma das dificuldades mais sentidas pelos imigrantes, um dado que também surge na amostra em estudo: para quatro dos entrevistados, ela assumiu-se, inclusive, como uma das principais dificuldades experimentadas nas suas trajetórias de vida em Portugal.

²³ Tradução da nossa autoria.

²⁴ São eles, Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau e Timor Leste.

Para Alina, Cristian, Lucia e Luca, o romeno e o português são muito diferentes entre si, pelo que a aprendizagem do segundo exigiu um esforço considerável da sua parte. Alina, aliás, reconhece a origem comum dos dois, mas apenas encontra semelhanças dignas de nota entre a sua língua materna e o italiano, inclusivamente ao nível gramatical, por estar mais próxima do latim vulgar que foi levado aquando da romanização de vários pontos da Europa.

Uma perspetiva díspar surge nos discursos de Timotei e Radu: o primeiro crê, inclusive, que “45% das palavras são iguais” nas duas línguas, concluindo, portanto, que não teve problemas em aprender português. Esta sua posição não parecer ser suportada por estudos mais aprofundados na área da linguística, que o entrevistado tenha realizado, uma vez que Timotei não tem uma escolaridade elevada (concluiu o Ensino Básico) – não parece, de resto, haver qualquer ligação entre o grau de escolaridade destes imigrantes e a facilidade na aprendizagem da língua portuguesa. Aqui, a percentagem mencionada surge como uma espécie de estimativa sustentada pela sua prática da língua portuguesa e a partir da qual pôde estabelecer uma comparação entre esta última e a sua língua materna. Já Radu, que tinha estado em Espanha, antes de vir morar para Portugal, encontrou nas fortes semelhanças entre o português e o espanhol uma vantagem clara, quando veio para o país.

Independentemente das perspetivas diferentes, pode afirmar-se que a aprendizagem da língua do país de acolhimento é um processo gradual que, num primeiro momento, requer uma “compreensão passiva” (Pais, 2006: 338), isto é, ouvir e aprender vocábulos elementares, que permitem compreender o essencial na comunicação com o outro:

pouco a pouco aprendeu e só depois falar. (Alina)

[...] eu dizia só «sim, sim, obrigado», porque era o que sabia de português. (Sabina)

Sabia «pai», «mãe», «olá»...«obrigado» [...] Depois entrei na escola, eu tinha vergonha e não falava. Mas ouvia, ouvia, e fui aprendendo. (Zina)

A expressão corporal tem, também, um papel chave nos momentos iniciais de aprendizagem. Não sabendo falar o idioma português, Sabina e Eric recorriam à comunicação não-verbal para se expressarem: “usava muito as mãos

e as coisas para mostrar o que queria” (Sabina); “com as mãos, com os pés, explicava-me, pronto”.

Um segundo momento de aprendizagem diz respeito à passagem para o “domínio ativo da fala” (Pais, 2009) e a um progressivo domínio da linguagem, que ultrapassa o conhecimento teórico do idioma, porque exige “um conjunto complexo de processos que torna possível a aquisição e o emprego concreto de uma língua qualquer” (Cunha e Cintra, 1991: 1) – como a compreensão de expressões idiomáticas, da gíria, de vocabulário técnico, ou de dialetos de regiões diferentes (variação diatópica da língua).

A este propósito, Timotei relatou a sua experiência, quando se confrontou com a utilização de vocábulos distintos para mencionar o mesmo objeto, em duas regiões de Portugal. Quando estive no Algarve, Timotei desempenhou trabalhos agrícolas que lhe permitiram aprender os nomes das principais alfaias utilizadas na agricultura. Mais tarde, num trabalho esporádico no norte do país, o patrão pediu-lhe que lhe entregasse a “sachola”, um pedido ao qual o entrevistado não soube responder:

No Algarve, a ferramenta chamava enxada, no norte, era sachola. Eu não sabia e quando patrão pediu-me, disse para ele que não tinha isso. Depois, ele pegou e eu vi que era o mesmo.

Schutz (1964, *apud* Pais, 2006) aponta, ainda, um outro fator importante: as orlas de sentido que rodeiam as palavras e que nem sempre têm uma tradução, muito menos uma tradução literal, e que se transpõem para as múltiplas conotações que os vocábulos podem adquirir quando são utilizados, nos vários contextos do quotidiano: “o significado das palavras depende de quem as diz, de como se dizem, e do sentido que elas têm para quem as emite e as receciona” (Pais, 2006: 341). Schutz defende, então, que só existe um domínio fluente de uma determinada língua quando ela é passível de ser utilizada em qualquer dimensão da vida dos sujeitos, incluindo a escrita de cartas de amor, o rezar ou praguejar, por exemplo. Confrontemos esta perspetiva com as palavras de Zina, a entrevistada que demonstrou um melhor domínio do português, alguém que passou a maior parte da sua vida em Portugal, onde frequentou a escola e onde quer residir no futuro: “quando eu rezo, é em romeno porque foi como aprendi e

não sei rezar à portuguesa”. O seu discurso ilustra a forma como há situações em que continua a mobilizar um esquema de expressão ao qual Zina não recorre, habitualmente, no seu dia-a-dia. Não se pode descartar o valor emocional de que esta ação está revestida: na Roménia, ela ia à Igreja com os avós e foram eles que a ensinaram a rezar. A este propósito, citamos Dubar (1991, *apud* Mendes, 2010) que defende que, para além do processo relacional, as identidades também são produzidas pelo processo biográfico e que este nem sempre se encontra em equilíbrio com o outro; neste caso específico, a biografia da entrevistada parece assumir uma relevância maior do que as relações sociais que a rodeiam, no momento presente.

Relativamente às estratégias usadas para aprender a língua portuguesa, constatamos que são diversas e, também aqui, encontramos distinções no grupo. De seguida, apresentamos uma tipificação delas, em três categorias:

- *aprendizagem através de estruturas formais ou semiformais*: a inscrição e participação numa formação semanal gratuita de aulas de língua portuguesa, foi a posição adotada por Cristian. Alina também se refere a um curso para o mesmo efeito que funcionou na sua área de residência, porém, a par da sua falta de tempo para o frequentar, como o professor não utilizava a língua romena – o curso não se circunscrevia a formandos romenos – para si revelou-se infrutífero. Já no caso de Zina, a principal fonte de aprendizagem foi a escola, que frequentou, em Portugal, desde os nove anos.

- *aprendizagem pelo contacto com portugueses*: a interação com cidadãos portugueses, quer pela necessidade de comunicar no local de emprego, quer no recurso a serviços (transportes públicos, supermercados, balcões dos Serviço de Estrangeiros e Fronteiras). Os contextos pessoais, em que se delineiam relações emocionais menos superficiais, como as relações de vizinhança ou de amizade, permitem, também, praticar a compreensão e a oralidade em português. Para Eric, este contacto foi fundamental:

[Quando cheguei] não entrei num grupo de minha... não sei como se chama... de minha raça, porque se era para falar com eles, «eh pá, que é que significa isso? Que é isto?» nunca mais

aprendia. [...] já entrei dentro de um grupo de portugueses e sozinho, com as mãos, com os pés, explicava-me, pronto.

Com o passar do tempo, os imigrantes realçam que não utilizam a língua portuguesa apenas no contacto com nacionais, mas também com os familiares com quem residem, em Portugal, numa parte dos diálogos que mantêm.

- *aprendizagem com o apoio dos meios de comunicação social*: revela-se comum, entre os entrevistados, o recurso aos programas dos canais da televisão portuguesa para aprender a língua do país de acolhimento. A diversidade da grelha programática serviu os interesses dos imigrantes, em relação a esta questão – para alguns, foi o entretenimento (telenovelas), para outros, os noticiários que mais contribuíram para conhecerem o idioma. Ferin (2008) apelida este fenómeno de consumo utilitarista dos *media* portugueses. Dois entrevistados mencionam a leitura de jornais portugueses, ou de livros infantis, como representativos da sua introdução ao português escrito, que para eles, permanece como a vertente mais complexa no domínio da nossa língua.²⁵

É de notar que os entrevistados não utilizaram, apenas, uma das estratégias referidas, ou que aquela(s) que privilegiaram, em dado momento, não tenha(m) sido substituída(s) por outra(s), em ocasiões subseqüentes, no entanto, por uma questão de organização e análise, foi feita a opção de apresentá-las em categorias separadas.

No que toca ao tópico analisado nesta secção, resta analisar uma questão importante: que lugar ocupa a língua romena nas vidas dos entrevistados? Como já fomos entrevendo, ela continua presente no seu quotidiano. Num lugar de destaque, surge a comunicação com outros romenos, particularmente com os familiares que se encontram no país natal – trata-se de um dado transversal a todas as entrevistas realizadas. Para o fazerem, privilegiam dois meios tecnológicos que têm à sua disposição: o computador e o telemóvel.

²⁵ Devemos advertir que esta vertente da utilização escrita da língua portuguesa não foi suficientemente explorada nas entrevistas conduzidas.

Uma vez mais, os *media* são realçados: aqueles que têm televisão por cabo possuem pacotes de canais que incluem o acesso a alguns canais romenos, que veem com frequência, no intuito de obter notícias da Roménia. Também a *Internet* ocupa um lugar central no contacto com a língua materna, quer através da consulta de jornais, revistas ou vídeos romenos, que se encontrem *online*, quer através da pesquisa de assuntos que são considerados mais burocráticos ou técnicos – como, por exemplo, a consulta do *site* da Embaixada Romena em Portugal.

Quando questionada acerca desta questão Lucia destaca o modo como o romeno permanece a língua que mais a acompanha e com a qual melhor se define e identifica, ainda que não faça uso dele com tanta frequência: “eu pensar em língua romena sempre”. Recorrendo à expressão empregada por Pais (2006: 337), torna-se claro que o “pensar habitual” desta imigrante continua a pertencer a um domínio estrangeiro ao mundo que a rodeia, atualmente. Além disso, a sua posição é enfatizada pelo emprego de um advérbio com uma carga expressiva: “sempre”. Ou seja, de cada vez que se quer expressar, em português, Lucia é obrigada a traduzir os seus pensamentos, a verter em palavras, que lhe são estrangeiras, cada uma das ideias que quer transmitir aos outros.

4.3. Reconfigurações do quotidiano e das suas práticas

Principiamos este ponto com uma questão, proposta por Pais (2006: 337) e cuja ideia foi já mencionada no último parágrafo, do ponto antecessor: “Como converter as coordenadas do «pensar habitual» de origem em coordenadas válidas de um novo «pensar» que não tem nada de «habitual»?”. Parece-nos pertinente tentar responder-lhe através da análise do modo como algumas práticas culturais dos imigrantes são reconfiguradas, devido à sua experiência, como imigrantes em Portugal. Abordamos, concretamente, a questão da gastronomia, da ocupação dos tempos livres e das festividades e tradições celebradas, categorias que permitirão o desenrolar de outras, interrelacionadas, nas secções seguintes.

4.3.1. As práticas gastronómicas no país de acolhimento

No imediato, a questão da gastronomia poderia parecer uma questão claramente secundária, no estudo sociológico das identidades culturais, diante dos tantos outros traços que as caracterizam e que, mais facilmente, são abordados. No entanto, Grassi (2008) define-a como um relevante fator de delimitação da identidade cultural e Martins (2012) defende que “o consumo de alimentos e os estilos alimentares são reveladores de um processo identitário e sustentam uma determinada posição hierárquica na estrutura social” (Martins, 2012: 35), pelo que não devem ser menosprezados. Esta conceção foi, em certa medida, encontrada nos discursos dos entrevistados: mesmo que não sejam um vetor central na sua caracterização identitária, as práticas culinárias ocupam um lugar com algum realce. Podemos, assim, falar em dois fenómenos a tomar em linha de conta:

Os entrevistados reconhecem as diferenças entre a cozinha romena e a cozinha portuguesa e assumem uma posição perante elas. Relativamente à culinária romena, todos os entrevistados afirmam que continuam a cozinhar/comer pratos típicos da Roménia, reconhecendo que não se deparam com constrangimentos na hora de adquirir os produtos para confeccionar tais pratos – nas grandes superfícies comerciais, conseguem encontrar produtos iguais ou similares àqueles que existiam no seu país de origem. Esta facilidade poderá advir da semelhança entre os ingredientes utilizados nas suas cozinhas e aqueles que são consumidos em Portugal. Nas entrevistas, são citados carne de porco, frango, legumes (couve, cebola, cenoura), ovos, vinagre, arroz, leite, pão e batatas. Constatamos que as diferenças surgem, particularmente, ao nível da confeção de receitas com os produtos alimentares e dos quais a sopa surge como o exemplo mais paradigmático:

a nossa sopa não é passada com a varinha, como a portuguesa, não é? É cortado tudo aos bocadinhos, a couve, a cenoura...” (Zina); “Quando fazer sopinha, cebola, batata e depois tudo [...] Esmagado, si. Na Roménia não. Fazer sopinha da batata cortar, cortar. (Alina)

Sabina considera que a “sopa portuguesa para bebé, tudo passado, é melhor até”, já a romena “é aqui o caldo, tem bocado do legume”. Luca pensa que a sopa portuguesa “nem é sopa, é creme, com tudo picado”. Assim, este é o prato

que os entrevistados mais prezam em comer²⁶, tal como faziam no seu país natal, quer porque preferem o seu sabor, quer porque a sopa tem um papel central na sua alimentação diária: “é barato, tem bom sabor, guardas no frigorífico e comes quando queres” (Cristian).

Não é apenas na sopa que o “bom sabor”, a que se refere Cristian, parece ser diferente em Portugal: o leite, os enchidos, o pão são também mencionados. Para Radu, não se trata tanto da diferença de sabor, mas, antes, da falta dele: “há comida português que não tem sabor”, segundo ele, porque não é suficientemente condimentada. Timotei concorda, mas vê esta falta como uma vantagem: “comida portuguesa é mais saudável, cá há mais cozidos, lá é mais fritos”.

Apesar de mais rapidamente aludir às dissemelhanças culinárias, em regra, o grupo come comida portuguesa e, ainda que demonstre certa dificuldade em fazê-lo, consegue apontar alguns pratos típicos do país. O arroz doce ou a feijoada são referidos, a par com pratos associados à comemoração de festividades, como o bacalhau cozido e o bolo-rei. A exceção a esta posição é Eric, que é perentório: “Já há 12 anos [que está em Portugal], ainda não consegui comer é comida portuguesa. [...] Minha filha, ui! Não pode faltar, mas eu, eu é que não como. Não estou habituado, não consigo”.

Curiosamente, a renitência de Eric não o restringiu de participar com a sua família na iniciativa “Família do Lado”, uma efeméride anual que decorre em sete países da União Europeia e que consiste na realização de um almoço-convívio entre famílias originárias de países distintos, que partilham, na casa de uma delas, uma refeição típica dos seus países.²⁷ Segundo a opinião de Eric, esta experiência foi positiva e os portugueses a quem abriu as portas da sua casa ficaram satisfeitos com a refeição que ele e a esposa lhes prepararam. Porém,

²⁶ Apenas um dos entrevistados não faz referência ao consumo de sopa.

²⁷ Esta iniciativa teve origem na República Checa, em 2004 e, desde então, foi adotada como uma boa prática, no domínio da interculturalidade, em seis outros países: Portugal, Bélgica, Espanha, Hungria, Malta e Eslováquia. Em Portugal, é organizada pelo Alto Comissariado para as Migrações. Mais informações, podem ser consultadas em <http://www.nextdoorfamily.eu/pt/index.php/pt/>.

não foi suficiente para levá-lo a si a uma maior abertura à comida preparada por eles.

A cozinha revela-se como um exemplo de desterritorialização e difusão de diferentes culturas, produzidos pela globalização. Neste caso concreto, pela proliferação transnacional dos alimentos (que são cada vez menos exóticos, independentemente do território em que estejamos) e dos modos de os confeccionar. É Sabina quem nos interpela com uma questão reveladora desta realidade: “adotei a comida do português, mas português também adota comida França, América, indiano, não é?”. Assistimos, portanto, à possibilidade de importar bens alimentares que não existam numa determinada zona, ou de criar, artificialmente, as condições necessárias para os produzir. Estamos perante o já tão falado “tear de movimentos humanos” (Appadurai, 2004:51) que contribuiu para que a diversidade de práticas alimentares chegue aos diferentes cantos do mundo; vendo-se à influência das mediapaisagens, onde a culinária tem ganho um lugar de destaque ao longo dos anos (veja-se a existência de revistas, *sites*, ou programas de televisão que lhe são dedicados).

Vimos que, quando questionados acerca da típica comida portuguesa, os entrevistados tiveram dificuldades em dar uma resposta, alguns dos quais alegando que não sabem aquilo que é, *realmente*, originário da cozinha portuguesa ou uma “mistura de tudo” (Radu). É esta “mistura de tudo” que transparece nas dúvidas e incorreções de Lucia e Alina, quando se referem aos pratos que costumam cozinhar, nas suas habitações:

Marido gosta massa, mas massa é Italia e cozinha portuguesa eu não saber bem. (Lucia)

Aqui come grelhado, sopa, sopinha, batata frita. Batata frita em Roménia é igual. (Alina)

Para Alina, a semelhança das batatas fritas foi uma forma de mostrar à entrevistadora que conhecia um prato português que, inclusivamente, era igual no seu país de origem. Todavia, a confeção de batatas, através da sua fritura, não é uma prática original da gastronomia portuguesa ou romena e foi, também, uma receita importada para a alimentação da população de ambos os países.

Em suma, em Portugal, os entrevistados introduziram novos aspetos no modo de confeccionar as suas refeições quotidianas, ainda que não saibam se eles correspondem, ou não, à típica cozinha portuguesa ou a práticas gastronómicas que transcendem os domínios nacionais da cozinha romena ou portuguesa e que são, já, um produto bastante globalizado.

4.3.2. A ocupação dos tempos livres em Portugal

No que concerne à ocupação dos tempos livres, a análise das entrevistas permite-nos constatar que os imigrantes procuram desenvolver as mesmas atividades com que se ocupavam, na Roménia, adaptadas, porém, a um contexto diferente, quer se trate ao nível do espaço, quer ao nível dos meios à sua disposição.

Atente-se na situação revelada por Cristian: o entrevistado diz que adquiriu o gosto pelo desenho quando era criança mas, à medida que cresceu, este foi um *hobbie* que se tornou menos frequente na sua vida. Porém, quando se mudou para Coimbra, apercebeu-se de que os tempos mortos dos fins de semana, aliados ao maior número de horas em que se encontrava sozinho, numa cidade que ainda lhe era estranha, lhe permitiam recuperar o gosto pelo desenho. Assim, começou por desenhar os amigos e familiares próximos, que se encontravam na Roménia, a partir de fotografias que tinha deles. O desenho permitiu-lhe, portanto, regressar às suas origens, quando elas se encontravam mais longínquas. Por um lado, um regresso até à sua infância, em Vascau, onde tinha disponibilidade e interesse para se dedicar a esta arte; por outro lado, um regresso até à sua família, uma vez que o desenho o ajudou a lidar com as saudades que sentia dela: “[...] deu para sentir mais perto deles. Um dia, mandei retrato de minha mãe e ela fica muito feliz”.

A pesca recreativa, um hábito que Eric mantém desde a sua juventude, foi algo que ele procurou preservar, na sua vida em Portugal. Inicialmente, este passatempo exigiu que o entrevistado procurasse saber mais acerca do território em que se encontrava, para que pudesse descobrir locais de venda de artigos de pesca, bem como locais apropriados para a sua prática. Não foi apenas a pesca que exigiu a descoberta de um local adequado em Coimbra; também a prática do passeio, o passatempo mais apontado nas entrevistas, assim o requereu. Segundo Luca, “passear ajuda p’ra conhecer a cidade”. Ao deambularem pelas ruas de Coimbra, os imigrantes passam a conhecer mais locais da cidade que lhes podem ser úteis, de um ponto de vista profissional ou recreativo. Assim, o passeio assume a função de um mapa, à escala real, cujo percurso desvela

novos pontos de referência, dos quais se destacam a Mata do Choupal e o Parque Verde. Para os entrevistados, estes dois sítios são apropriados para passear com a família e para os filhos brincarem ao ar livre.

A praia é outro local de destaque, para estes imigrantes. Uma vez que em Coimbra não há praia, referem-se a visitas à Figueira de Foz ou a Mira, com amigos e com a família. As idas à praia parecem ser uma forma sazonal de ocupar os tempos livres que são mais comuns nas suas vidas, em Portugal, dada a proximidade da sua residência com as praias citadas. “O mar cá é mais perto que mar romeno”, defende Luca, que residia em Suceava, uma cidade a mais de quinhentos quilómetros da costa do mar Negro que banha a Roménia.

Há, ainda, outro dado que nos parece relevante analisar: os passatempos que se associam ao consumo de produtos globalizados, reconhecidos internacionalmente. Isto é, enquanto três dos entrevistados aludem ao consumo de programas televisivos, como forma de entretenimento, Radu especifica o seu gosto por séries policiais, das quais destaca a norte-americana *Castle*²⁸, um programa que descobriu na televisão por cabo, em Portugal. O sucesso desta série tornou-a num produto vendável em mercados internacionais, à semelhança de tantas outras séries e programas, de diferentes países, que revestem os canais europeus (onde se incluem a televisão portuguesa e romena). Este fenómeno, cada vez mais comum, já foi referido, quando assinalámos o exemplo da venda da série *Morangos com Açúcar* a um canal romeno; aliás, em 2013, o programa mais visto na Roménia era de origem internacional - um drama histórico turco, denominado *Suleyman* (Sinka, 2014).

No discurso de Radu surge, ainda, outro exemplo, relacionado com o seu interesse pela leitura das obras de Dan Brown. Uma rápida pesquisa na internet, permitiu-nos perceber que os livros de Dan Brown representam um grande sucesso de vendas, na Roménia – de acordo com os dados da *Diverta*, a maior empresa distribuidora de livros no país, em 2010, o seu livro *Simbolul Pierdut*

²⁸ De acordo com o site *Internet Movie Database* (2014a), *Castle* é uma série criada por Andrew Marlowe, que é transmitida pelo canal ABC, desde 2009. Relata a história de um escritor de policiais bem-sucedido que é autorizado a acompanhar a Polícia de Nova Iorque na resolução de homicídios. Em Portugal, a série é, atualmente, transmitida pelo canal de cabo AXN.

(*The lost symbol*, no original) foi o segundo mais vendido do ano. Estes dados sugerem-nos a tendência de aproximação dos cidadãos romenos aos estilos de vida e ao consumo de produtos ocidentais, tal como Pais (2006) e Artan (2001) apontam. De igual modo, expressam a difusão global de produtos literários e televisivos, que chegam a públicos cada vez mais vastos e distantes das suas origens.

4.3.3. Viver festas e tradições em Portugal

As referências às tradições ou às festividades comemoradas em Portugal transmitem a relevância da história do país de origem e do contexto cultural no qual se desenrolou uma parte da vida dos entrevistados, como, de seguida, veremos.

Ainda que seja referida a comemoração de outras festividades, como a passagem de ano, o dia da Assunção de Nossa Senhora, a Páscoa e o dia de São João²⁹, destacam-se, nas entrevistas, duas celebrações que importa contextualizar com maior detalhe: o Natal e o Dia do Trabalhador.

Começamos pelo feriado religioso, o Natal, que, na tradição Cristã, celebra o nascimento de Jesus, filho de Deus e Maria. A comemoração desta festa é um dado transversal a todas as entrevistas ainda que, nalgumas, seja acrescentado o facto de haver diferenças no modo como a festa é vivida, em Portugal. Por um lado, estas diferenças decorrem de tradições culturais/religiosas distintas, nos dois países e, por outro, decorrentes das primeiras, surgem as diferenças baseadas na impossibilidade de reproduzir com exatidão o Natal, tal como era celebrado num contexto díspar. Em primeiro lugar, porque, segundo Lucia, o Natal é “festa da família” e, em Portugal, não estão reunidos todos os elementos da família, com quem era hábito os entrevistados passarem esta quadra. Zina corrobora:

²⁹ Estas duas em datas distintas daquelas em que são celebradas em Portugal, devido às dissemelhanças entre o calendário da Igreja Católica e o da Igreja Ortodoxa.

Natal lá começa mais cedo, lá havia mais festa, porque a partir de 20 de dezembro, mais ou menos, já se começa a festejar. Havia muito para fazer, mas era mais família, aqui somos só nós, eu, os meus pais. Por isso, nunca é igual.

Eric aponta outra razão: “a coisa aqui não é igual, não é como na nossa terra [...] também por causa de clima”. As condições meteorológicas, entre os dois países, não são iguais e, pelo menos na sua zona de residência, em Coimbra, as temperaturas, no mês de Dezembro, são superiores àquelas que se registam na Roménia e, portanto, “aqui, não vê a neve” (Cristian) – um elemento que, no imaginário deste entrevistado, é um importante símbolo do Natal.

Em casa de Lucia, abdicou-se da árvore de Natal, em Portugal: “aqui não ter árvore de Natal, lá gostava fazer. Agora, para mim e marido só; para quê?”. Além disso, esta entrevistada fala de um bolo típico do Natal romeno, o *cozonac*³⁰, que passou a confeccionar com pouca frequência. Para si, ambos perderam a sua expressividade simbólica, no contexto da sua vida em Portugal.

Eric exemplifica a impossibilidade de concretizar certos aspetos tradicionais do Natal romeno. Relata que, a partir de 20 de dezembro, começam os preparativos: “Os homens mata os porcos [...]; as mulheres [...] fazem o pão, as bolachas”, alternando entre as casas dos familiares e amigos. Em Portugal, a “única coisa” que Eric pode pôr em prática é a vertente gastronómica (“a gente mete couve em vinagre, o pimento com cebola e essas coisas... fazer tipo *pickles*, ou como se chama.”), pois não possui, ao seu redor, as condições que, antes, tinha para efetivar todas as tarefas associadas à comemoração do Natal.

De um modo geral, e recorrendo à terminologia de Bhaba (1997, *apud* Hall, 2003), os entrevistados parecem ter “traduzido” esta prática, para a sua vida em Portugal, através de uma reestruturação pragmática da mesma. Isto é, a partir da supressão de alguns elementos que não se coadunam com os seus quotidianos, ou cuja possibilidade de concretização lhes parece nula.

O feriado comemorado no primeiro dia de maio, o Dia do Trabalhador, é outra festividade que os entrevistados comemoram, em Portugal. Tal como na

³⁰ De acordo com a entrevistada, este bolo é feito a partir da utilização de farinha, ovos e frutos secos.

Roménia (e em muitos outros países, visto que se trata de uma comemoração internacional), em Portugal, este dia foi assinalado, pela primeira vez, em 1890³¹, porém só se tornou num feriado, em ambos, no século seguinte. Na Roménia, o evento passou a ser marcado por grandes celebrações quando o regime comunista se estabeleceu no país. À semelhança dos outros países com regimes análogos, a data foi transformada num feriado estatal, com grande importância, passando a incluir desfiles e paradas nas principais avenidas das cidades – constituiu-se, assim, como um instrumento de propaganda (Kadar, 2014). Mesmo com o fim do regime de Ceaușescu, quando a Roménia se tornou numa república democrática, com uma clara tendência de aproximação ao ocidente, esta data foi preservada como feriado nacional.

É de realçar que o facto de também ser comemorada em Portugal, poderá ter potenciado a sua referência nas entrevistas, todavia, e tendo em consideração a carga atribuída historicamente ao Dia do Trabalhador na Roménia comunista, que quase todos os entrevistados conheceram, não deixa de ser um dado relevante que quatro deles o refiram. Ainda que as migrações conduzam a construções e reconstruções da história e das culturas, nas quais o lugar deixa de ser o ponto fundamental (Appadurai, 2004), o indivíduo continua a procurar determinadas estruturas de significados (de instituições, de comemorações, de memórias...) para organizar um sentido do mundo. Neste caso, a referência a um feriado histórico parece enfatizar, de facto, uma preservação da estrutura (i.e., assinalar uma data) e não tanto do conteúdo subjacente ao festejo do Dia do Trabalhador.

4.4. A reterritorialização das práticas religiosas

Para alguns autores, como Hall (2003) e Abou (2002), a religião pode ser vista como um dos vetores a considerar no estudo das identidades culturais, devido à sua influência na construção dos sistemas de referência e significados que os sujeitos atribuem àquilo que os rodeia. Partindo deste pressuposto, e

³¹ No caso português, só se tornou um feriado oficial a partir da revolução de 25 de abril de 1974.

tendo em consideração que nas respostas dos entrevistados surgem, com regularidade, referências a aspetos religiosos, abordamos, neste subcapítulo, o modo como estes passam a ser vividos, em contexto de migração.

Como foi referido no capítulo II, na Roménia, tal como em Portugal, há um vasto predomínio de fiéis do Cristianismo. Contudo, enquanto, em Portugal, a indiscutível maioria dos cristãos segue a doutrina da Igreja Católica Romana, na Roménia, entre 70 a 80% da população cristã identifica-se com os princípios da Igreja Ortodoxa, à semelhança daquilo que ocorre em outros países do leste europeu (Vilaça, 2008; Santos, 2004). Em número mais diminuto, seguem-se os fiéis da Igreja Católica Romana (Santos, 2004).

Verificamos que a amostra em estudo reflete as tendências, acima descritas, dado que um dos seus elementos se considera agnóstico, há um entrevistado católico e os restantes se assumem como ortodoxos. Independentemente destes dados, em todas as entrevistas há referências ao Cristianismo, quer se traduzam ao nível da alusão a cerimónias desta religião, quer sejam menções a práticas pessoais/familiares dos indivíduos. Como já foi destacado, as festividades expostas pelos entrevistados estão relacionadas, sobretudo, com datas assinaladas pelo calendário religioso cristão: Natal, Páscoa, Assunção de Virgem Maria, S. João, Festa da Anunciação e Pentecostes. No entanto, as distinções entre as Igrejas Católica e Ortodoxa verificam-se no modo de celebrar, nos dias, na interpretação dos textos litúrgicos, associados a estas comemorações.

No caso da amostra estudada, parece que as semelhanças, entre as duas Igrejas, são mais significantes do que as possíveis distinções que os entrevistados reconhecem existir entre ambas. Esta hipótese foi avançada por um dos técnicos do Centro Local de Apoio ao Imigrante com quem falámos, antes de partir para a realização das entrevistas. De acordo com a sua perspetiva, não existindo nenhuma igreja ortodoxa romena em Coimbra, os imigrantes optaram por manter as suas práticas religiosas, recorrendo aos templos das igrejas católicas. Confirmámos este dado, aquando da condução das entrevistas, uma vez que, quando questionados acerca das suas práticas religiosas, os

entrevistados que se consideram ortodoxos afirmam que continuam a frequentar a igreja e que, na globalidade, mantêm os hábitos religiosos que tinham na Roménia.

Apesar da sua importante vertente espiritual, a religião concretiza-se, também, através de diversos elementos materiais. Neste caso, a ausência de elementos materiais representativos da Igreja Ortodoxa, na cidade que os acolheu, os imigrantes estudados sentiram-se impelidos a procurar componentes alternativos. Encontraram-nos nas igrejas católicas e adaptaram-se ao seu sistema de funcionamento. Neste caso concreto, Alina refere que como “aqui não tene igreja romena, daí quando [tenho] tempo, eu, marido e filho vai igreja aqui a São José”. Na sua maioria, os imigrantes entrevistados frequentam este espaço com alguma regularidade, nomeadamente aquando da celebração da missa dominical, uma cerimónia vivida em família. Para Timotei, “aqui é quase igual”; Eric corrobora esta perspetiva: “Sou católico e a minha esposa é ortodoxa [...] não tem nenhuma diferença. Cada uma pessoa vai para a missa, porque eu já ‘tive em vários sítios e vi como [...] passam a missa. Só há um Deus, não há dois ou três, não é?”.

Há, no entanto, um conjunto de diferenças que merecem ser analisadas, pois são exemplificativas de que, ainda que os indivíduos reconfigurem as suas práticas religiosas, há determinados aspetos que suprimem ou nos quais persistem na mobilização de recursos adquiridos, originalmente. Relembremos, como defende Maria Manuela Mendes (2010) que, apesar da sua plasticidade, as identidades mantêm uma estrutura relativamente contínua, que permite aos sujeitos terem consciência de si, para além do momento atual.

Assim, encontramos no discurso de Radu uma alusão às diferenças arquitetónicas, entre os templos católicos e ortodoxos. A primeira vez que Radu entrou numa igreja católica foi com os sogros, quando se mudou para Portugal e, desde logo, reparou que “Roménia tem melhores igrejas, mais velhas mas [tratadas com] mais cuidado, mais bonito de pinturas, tudo tem imagem. Aqui, há estátuas do santo.” Sabina faz referência à beleza das comemorações nos templos ortodoxos, tal como Luca, para quem as igrejas localizadas na sua zona

de origem (Suceava, no norte da Roménia), são aquelas que melhor a representam, porque além de os templos terem sido preservados, ao longo da história, conjugam-se na paisagem natural da região. Nesta linha, de acordo com Irimia (2009: 2), as igrejas ortodoxas apresentam-se como

uma bíblia aberta [uma vez que estão] integradas num conjunto pictórico, arquitetónico e espacial, onde o ícone ultrapassa as fronteiras de uma simples representação para assumir uma função ontológica, criadora e sagrada.³²

É, precisamente, à iconografia ortodoxa, um género de arte sacra no qual são representados, pictoricamente, os protagonistas e as mensagens bíblicas, em painéis de madeira, a que Radu se refere quando fala das “pinturas”. Em contraponto, nas igrejas católicas ele encontrou “estátuas do santo”, pois, nestas, são mais comuns as representações volumétricas ou os frescos, com a mesma temática.

Para Alina, a diferença que mais relevância tem, entre as práticas religiosas na igreja católica que frequenta, em Coimbra, e as práticas da Igreja Ortodoxa centra-se no “sinal da cruz”, um gesto simbólico de evocação da Santíssima Trindade³³, ao qual os cristãos recorrem, com frequência, com o intuito de santificarem uma determinada ocasião ou circunstância – como, por exemplo, no início da eucaristia (Saunders, 2003). Quando foi questionada, esta entrevistada explicou, por meio de palavras e gestos, que para a Igreja Ortodoxa o ato de benzer-se efetua-se com os dedos da mão direita numa posição específica (três dedos erguidos, simbolizando a Santíssima Trindade, e dois apoiados sobre a palma da mão, em conformidade com a dupla natureza – humana e divina - de Jesus Cristo), movimentando-se em forma de cruz, ao tocar a testa, o peito, depois o ombro direito e, por fim, o ombro esquerdo. Ora, ao frequentar a missa em Portugal, Alina observou um gesto diferente do seu: a mão, com a palma aberta, toca primeiro o ombro esquerdo e, só então, o lado direito do corpo. Este rito, que surpreendeu a entrevistada, remonta à história das duas Igrejas, uma vez que, até ao século XII, o “sinal da cruz” era executado, por todos

³² Tradução da nossa autoria.

³³ Para a generalidade dos cristãos, a Santíssima Trindade é composta pelas entidades divinas Pai, Filho (Jesus Cristo) e Espírito Santo.

os cristãos, tal como ela o aprendeu. Porém, naquele período, o Papa Inocêncio³⁴ permitiu que os fiéis se benzessem começando pelo lado esquerdo, para simbolizar a necessidade da sua passagem da miséria até à glória de Deus (lado direito), e a ressurreição de Jesus Cristo, passando da morte para a vida eterna. Esta prática nunca foi adotada pela Igreja Ortodoxa que manteve o sinal tradicional (Saunders, 2003), tal como chegou até Alina e tal como ela e a família continuam a praticá-lo, independentemente de estarem num templo em que os outros presentes o executam de outro modo. A persistência no “sinal da cruz” ortodoxo é um constante lembrar de que permanecem como elementos de um exogrupo, uma vez que os distingue, em relação ao outro. Ela e a família não partilham o “pensar habitual” daquele endogrupo e as suas pautas religiosas, que sempre se explicaram por si próprias, confrontam-se com o estranho, com elementos que, afinal, necessitam de uma explicação histórica e de uma adaptação a novas dimensões e significados, que, por vezes, os sujeitos recusam por considerarem incoerentes e prejudiciais para os seus valores, o seu *status* e a sua história (Pais, 2006).

Sabina faz referência ao *Rusalii*, ou seja, o Pentecostes, cuja comemoração suprimiu, em Portugal, porque não considera ter as condições necessárias para o fazer. Além disso, na sua exposição e na de Luca, há um apontamento para o facto de que nenhum dos romenos que conhecem, em Portugal, se ter casado neste país, indiciando a importância que este sacramento tem para si, pelo menos se comparado com outros, como a eucaristia ou o batismo, que são comemorados em território nacional. Além disso, tal como acontece em Portugal, casar no local de nascimento é uma prática tradicional: Lucia, que tem uma irmã a viver na Alemanha, informa que uma das suas visitas ao país de origem se deveu ao casamento da irmã – apesar de estar imigrada, ela optou por realizar a cerimónia na Roménia, na sua cidade natal.

Há, por fim, que salientar que, ainda que não existam templos ortodoxos, em Coimbra, Timotei alude à celebração de cerimónias ortodoxas numa igreja, na zona dos Olivais. Segundo as informações prestadas pelo entrevistado, ali,

³⁴ O Papa Inocêncio foi o chefe máximo da Igreja Católica Romana entre 1198 e 1216 (Saunders, *op. cit.*)

decorrem duas missas por semana, ministradas por um padre ucraniano, que dirige a celebração na sua língua materna. Porém, salienta que, ainda que a sua crença o possa impelir a frequentar estas celebrações, ele encontra poucas razões de ordem prática para o fazer. Desde logo, porque a igreja católica é mais próxima da sua residência, facilitando o acesso à mesma; depois, porque ele não domina a língua ucraniana, o que o impede de compreender aquilo que é proferido nas missas. Assim, estando em Portugal há mais de uma década, julga que "é melhor ir na missa na igreja de São José, porque padre fala português e as rezas é quase igual". Há, no entanto, exceções a esta tendência, que se verificam ao nível da comemoração do sacramento do batismo, por exemplo. Sendo que esta celebração é um ato único na vida dos fiéis, o significado que lhe é conferido reveste-se de maior importância do que o das missas semanais e portanto para Timotei, não pode ser substituído pelo ritual católico: "só os batizados são na igreja ortodoxa, tem que ser"³⁵. Este exemplo, tal como a generalidade dos exemplos explorados nesta secção, parece consubstanciar a perspectiva de Pais (2006). Por um lado, dá-se um processo de adaptação a um conjunto de práticas do país de acolhimento que inicialmente eram estranhas aos sujeitos; por outro, há aspetos em que eles recusam esse processo, tornando a sua religiosidade numa "espécie de híbrido cultural que vacila entre dois registos" (Pais, 2006: 344). Para Beciu *et al.* (2012), este tipo de fenómenos resultam da emergência de identidades diaspóricas, que moldam a forma como os imigrantes agem, nos países de acolhimento, e que lhes permitem assumir uma "voz diaspórica" que oscila entre as suas origens e o momento presente (Beciu *et al.*, 2012: 9)³⁶.

4.5. Roménia e Portugal – que papel na vida dos imigrantes?

4.5.1. Roménia: laços que (ainda) prendem

³⁵ No batismo católico, o fiel recebe uma pequena quantidade de água, na cabeça, simbolizando a purificação do pecado original, e é benzido com óleo. Na Igreja Ortodoxa, o batismo é realizado pela imersão do corpo na água, a bênção com óleo e a primeira comunhão. As duas versões são uma alusão ao relato bíblico do batismo de Cristo, nas águas do rio Jordão.

³⁶ Tradução da nossa autoria.

Após a saída da Roménia, todos os entrevistados se viram perante a necessidade de adotarem meios para manter as suas ligações e as suas relações com o país que lhes empresta a nacionalidade e um passado, uma história.

No caso de sete elementos já se verificaram, inclusive, viagens de regresso ao país, durante curtos períodos, sendo que, como vimos, dois entrevistados pretendem regressar para lá, definitivamente. Estas viagens, motivadas pelo gozo de períodos de férias, por comemorações no seio do agregado familiar (como um casamento ou o Natal), ou pela resolução de questões burocráticas, proporcionam momentos de reencontro com a família e de partilha das experiências vividas, no estrangeiro. São partilhadas informações genéricas acerca das suas vidas, dos locais onde habitam, da língua portuguesa, mas também ocorrem partilhas de receitas gastronómicas ou de técnicas de trabalho aprendidas em Portugal. Na ótica de Vasilcu e Séchet (2011: 219), estes momentos exaltam os modos de vida dos imigrantes, divididos entre dois espaços – o país de acolhimento e o país de origem -, ou seja, “entre o mundo do trabalho e do sacrifício [...] e a Roménia onde podem encontrar um lugar para beneficiar de bens materiais, adquiridos graças à sua experiência de imigração”³⁷. Veja-se o exemplo de Eric, cujo objetivo ao emigrar era adquirir recursos financeiros para adquirir a sua própria habitação na Roménia, ou Cristian que, graças ao montante auferido no seu primeiro emprego em Portugal, pôde comprar um veículo motorizado no seu país.

Quando não têm oportunidade de se deslocarem à Roménia, ou no seu dia-a-dia, em Portugal, os entrevistados recorrem, com regularidade, à utilização da internet, do telefone e da televisão para comunicarem com o país e com os familiares. Além de contribuírem para a preservação das relações com a Roménia, estes meios potenciam a atualização das informações que permitem aos sujeitos interpretar o momento presente daquele país, no qual eles já não participam, senão como espectadores ou ouvintes. A internet, o mais recente dos três meios mencionados, é o mais utilizado – permite um leque mais vasto de opções e é o mais barato. Através de redes sociais, como o “Facebook”, de

³⁷ Tradução da nossa autoria.

software que permite chamadas gratuitas, como o “*Skype*” ou o “*Ringo*” e de contas de endereço eletrónico, os entrevistados entram em contacto com os familiares e amigos:

[Utilizo] *Facebook* todos os dias para falar com irmã [...]. Telefonar às vezes [para saber] se está tudo bem com pai, irmã, mãe, amigos. (Lucia)

[Falo] quase todos os dias, por internet, o *Skype*, mais assim... o telemóvel. [...] Até tenho lá da minha terra, tenho parabólica e apanho os canais lá da minha terra, vejo notícias. (Eric)

Utiliza *Skype* e *Yahoo* [correio eletrónico], uma vez por semana. [...] Na televisão tem dois canais de Roménia, onde fico a saber as notícias da minha terra. (Timotei)

Em casa, *Facebook* ‘tá ligado sempre. P’ra falar com pai, dá *Skype* e dá *Ringo*, põe no computador e tem chamadas de custo barato. (Cristian)

Segundo Saint-Maurice (1997), a aproximação a um grupo de pares que se encontram na mesma condição pode representar um ponto de estabilidade para os imigrantes (e também de afirmação da sua distintividade). Nesta amostra, o convívio com outros imigrantes romenos a residirem na zona centro de Portugal confirma esta asserção da autora e é um modo apontado pelos entrevistados para preservarem os seus contactos com a origem – entre si, utilizam a língua romena e cumprem alguns rituais romenos (como a celebração do Natal ou passeios, em conjunto):

[...] encontros em aniversários e batizados. (Timotei)

No fim de semana, nem que seja depois de duas semanas, encontra-se e vamos fazer um churrasco, vamos passear um bocado [...] no Choupal. (Eric)

Agora é menos, mas, às vezes, vamos passear, já fomos na praia, à Figueira [da Foz], no verão. (Zina)

Há que mencionar que nem todos os elementos da amostra mantêm contacto com os seus conterrâneos, para além da sua família. Sabina e Lucia alegam que “o contacto é pouco, mesmo”, marcado pela casualidade. Neste sentido, aponta um estudo, conduzido por Potot (2008), que conclui que os imigrantes romenos não conhecem todos os compatriotas, das zonas onde residem, nem sentem uma forte obrigação de solidariedade para com eles, isto é,

registra-se um “fraco sentido de comunidade”, aludindo à expressão de Calhoun (2003: 542).³⁸

Com o recurso aos meios supracitados, os entrevistados encontram maneira de contornar a distância física e de amenizar a saudade que sentem. Contudo, recorrendo às palavras de Saint-Maurice (1997: 127), “do modo de vida poucos têm saudade”. Nos seus discursos é visível que, mesmo longe do país, assumem uma perspectiva essencialmente negativa, no que diz respeito às condições de vida na Roménia – ao nível do emprego, dos salários auferidos, do funcionamento das instituições, dos serviços e dos sucessivos governos do país -, e que fundamenta, como tem sido descrito, a sua necessidade de sair. Este contexto adverso não impede que entrevistados transmitam uma imagem positiva das características geofísicas da Roménia e das suas próprias vidas naquele país, recorrendo ao emprego da adjetivação e da hipérbole, como se observa nos excertos seguintes:

Na Roménia, a mea vida foi boa, muito boa. (Alina);

[...] Posso dizer assim: o meu país, acho que nunca vi um país mais bonito do que aquele. Já ‘tive na Suíça, já ‘tive na Alemanha, já ‘tive na Itália, já ‘tive na Hungria, já ‘tive na Jugoslávia, mas eu nunca vi. (Eric)

Gosto muito de meu país, ainda não encontro lugar mais bonito de viver. Tem montanhas, tem marea Neagră³⁹, tem castelo, tem floresta, tem cidade... (Cristian)

Além da beleza da paisagem da Roménia vincada pelos entrevistados quando são questionados acerca dos símbolos do seu país natal, há, para eles, outros que dele são representativos. De um lado, encontramos os símbolos oficiais, como o hino e a bandeira do país, do outro, destacam-se figuras públicas, distinguidas em diferentes áreas profissionais. O hino romeno, *Desteapta-te române*⁴⁰, é indicado por três entrevistados; já a bandeira é mencionada por cinco. Um deles é Timotei, cuja resposta imediata foi que “os bandidos” são aquilo que o mundo conhece da Roménia. Para si, a corrupção, mencionada por alguns autores, como Pais (2006) e Morokvasic-Muller (1999), está de tal forma

³⁸ Tradução da nossa autoria.

³⁹ Mar Negro.

⁴⁰ De acordo com os dados do *site* da Presidência Romena (2014), *Desteapta-te române* foi escrito pelo poeta Andrei Mureşanu e a sua música composta por Anton Pann, no século XIX. Foi proibido durante o regime comunista e, só após a revolução de 1989, foi adotado como hino nacional do país.

disseminada no país que encobre outras características suas. Já no final da entrevista, ele voltou a esta questão para sugerir a bandeira como o emblema mais importante do país, ou, pelo menos, apresentando uma carga mais neutra e que não passa uma imagem tão negativa e desfavorável da Roménia.

No que concerne às personalidades que os entrevistados consideram que melhor representam a Roménia, elas são, fundamentalmente, do domínio desportivo e são mencionadas, sobretudo, pelos elementos do sexo masculino, independentemente da sua idade e grau de escolaridade. Gheorghe Hagi, Ladislau Bölöni, Nadia Comănesci, Ivan Patzaichin e Gheorghe Muresan são os nomes destacados. O primeiro, apelidado pelos entrevistados de “rei do futebol”, é também conhecido como “Maradona dos Cárpatos”, o mais famoso jogador de futebol romeno, tendo feito carreira em clubes de grande dimensão como o *Futbol Club Barcelona* e o *Galatasaray Spor Kulübü*, nas décadas de 80 e 90 (FIFA.com, 2014). A referência a Bölöni surge pela sua ligação a Portugal, uma vez que o antigo internacional da seleção romena de futebol foi treinador do *Sporting Clube de Portugal*, entre 2001 e 2003. Nadia Comănesci e Ivan Patzaichin foram dois atletas olímpicos, com um grande destaque nas modalidades que representaram nas décadas de 70 e 80, respetivamente, ginástica artística e canoagem⁴¹ (*Olympic.org*, 2014; 2014a). Por fim, Gheorghe Muresan foi o primeiro basquetebolista romeno a jogar na conhecida liga norte-americana *National Basketball Association*, pelos *Washington Bullets*, até 2006 (Giant Basketball Academy, 2012).

As referências a estas personalidades coadunam-se com a centralidade que o desporto teve, na história recente do país, ao longo da vigência do regime comunista de Nicolae Ceaușescu. Ainda no período que lhe antecedeu, após a 1.ª Guerra Mundial, a prática de futebol começou a ganhar adeptos, tornando-se, rapidamente, na modalidade desportiva mais praticada, na Roménia, e retirando importância ao *oïna*, um jogo tradicional romeno, com semelhanças com o baseball (Popa, 2004). Já nos anos 60, o desporto converteu-se, oficialmente,

⁴¹ Apenas em competições olímpicas, Comănesci venceu 9 medalhas, tendo sido a primeira ginasta a obter a pontuação máxima num exercício (*Olympic.org*, 2014a); já Patzaichin venceu 7 medalhas, em cinco participações olímpicas (*Olympic.org*, 2014).

num dos vetores da ideologia comunista, veiculando a propaganda de afirmação da identidade nacional do país. Massiera e Ionescu (2008) expõem que, sob o lema “todos os desportos para todas as pessoas”, foi estabelecido um quadro legal que estipulava que

a educação física e o desporto são atividades de interesse nacional na República Socialista da Roménia [...] ao contribuírem para a manutenção e reforço da saúde, para a ocupação dos tempos livres de maneira eficiente e para a harmonia no desenvolvimento físico e moral do povo (Massiera e Ionescu: 3).

Assim, foram criadas as condições para a prática de exercício físico, através da criação de programas desportivos para os operários, da abertura de centros desportivos, em vários bairros, ou do acesso livre dos estudantes a várias modalidades, das quais se destacam a natação, o voleibol, o basquetebol, o ténis e o ténis de mesa (Massiera e Honceriu, 2005). A aposta na formação de desportistas de alta competição permitiu à Roménia alcançar resultados inéditos, na sua história, nas competições internacionais e nas participações olímpicas (Comăneci e Patzaichin são disso exemplos) – ali, o desporto era utilizado como um meio de promover relações com os outros países do enclave soviético, demonstrando, em conjunto, a sua supremacia face aos países ocidentais, através dos resultados obtidos nas competições (Massiera e Ionescu, 2008).

Do domínio cinematográfico surge a referência a Maia Morgenstern, atriz que interpretou a personagem de Maria, no filme *A paixão de Cristo*, realizado por Mel Gibson, em 2004 (*Internet Movie Database*, 2014). De acordo com Sabina, a escolha de Morgenstern para aquele papel “importa muito de espalhar Roménia no mundo da cultura”. Além daquela interpretação, a atriz já participou noutras produções internacionais (húngaras, gregas e americanas). Também Allexandra Maria Lara e Dragoş Bucur são dois dos principais nomes reconhecidos, fora da Roménia, devido a participações em séries televisivas e filmes britânicos, alemães, canadianos e americanos (Pop, 2014). Há, ainda, outros nomes que contribuem para a difusão da cultura cinematográfica romena, atualmente, tendo, por exemplo, em consideração que, na primeira década de 2000, houve sete filmes romenos galardoados no conceituado festival de cinema de Cannes (*Trafic*, de Catalin Mitulescu; *Moartea dom nu lui Lazarescu*, realizado por Cristi Puiu; *A*

fost sau n-a fost? e *Politist, Adjectiv*, de Corneliu Porumboiu; *4 luni, 3 saptamâni si 2 zile*, de Cristian Mungiu e *California Dreamin' – Nesfarsit*, de Cristian Nemescu; *Megatron*, de Marian Crisan).⁴² Esta vaga no cinema do país, marcada por um estilo documental, hiperrealista, tem sido exportada para os continentes europeu e americano, onde tem sido aclamada pela crítica especializada (Bergan, 2008; Scott, 2008). Além disso, os estúdios de filmagem romenos receberam, recentemente, as filmagens de produtos cinematográficos de sucesso internacional, como *Borat: Cultural Learnings of America for Make Benefit Glorious Nation of Kazakhstan*, escrito e protagonizado por Sacha Baron Cohen, ou *Cold Mountain*, de Anthony Minghella (Pop, 2014; Scott, 2008). O conceituado realizador Francis Ford Coppola também recorreu aos estúdios e a operadores de câmara romenos na realização do seu último filme, *Youth without youth*, de 2007, cujo enredo é adaptado de um romance de Mircea Eliade, um escritor romeno (Pop, 2014).

Observamos que, ao nível das personalidades indicadas pelos entrevistados, todas se destacam pelo sucesso que alcançaram além-fronteiras. O mesmo se verifica com a indicação da lendária figura da Transilvânia, Vlad Dracul, que serviu de inspiração à imortalizada obra *Dracula*, de Bram Stoker, publicada, pela primeira vez, em 1897. Para Zina, esta personagem literária é um dos símbolos da Roménia, porque, fora do país, é de imediato associada a ele e, ao longo do tempo, tem sido amplamente difundida, através da literatura, do cinema e da televisão, transportando consigo o nome da Roménia. Esta difusão do nome do país parece ser, aliás, aquilo que mais importa para os entrevistados; isto é, mais do que “sinais de reconhecimento” (Machado, 1977) da atualidade do país ou da identidade cultural romena, os símbolos humanos referenciados, motivo de orgulho para os seus compatriotas, surgem como um estandarte que, repetidamente e por bons motivos, imprimem o nome da nação em diversos

⁴² A “Palma d’Ouro”, prémio atribuído ao melhor filme, foi entregue a *4 luni, 3 saptamâni si 2 zile* (4 meses, 3 semanas e 2 dias), em 2007. O prémio “Un Certain Regard” foi atribuído a *Moartea dom nu lui Lazarescu* (A morte do Sr. Lazarescu), *California Dreamin' – Nesfarsit* (*California Dreamin'*), e *Politist, Adjectiv* em 2006, 2007 e 2009, respetivamente. A longa-metragem *A fost sau n-a fost?* (12:08 a Este de Bucureste) foi galardoada com o prémio “Câmara d’Ouro”, em 2006 (Scott, 2008). *Trafic* e *Megatron* receberam a “Palma d’Ouro” para melhor curta metragem, em 2005 e 2008.

pontos do planeta – vejamos, por exemplo, a referência aos atletas Nadia Comăneci e Gheorghe Muresan que, apesar de manterem algumas ligações com a Roménia, não residem no país há vários anos; eles próprios são imigrantes, nos Estados Unidos da América. Neste sentido, é pertinente resgatar Beciu (2012), quando chama atenção para o facto de que, na Roménia, se tem atribuído um “papel moral” aos imigrantes, veiculando a ideia de que a diáspora romena é a imagem que melhor define o país, no exterior.

4.5.2. Encontros e desencontros com Portugal e com os portugueses

Portugal e Roménia, ambos membros da União Europeia, conheceram, no século XX, a vigência de regimes não democráticos de índoles distintas. As suas populações não partilharam a mesma história, as mesmas experiências culturais e sociais ou as mesmas estratégias institucionais. No entanto, os desencontros entre os dois países, presentes nas palavras dos elementos da amostra, não sitiam o estabelecimento de relações sociais relevantes, onde se encontram marcas do pragmatismo necessário à sua integração no país de acolhimento.

A aprendizagem da língua portuguesa, um recurso imprescindível para comunicarem com os portugueses, casualmente, no acesso aos serviços ou ao mercado de emprego, tornou-se numa ferramenta importante para estabelecer relações menos superficiais com a população residente, em território nacional - desde um cumprimento cortês aos vizinhos, até ao estabelecimento de laços de amizade.

Denota-se uma relação, entre a vontade de permanecer em Portugal, no futuro, e as relações de amizade dos imigrantes. Zina, Eric e Radu, que afirmam ter amigos portugueses, encontram-se no grupo de imigrantes que pretende, ou pelo menos pondera, ficar em Portugal:

Até tenho vizinhos aqui, onde eu moro, que ajudam quando é preciso. [...] E tenho amigos portugueses – [...] um colega sempre, quando eu preciso dele, só para ligar e ele vem sempre e ajuda-me. (Eric)

Os meus amigos são portugueses. (Zina)

Há casal amigo meu e de minha mulher, são portugueses. Não tem diferença. [...] Passeia-se com crianças, falamos... tem vezes que vê futebol com ele. O normal. (Radu)

Já Lucia, Alina, Luca e Cristian, que são desfavoráveis ou que têm dúvidas, em relação à sua permanência no país, abordam, nas entrevistas, as boas relações com colegas, com alguns patrões, com vizinhos. Porém, eles não deixam de representar cada um desses papéis e não são, em nenhum momento, mencionados como amigos:

Portugueses contacto patroa, SEF, amigos marido, colegas do trabalho... [...] Vizinhos é «bom dia», só. (Lucia)

Tenho vizinhas portuguesas e não há problemas, não. (Alina)

Portugueses é em hospital, igreja, supermercado, desemprego [serviço de emprego – instituto de emprego e formação profissional]... e, antes [quando estava empregado], colegas e patrão. Muitos colega p'ra aí foi roubados com patrão, meus pagava certo e preocupava com pessoal. (Luca)

As exceções são Sabina e Timotei; a primeira, que pretende voltar para a Roménia, brevemente, defende que tem uma amiga portuguesa de quem foi bastante próxima, enquanto ela esteve no país; o segundo, por outro lado, quer permanecer em Portugal, porém, não considera que tenha amigos portugueses. Maria Manuela Mendes (2010) argumenta que esta é uma tendência global, no caso dos imigrantes de leste: a maioria não mantém laços de amizade com a sociedade maioritária, ou porque não estão predispostos para as estabelecer, ou porque acreditam que os portugueses o não estão.

No seguimento destes dados, é de destacar que as relações positivas com os portugueses são reconhecidas por todos os elementos da amostra. Esta ilação supera os resultados de um estudo conduzido por Vilaça (2008), já mencionado no capítulo II: 50% dos imigrantes romenos inquiridos afirmavam que se sentiam relativamente integrados na sociedade portuguesa, da qual se sentem próximos.⁴³ Em linha com a perspetiva de Maria Manuela Mendes (2010), no caso da nossa amostra, é destacada, positivamente, a atitude de tolerância dos

⁴³ A autora (*ibid.*) indica que variáveis, como o sexo ou o número de anos de estadia no país, não foram relevantes, para as respostas indicadas, mas que o reagrupamento familiar é uma variável que contribui para um menor sentimento de isolamento, contribuindo para o reforço da importância dos laços informais, aquando da experiência migratória – ora, todos os entrevistados da pesquisa de que dá conta a presente dissertação têm família em Portugal.

cidadãos nacionais, face aos imigrantes, em especial se for comparada com a que existe noutros países europeus. Zina recorre a uma comparação do seu pai (no passado, imigrante na Alemanha) para exemplificar este caso: “O meu pai diz que na Alemanha era mais distante, menos simpatia”. Destaca-se, também, que consideram os portugueses “bons” (Eric), “simples” (Cristian), “pessoas simpáticas, com educação” (Lucia). Ainda que noutros momentos das entrevistas deixem indícios contraditórios, alguns entrevistados enfatizam a proximidade entre portugueses e romenos. Alina diz, até, “como é em Roménia, como é aqui”; já Eric, Timotei, Luca e Sabina destacam, também, que não há muitas diferenças. Sabina, aliás, recorre ao conhecimento acerca da história de Portugal para justificar a sua posição: “Portugal teve ditador e nós teve comunismo. É povo que sabe também o que é não estar à vontade de dizer [aquilo] que queres”.

Apesar destas notas, como se constata, são escassas as características globais, atribuídas aos portugueses. Na esteira de Maria Manuela Mendes (2010), o facto de alguns imigrantes verem a experiência migratória como um projeto delimitado no tempo, desvaloriza as reflexões que fazem acerca das sociedades de acolhimento; enquanto aqueles que vêm com o intuito de permanecer no país tendem a apresentar visões mais complexas e, em muitos casos, mais favoráveis da sociedade recetora. Ora, esta complexificação desemboca, também, na tomada de consciência da heterogeneidade dos cidadãos do país de acolhimento, como estes imigrantes nos transmitem, ao falar acerca dos portugueses:

[Há] pessoal simpático e pessoal de mal. (Sabina)

[Em Portugal,] há quem ‘tá a fazer mal e há quem não. (Eric)

[Em Portugal,] há pessoas esquisitas, mas lá também. Os racistas eu meto de lado. (Timotei)

Não dá p’ra dizer: portugueses é isto, isto, isto... cada uma pessoa é diferente.(Radu)

Apontam que já se cruzaram com pessoas com atitudes racistas e consideram que há dificuldades acrescidas, para os cidadãos estrangeiros, no acesso e usufruto de serviços bancários ou dos sistemas de proteção social. Porém, enaltecem uma imagem positiva dos portugueses e de algumas das características que apontam ao país, tais como o clima, a costa marítima, a

beleza e segurança das cidades, a existência de um bom sistema de saúde e de boas universidades. Por contraponto, reconhecem a adversa situação que Portugal enfrenta e que influencia os modos de vida dos residentes:

Portugal é mais avançado: tudo tem internet, computador, bom telefone, [...] mas político cá também não é bom, pessoal passa mal. Pessoal com pouco, pouco dinheiro que 'tá a ir embora." (Sabina)

Problema aqui em Portugal é a contabilidade." (Eric)

[Em Portugal,] há paz, mas a crise deixou miséria para muitas pessoas" (Timotei)

Tendo em conta Jodelet (1994, *apud* Mendes, 2010), as representações sociais desenvolvem-se no campo das relações de comunicação e são, em concomitância, um produto e um processo, através dos quais os sujeitos reconstituem a realidade, conferindo-lhe um significado específico. Assim, e apesar das boas relações com a população de nacionalidade portuguesa e de demonstrarem compreender a alteridade de cada um, há um tópico no qual os entrevistados exibem uma generalização, precisamente para responderem ao estereótipo geral que creem que os portugueses aplicam à comunidade imigrante romena. Para eles, os portugueses identificam, invariavelmente, os imigrantes romenos como elementos da comunidade *roma*, (nem sempre) originária do mesmo país que eles: "é como seja da matemática: romeno igual a cigano e cigano igual a romeno", "portugueses pensar România é cigano" sintetizam dois dos entrevistados. Esta imagem não agrada aos entrevistados; consideram-na errada, afirmando que não são ciganos e que esta é uma associação prejudicial para si, uma vez que, devido a ela, recebem um tratamento discriminatório e hostil por parte da sociedade maioritária, em vários contextos. A sua rejeição veemente deixa entrever que não é apenas em Portugal que a comunidade cigana, nacional ou estrangeira, é alvo de discriminação e que é estereotipada, negativamente. Reyniers (2007), aliás, argumenta que a história da comunidade *roma*, nos países europeus, está muito ligada ao isolamento social e à xenofobia, "sempre e onde quer que estejam [são considerados] forasteiros" (Bauman, 2004: 67). A propósito do caso romeno, Potot (2008) afirma que os ciganos são fortemente estigmatizados na Roménia, o que representa um obstáculo na identidade migratória romena, uma vez que os imigrantes são, muitas vezes, associados a esta minoria, pelos habitantes dos países do oeste europeu. Encontra-se, assim,

a tendência dos entrevistados para definir e marcar a sua posição identitária por *contraste*, ou por *negação*, com a da comunidade *roma*, com a qual são comparados. No fundo, podemos empregar a expressão utilizada por um dos entrevistados, mas atribuindo-lhe o sentido oposto, através do acréscimo de um advérbio de negação: “cigano *não* é igual a romeno, e romeno *não* é igual a cigano.” Duas entrevistadas fazem questão de mencionar que os romenos não-ciganos não mantêm ligações com a comunidade cigana, nem no seu país, nem em Portugal, onde, segundo os entrevistados, se distinguem, com clareza, dos seus modos de vida. Em diferentes entrevistas apareceram as seguintes afirmações:

[Eles] andam nas ruas a pedir, nós não, nós trabalho e casa paga.

[...] São ciganos e não trabalham, vivem com apoios e isso.

Chega aqui p'ra pedir, não trabalha, não pagar imposto, viver tudo junto.

Não sou racista, porque eu tenho amigos pretos, tenho amigos brasileiros, tenho amigos portugueses, tenho amigos tudo, mas como o estado pode dar p'ra eles logo [quando] chegam aqui, com quatro ou cinco crianças?

Um dos entrevistados defende, inclusive, que o “povo português tem que entender [...] que a culpa não é nossa”, aludindo que os cidadãos romenos não têm culpa da presença da comunidade *roma* romena, em Portugal, e que, conseqüentemente, não devem ser confundidos com ela. O entrevistado é perentório:

Nós somos de que nacionalidade? Romenos. Logo olham assim para ti! Mas não sabem entender. [...] Quando uma pessoa vai para lá, nem que seja um Segurança Social, nem que seja um SEF, nós estamos destinados. Já 'tão a olhar assim.

Porém, aos seus olhos, o tal olhar dos portugueses muda, quando em vez de “romenos”, os entrevistados passam a ter um nome, uma identidade individual própria, que suplanta a referência à sua nacionalidade. Quando são questionados acerca da imagem que os portugueses têm de cada um, especificamente, ficam de fora todas as alusões à comunidade cigana. Aqui, Lucia, Alina e Luca hesitam em sugerir respostas; nos restantes discursos, surgem, apenas, imagens positivas, ligadas, em particular, às suas qualidades laborais. Este dado é coerente com a perspetiva de Maria Manuela Mendes (2010), quando defende que os imigrantes de leste, ao heteroavaliarem-se, julgam que os portugueses

tendem a realçar o seu bom desempenho profissional, como a sua melhor característica.

Analisadas as distintas tipologias de relações com Portugal e com os portugueses, bem como as imagens mútuas, há um último ponto a ter em consideração - a nacionalidade, que vem sendo mencionada e que permite sintetizar tópicos abordados, nesta secção. Começamos por enunciar que dois dos entrevistados já deram entrada ao processo de aquisição de nacionalidade portuguesa, sob o âmbito da lei n.º 2/2006, de 17 de abril. Há um outro caso, em que o entrevistado já ponderou iniciá-lo e indica que o não fez, ainda, por razões de ordem prática (como os custos elevados deste processo). Em oposição completa, para todos os restantes elementos da amostra a aquisição da nacionalidade portuguesa não é uma opção a considerar:

Sim, é bom p'ra tudo ser português se 'tás em Portugal, mas e se vais na França pedes p'ra ser francês? Ou na China, ou na Rússia? Eu sou nacional de Roménia, onde nasci e então essa é logo minha nacionalidade, [é] automático. É com ela que posso andar em todos países, mas sempre romeno. (Cristian)

Eu é România, România de bebé até velhinha. Eu gostar cá, Portugal é bom, trabalho, sol... mas nascer lá, ser lá, viver lá, muntos anos ser lá, aqui, não mudar para português, é diferente e não mudar. (Lucia)

Observamos duas posições antagónicas, ilustrativas da heterogeneidade, no seio da própria amostra, e que nos permitem concluir que, sendo a nacionalidade um vetor importante da identidade e da identificação cultural dos sujeitos, não assume a mesma centralidade para todos. Para alguns, a aquisição da nacionalidade portuguesa tem implicações pragmáticas nas suas vidas. Assim, assumindo que o “ser romeno” não se restringe ao estatuto nacional, poderão ter a nacionalidade do país que os acolheu e continuar ligados à Roménia, às práticas, às tradições, às comemorações que lá conheceram e adaptaram, depois, em Portugal. Na mesma linha, e, uma vez mais, demonstrando o estabelecimento de raízes, em Portugal, estes três imigrantes já consideram que este país é a sua casa:

Gosto muito da Roménia e da família e tudo, mas é para estar nas férias, e quando puder... A minha vida é aqui. Os meus pais têm agora uma vida um pouco difícil e sei que estão em Portugal também para me ajudarem [...], eles querem voltar, mas eu já não e eles sabem. [...] Já

vivo há muitos anos cá, a vida que me lembro mais é da vida de cá. Já faço parte de Portugal, um bocado de mim já cresceu aqui. (Zina)

Já uma vez, antes da minha esposa, fui para Itália, depois, fui para a Alemanha e, depois, fui outra vez para a Roménia, para minha terra [...]. Quando cheguei no aeroporto, em Lisboa, até fiz assim: (suspiro) estou em casa. [...] Porque que tenho eu é tudo aqui, não é? Minha mulher, a família, mais nada. Seja pronto... tenho saudades de meus pais, de meus irmãos, de minha família de lá e sogro, sogras e pronto e assim. [...] Mas chega, conta um dia ou dois e acabou. Minha casa é esta, eu nunca sai daqui, pronto. (Eric)

Para outros, a nacionalidade é um ponto de resistência, quase orgânico, como se ela estivesse integrada no núcleo de elementos imutáveis, intrínsecos aos sujeitos – tal como Hall (2006) refere, a nacionalidade é, muitas vezes, associada à essencialidade de uma população, como é demonstrado nos seguintes excertos: “Eu sou nacional de Roménia, onde nasci e então essa é logo minha nacionalidade, [é] automático. [...] É como os olhos, nariz, coração, não dá p’ra mudar, já nasces com eles” (Cristian). Além disso, os imigrantes retêm marcas que os denunciam como “estrangeiros”, independentemente da sua aproximação ao país de acolhimento: “Gosto muito Portugal, dou com os conhecidos, [mas] quando ‘tou a falar, tu vês que não ‘tou em casa, não é? Sou estrangeiro” (Sabina). Para estes, em Portugal, continuam a ser “estrangeiros”, membros de um exogrupo cujas marcas se vão manifestando, nas suas vidas quotidianas. Portanto, não lhes faz sentido adquirirem outra nacionalidade, para além daquela com a qual se identificam e que, notoriamente, indica mais do que as fronteiras do seu local de nascimento.

Conclusão

Neste trabalho, tomámos a identidade cultural como um conceito complexo, referente a “um processo, [a] uma noção que é adaptada, no decurso da vida, aos contextos, tornando possível a inserção em grupos sociais diferenciados” (Grassi, 2008: 156). Recorrendo às abordagens de autores, como Hall (2006; 2003) ou Castells (1999), percorremos, sumariamente, a evolução histórica deste conceito, enunciando o seu carácter circunstancial e, cada vez mais, híbrido e fragmentado, fruto da intensificação de fluxos e da disseminação de bens, imagens, ideologias, capitais e sujeitos, em escalas globais. As movimentações humanas, ou etnopaisagens (numa alusão às disjunturas propostas por Appadurai), serviram de cenário à dissertação, através da contextualização e análise das experiências de imigrantes romenos residentes em Coimbra.

Sabendo, de antemão, que os indivíduos estão ligados a papéis e discursos previamente construídos (a “face” a que se refere Goffman, como mencionado anteriormente) e que representam uma época histórica e cultural, bem como um espaço geográfico e social, constatamos, de igual modo, que as vidas humanas não são, completamente, predeterminadas por estes fatores. Desta forma, a realização das entrevistas a imigrantes romenos permitiu a recolha de informações relevantes que entreabrem portas para investigações mais alargadas, precisas e detalhadas sobre a temática. Ainda que o método utilizado, a entrevista, confine a dimensão do quadro de pesquisa do investigador, uma vez que o mundo passa a ser “aquele que se encontra captado pelo meu gravador” (Fabiani, 2002: 60) e que a dimensão da amostra estudada seja muito reduzida, julgamos que a análise dos dados não deverá ser totalmente menosprezada, já que nos conduziu a conclusões e questões que poderão ser sociologicamente aliciantes e que, aqui, sintetizamos.

A análise conduzida no capítulo 4 explicitou que, não existe uma assimilação integral no país de destino, não ocorrendo um abandono completo da união ao país de origem (em linha com o que defende Góis, 2008). Começámos

por salientar, sucintamente, os percursos de vida dos entrevistados – todos eles com familiares em Portugal, aquando da sua chegada a este país; os motivos subjacentes à sua vinda para Portugal prendiam-se com as dificuldades económicas e com a deterioração das condições de vida que a Roménia atravessou, no período pós comunista, e que contribuíram para o aumento e diversificação dos fluxos migratórios romenos (Potot, 2008) – em Portugal, com especial incidência na primeira década do século XXI.

Se a Roménia foi o ponto de partida destes imigrantes, Portugal não é, necessariamente, o ponto final de chegada pelo qual passará o seu futuro, impossível de saber, mas possível de planear. Vivendo, atualmente, também aqui, a precariedade provocada pela crise económica, alguns dos imigrantes entrevistados acreditam que melhores dias virão, outros pretendem, ou ponderam, sair de Portugal. Isto está longe de significar que este país não se tenha tornado num ponto de referência, num marcador das suas trajetórias biográficas, e, portanto, das suas práticas culturais. Assim, se, por exemplo, Sabina e Luca voltarem, em breve, à Roménia, como é a sua pretensão atual, regressarão às origens com a sua bagagem cultural marcada por sinais de um tempo vivido em Portugal.

Schwalbe (1993, *apud* Mendes, 2001: 494) defende que, “se as identidades podem desaparecer, o *self* não pode”. Ante este cenário, vimos, nos pontos 4.2., 4.3. e 4.4., que cabe ao *self* o papel de fazer reaparecer as identidades, o que, em contexto de imigração, se traduz na reconfiguração das práticas culturais de origem, pautadas pela adição de novos recursos, como no caso da língua; pela supressão parcial de elementos constituintes de repertórios de ação, como na celebração de festas tradicionais; pela fusão de referências e materialidades distintas, como no caso da religião, da gastronomia e do consumo dos *media*. Este processo acarreta o desenvolvimento de uma nova imagem do mundo e de si próprio nesse mundo (Lechner, 2009).

Roménia e Portugal representam a (des)união dos laços dos imigrantes, distribuídos pelos dois territórios, conforme destacámos no ponto 4.5.. É de realçar que, além dos distintos caminhos biográficos, percorridos pelos

entrevistados, e apesar da recente aproximação este/oeste, provocada pela adesão à UE de países ex-comunistas, as populações dos países do leste europeu não partilharam a mesma história que a dos países ocidentais (Artan, 2001), pautados por outras vivências e experiências, nomeadamente no século XX. O modo como a história imprimiu, ou não, traços diferenciadores nas vivências migratórias dos sujeitos é um tópico que fica, contudo, por explorar e que deverá, a nosso ver, ser motivo para trabalhos futuros, de âmbito mais alargado.

Para os entrevistados, o país de origem continua a ser definido como “a minha terra” que, de um modo geral, comporta a sua nacionalidade, o uso da língua romena, o estabelecimento de contactos regulares com amigos e familiares que ficaram na Roménia, a procura de notícias atualizadas, sobre esse país, através de telefone, internet ou televisão e o convívio com outros imigrantes compatriotas. Ainda a este propósito, merece maior exploração o papel das TIC, como recurso de aproximação ao país natal e à família, um assunto que, neste trabalho, apenas foi aflorado. Também o contacto com outros imigrantes romenos deixa questões em aberto: por que é que, para alguns romenos, estes contactos se cingem a encontros casuais e, para outros, assumem a relevância de serem agendados com frequência? Dar-se-á, para os primeiros, a tentativa de privilegiarem tudo aquilo que os possa aproximar mais rápida e intensamente da população de nacionalidade portuguesa? Ou haverá outras causas predominantes? E, no caso dos segundos, que influência terão estes encontros para o sentimento de ser-se “estrangeiro”? Por outro lado, não serão, também, um meio de combater o afastamento da terra natal, o desenraizamento?

Já a vida dos entrevistados, em Portugal, suscita *reflexões, representações, relações*: *reflexões* sobre as suas experiências no país e sobre os modos de vida que aproximam e/ou diferenciam os imigrantes e que, muitas vezes, os obrigam a reconfigurações pragmáticas no seu quotidiano e nas suas práticas; *representações* sociais, acerca da população autóctone e de si mesmos, da maneira como pensam que o outro os vê, construídas no confronto entre a realidade vivida e o imaginário, de cada um e de todos, enquanto grupo; e, por

fim, *relações* que se formam e nutrem, no dia-a-dia, com os portugueses, com o país, com a cidade e com os seus lugares, com a comida, com a religião, com as instituições, com a língua... No entanto, se a Roménia permanece como a “minha terra”, Portugal tornou-se “a minha casa”, nas palavras de alguns entrevistados. Como explicar este duplo sentimento de pertença aos territórios? E, particularmente, se tivermos em conta, como apontam Barbero (2009), Hall (2006) ou Appadurai (2004), que vivemos tempos caracterizados pela “desvinculação”, “desancoragem”, “desterritorialização”?

Calhoun (2003: 537) defende que as identidades não são “simplesmente fixas, nem simplesmente fluídas, mas podem ser mais uma coisa ou a outra sob diferentes circunstâncias”.⁴⁴ Foi esta complexidade e este processo de adaptação, reterritorialização, transformação ou reconfiguração de que se revestem as identidades culturais dos imigrantes romenos que analisámos. Desta análise, transparece o facto de que, ao longo da sua estadia em Portugal, os sujeitos mudam e desvinculam-se da posição que mantinham inicialmente, quando chegaram ao país. Por outro lado, qualquer regresso ao país de origem nunca significará um regresso à vida que anteriormente aí viviam, pois as suas biografias ficarão sempre marcadas pelas identidades culturais em reconfiguração que experimentaram enquanto imigrantes romenos. Em jeito de metáfora, tal como sucede com Gregor Samsa, protagonista de *A Metamorfose*, no excerto que dá o mote a este trabalho, a sua situação tornou “*absolutamente impossível* [...] *virar-se para tal posição* [aquela a que se estava acostumado]”.

⁴⁴ Tradução da nossa autoria.

Referências Bibliográficas

- Abou, S. (2002). *L'identité culturelle suivi de Cultures et Droits de l'homme*. Perrin: Press de L'Université de Saint-Joseph.
- Academia das Ciências de Lisboa (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Verbo.
- Alexe, I., Ulrich, L.; Stanciagelu, S.; Bojina, M. e Mihaila, V. (2011). *Al Patrulea Val: Migrația creierelor pe ruta România-Occident*. Fundatia Soros. Disponível em http://www.academia.edu/4728105/Al_patrulea_val_Migratia_creierelor_pe_ruta_RomaniaOccident_Iris_Alexe_coord._Louis_Ulrich_Stefan_Stanciugelu_Viorel_Mihaila_Marian_Bojinca (Consultado em 03 de agosto de 2014).
- Antunes, M. J. L. (2007). A decisão de migrar: Portugal como destino da imigração da Europa de Leste na viragem do século. *Cidades – Comunidades e Territórios*. **15**: 87-100.
- Appadurai, A. (2004). *Dimensões culturais da globalização: a modernidade sem peias*. Lisboa: Editorial Teorema.
- Artan, F. (2001). L'imaginaire collectif sur l'Occident dans les pays postcommunistes. *Diogène*. 194, **2** : 73 – 82. Disponível em www.cairn.info/revue-diogene-2001-1-page-73.htm (Consultado em 19 de maio de 2014).
- Baganha, M.I.; Marques, J. C.; Góis, P. (2004). The unforeseen wave: Migration from Eastern Europe to Portugal: 23 - 40. In, M.I. Baganha e M. L. Fonseca (eds.). *New waves: Migration from Eastern to Southern Europe*. Lisboa: Fundação Luso Americana.
- Baganha, M.I.; Marques, J. C; Góis, P. (2004a). Novas migrações, novos desafios: a imigração do Leste Europeu. *Revista Críticas de Ciências Sociais*, **69**: 95-115.
- Barata, C. (2014). Os imigrantes tornaram-se um incómodo. *Público* (05 de janeiro).

- Barbero, J.M. (2009). Desafios políticos da diversidade. *Revista Observatório Itaú Cultural*. **8**: 155-161.
- Batalha, L. (2008). Cabo-verdianos em Portugal: “Comunidade” e identidade. In P. Góis (2008), *Comunidades Cabo-Verdianas: As múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural:
- Bauman, Z. (2004). *Amor Líquido – sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bechir, M. (2011). Une Europe en mouvement. *Adevarul* (10 de outubro). Disponível em <http://www.voxeurop.eu/pt/node/1057401> (Consultado em 27 de junho de 2014).
- Beciu, C. (2012). Qui fait la diaspora? Le problème de l'identité dans les recherches sur les diasporas. *Romanian Journal of Communication and Public Relations*. **14** (4): 13-28. Disponível em http://journalofcommrjcpr_28_full.pdf (Consultado em 25 de agosto de 2014).
- Beciu, C.; Ciocea, M. e Cârlan, A. (2012). Diasporic Identities, Media, and the Public Space. Introductory Remarks. *Romanian Journal of Communication and Public Relations*. **14** (4): 9-12. Disponível em http://journalofcommrjcpr_28_full.pdf (Consultado em 25 de agosto de 2014).
- Becker, H. (1996) The epistemology of qualitative research. In, R. Jessor, A. Colby, R. Schweder (eds). (1996). *Essays on Ethnography and human development*. Chicago: University of Chicago Press.
- Bergan, R. (2008). Romania's new wave is riding high. *The Guardian* (26 de março). Disponível em <http://www.theguardian.com/film/filmblog/2008/mar/25/canromaniasnewwavesustain> (Consultado em 8 de agosto de 2014).
- Bleahu, A. (2004). Romanian migration to Spain. Motivations, networks and strategies. In, D. Pop. *New patterns of labour migration in Central and Eastern Europe*. Disponível em http://pdc.ceu.hu/archive/0000339/romanian_migration_to_spain.pdf (Consultado em 30 de maio de 2014): 21-35.

- Burgess, G. (1997). *A pesquisa de terreno*. Oeiras: Celta editora.
- Calhoun, C. (2003). 'Belonging' in the cosmopolitan imaginary. *Ethnicities*. **3** (4): 531-553.
- Castells, M. (1999). *O poder da identidade* (volume II). São Paulo: Paz e Terra.
- Cunha, C. e Cintra, L. (1991). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, Lda.
- Diminescu, D. (2002). Stratégies roumaines. *Plein droit*. **55**, **4**: 13-16. Disponível em www.cairn.info/revue-plei-droit-2002-4-page-13.htm (Consultado em 19 de maio de 2014).
- Diminescu, D. (2003). Introduction. In, D. Diminescu (coord.). *Visibles mais peu nombreux. Les circulations migratoires roumaines*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme : 1-24.
- Euronews (2014). *The global conversation : Victor Ponta e a integração cigana*. Disponível em <http://pt.euronews.com/2013/12/04/victor-ponta-e-a-integracao-cigana/> (Consultado em 18 de maio de 2014).
- Fabiani, J. L. (2002). O que resta do agente social? A análise sociológica frente à exemplaridade biográfica e à diminuição de si. *Tempo Social - Revista Sociológica da USP*. **14** (1): 33-65.
- Ferin, I. (2008). Usos e consumos da televisão e da internet por imigrantes. *Comunicação & Cultura*. **6**: 81-103.
- Fifa.com. (2014) *Classic Football Players - Romanian and Gala's commander and king*. Disponível em <http://www.fifa.com/classicfootball/players/player=2354/index.html> (Consultado em 02 de agosto de 2014).
- Fonseca, M. L. (2008). Imigração, diversidade e novas paisagens étnicas e culturais. In A.T. Matos; M. F. Lages (coord). *Portugal: percursos de interculturalidade* (volume II). Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural: 50-96.
- Fonseca, M. L.; Alegria, J.; Nunes, A. (2004). Immigration to medium sized cities and rural areas: the case of Eastern Europeans in the Évora region (Southern Portugal): 91 –

115. In, M.I. Baganha e M. L. Fonseca (eds.). *New waves: Migration from Eastern to Southern Europe*. Lisboa: Fundação Luso Americana.
- Freitas, F. (2013). *Mais Cidadão*. Lisboa: Representação da Comissão Europeia em Portugal.
- Gaspar, S.; Haro, F. A. (2011). Reflexões e paradoxos sobre a identidade e a mobilidade europeias. *Revista Migrações*. 8: 9-26.
- Gavryuchkov, M. (s.d.) *History of the Romanian Language*. Disponível em <http://www.internetpolyglot.com/lessons-ro-pt> (Consultado em 05 de agosto de 2014).
- George, P. (1977). *As migrações internacionais*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Giant Basketball Academy (2012). *About Gheorghe Muresan*. Disponível em http://giantbasketball.com/about_ghita_muresan.php (Consultado em 02 de Agosto de 2014).
- Gil, I.C. (2008). As interculturalidades da multiculturalidade. In A.T. Matos; M. F. Lages (coord). *Portugal: percursos de interculturalidade* (volume IV). Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural: 30-48.
- Góis, P. (2008). Introdução. In P. Góis (2008), *Comunidades Cabo-Verdianas: As múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural: 9-24.
- Grassi, M. (2008). Identidades plurais na Europa contemporânea: auto-percepções e representações nos jovens de origem africana em Portugal. In P. Góis (2008), *Comunidades Cabo-Verdianas: As múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Grassi, M.; Melo, D. (2007). *Portugal na Europa e a questão migratória: associativismo, identidades e políticas públicas de integração*. Disponível em http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2007/wp2007_4.pdf (Consultado a 10 de março de 2014).

- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*. Parede: Principia.
- Hall, S. (2000). Who needs identity?. In, P. Gay; J. Evans e P. Redman (eds.). *Identity: a reader*. Glasgow: Glasgow Caledonian University: 15-30.
- Hall, S. (2003). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG Editora.
- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A editora.
- Hallen, C. (1999). *The history of the Romanian language*. Disponível em <http://linguistics.byu.edu/classes/ling450ch/reports/romanian.html> (Consultado em 05 de agosto de 2014).
- Horta, A. P. B. (2013). A imigração em Portugal. Um contributo para o debate sobre as políticas e práticas de integração. In M. L., Fonseca; P. Góis; J.C. Marques; J. Peixoto (orgs.). *Migrações na Europa e em Portugal. Ensaios de Homenagem a Maria Ioannis Baganha*. Coimbra: Edições Almedina: 227 – 250.
- Instituto Interdisciplinar de Ética e Direitos Humanos da Universidade de Friburgo (2007). *Direitos Culturais: Declaração de Friburgo*. Disponível em http://direitoshumanos.gddc.pt/3_20/IIIPAG3_20_4.htm (Consultado em 18 de julho de 2014).
- Institutul National de Statitica (2014). *Anuarul statistic 2012*. Disponível em <http://www.insse.ro/cms/ro/content/anuarul-statistic-2012> (Consultado em 06 de maio de 2014).
- Internet Movie Database (2014). *A paixão de Cristo*. Disponível em http://www.imdb.com/title/tt0335345/?ref_=nv_sr_1 (Consultado em 25 de agosto de 2014).
- Internet Movie Database (2014a). *Castle*. Disponível em http://www.imdb.com/title/tt1219024/fullcredits?ref_=tt_ov_st_sm (Consultado em 22 de agosto de 2014).

- Internet Movie Database (2014b). *Morangos com açúcar*. Disponível em http://www.imdb.com/title/tt0391666/fullcredits?ref_=tt_ov_st_sm (Consultado em 22 de agosto de 2014).
- Irimia, D. (2009). Le sacré et l'esthétique dans l'architecture et la peinture des monastères de Bucovine. In M. Vasiliu, *Les monastères de Bucovine - fondements du christianisme*. Gura Humorului: Terra Design: 2.
- Kadar, M. (2014). Ziua Internațională a Muncii. 125 de ani de istorie a zilei de 1 mai. *Transilvania Reporter* (30 de abril). Disponível em <http://transilvaniareporter.ro/esencial/ziua-internationala-a-muncii-125-de-ani-de-istorie-a-zilei-de-1-mai/> (Consultado em 13 de agosto de 2014).
- Lages, M.; Policarpo, V.; Marques, J.C.; Matos, P.; António, J. (2006). *Os imigrantes e a população portuguesa. Imagens recíprocas*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Lechner, E. (2009). Migração, pesquisa biográfica e emancipação social: Contributo para a análise dos impactos da pesquisa biográfica junto de migrantes. *Revista Crítica das Ciências Sociais*, 85: 43-64.
- Leonetti, I. T. (1985). Culture d'origine, cultures immigrées, cultures ethniques. Reflexions sur le traitement idéologique ambivalent de ces notions. *L'homme et la société*. 77: 121-142.
- Machado, J. P. (1977). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (vol. V). Lisboa: Livros Horizonte.
- Marques, A.M. (2013). As associações de origem migrante enquanto instituições sociais. In M. L., Fonseca; P. Góis; J.C. Marques; J. Peixoto (orgs.). *Migrações na Europa e em Portugal. Ensaio de Homenagem a Maria Ioannis Baganha*. Coimbra: Edições Almedina: 101 – 122.
- Massiera, B. e Honceriu, C. (2005). *La représentation utilitaire du sport en Roumanie, un frein au développement de la pratique de loisir*. Disponível em

- http://archivesic.ccsd.cnrs.fr/docs/00/06/26/93/PDF/sic_00001639.pdf (Consultado em 14 de agosto de 2014).
- Massiera, B. e Ionescu, S. A. (2008). *Les effets de l'héritage Communiste de la période 1946-1989 sur l'actualité du sport de loisir en Roumanie*. Disponível em http://archivesic.ccsd.cnrs.fr/docs/00/48/21/58/PDF/effets-heritage-ionescu-massiera_2008_.pdf (Consultado em 14 de agosto de 2014).
- Mendes, J. M. (2001). O desafio das identidades. In B.S. Santos (org.), *Globalização: fatalidade ou utopia?* (volume 1). Porto: Edições Afrontamento: 489-523.
- Mendes, J. M. (2003). Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas. *Oficina do CES*. **194**. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/194.pdf> (Consultado a 04 de abril de 2013).
- Mendes, M.M. F. (2010). *Imigração, identidades e discriminação. Imigrantes Russos e Ucrânianos na Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Moreira, H. (2008). União Europeia: um espaço compartilhado por diferentes populações (convivência das diversidades). *Revista de Estudos Demográficos*, n.º **42**: 63 – 108.
- Morokvasic-Muller, M. (1999). La mobilité transnationale comme ressource: le cas des migrants de l'Europe de l'Est. *Culture & Conflits*. **33-34**: 2-12. Disponível em <http://conflits.revues.org/263> (consultado a 14 de fevereiro de 2014).
- Neves, C. (2005). Desemprego entre imigrantes cresceu 11,7% no último ano. *Diário de Notícias*. (8 de maio). Disponível em http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=598572&page=-1 (Consultado em 16 de janeiro de 2014).
- OIM (2011). *Key Migration Terms*. Disponível em <http://www.iom.int/cms/en/sites/iom/home/about-migration/key-migration-terms-1.html#Immigration> (consultado a 13 de novembro).

- Olympic.org (2014). *Olympic athletes: Ivan Patzaichin*. Disponível em <http://www.olympic.org/content/olympic-athletes/generic-athlete-page/?athleteid=42755> (consultado em 24 de agosto de 2014)
- Olympic.org (2014a). *Olympic athletes: Nadia Comăneci*. Disponível em <http://www.olympic.org/nadia-comaneci> (Consultado em 24 de agosto de 2014)
- Padilla, B. e Azevedo, J. (2012). Territórios de diversidade e convivência cultural: considerações teóricas. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*: 43-67.
- Pais, J. M. (2006). *Nos rastros da solidão. Deambulações sociológicas*. Porto: Ambar.
- Pais, J. M. (2009). A diversidade cultural na União Europeia. *Revista Observatório Itaú Cultural*. **8**: 173-176.
- Papademetriou, D. G. (2008). Gerir melhor as migrações internacionais princípios e perspectivas para maximizar os benefícios das migrações internacionais. In, D. G. Papademetriou (coord). *A Europa e os seus imigrantes no século XXI*. Lisboa: Fundação Luso-Americana: XIV – LXVII.
- Patrício, M. F. (2008). A identidade nacional num mundo intercultural. In A.T. Matos; M. F. Lages (coord). *Portugal: percursos de interculturalidade* (volume IV). Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural: 424-464.
- Peixoto, J. (2004). País de emigração ou país de imigração? Mudança e continuidade no regime migratório em Portugal. *SOCIUS Working Papers*. **2**: 2-26.
- Peixoto, J. (2008). A demografia da população imigrante em Portugal. In A.T. Matos; M. F. Lages (coord). *Portugal: percursos de interculturalidade* (volume II). Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural: 8-46.
- Perista, P. (2004). Imigrantes de Leste na Área Metropolitana de Lisboa: novos fluxos, novos perfis?. *Cidades – Comunidades e Territórios*. **9**: 71-82.
- Pimentel, D. (2005). Terra de migrações. In R.S. Brito (coord). *Atlas de Portugal*. Lisboa: Instituto Geográfico Português.

- Pinto, J. M. e Lopes, M. C. (2003). *Gramática do Português Moderno*. Lisboa: Plátano Editora.
- Pletea, I. G. (2012). Les visages de la migration roumaine récente dans la presse du pays d'origine et des pays de destination. *Romanian Journal of Communication and Public Relations*. **14** (4): 141-161. Disponível em http://journalofcommrjcp_r_28_full.pdf (Consultado em 25 de agosto de 2014).
- Pop, D. (2014). *Romanian New Wave cinema: an introduction*. Jefferson: Macfarland & Company.
- PORDATA (2013). *Emigrantes: total e por tipo*. Disponível em <http://www.pordata.pt/Portugal/Emigrantes+total+e+por+tipo-21>. (Consultado a 21 de janeiro de 2014).
- PORDATA (2013a). *População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por algumas nacionalidades*. Disponível em <http://www.pordata.pt/Portugal/Populacao+estrangeira+com+estatuto+legal+de+residente+total+e+por+algumas+nacionalidades-24> (Consultado em 22 de janeiro de 2014).
- Potot, S. (2003). *Circulation et Réseaux de migrants roumains : une contribution à l'étude des nouvelles mobilités en Europe*. Tese de doutoramento : UFR Lettres, Arts et Sciences Humaines - Universidade de Nice-Sophia Antipolis.
- Potot, S. (2008). Romanian migration movements: networks as informal transnational organizations. In, C. Bonifazi, M. Okólski, J. Schoorl; P. Simon (eds.). *International Migration in Europe: new trends and new methods of analysis*. Amesterdão: Amsterdam University Press: 87-105.
- Preşedintele României (2014). *Imnul*. Disponível em http://presidency.ro/?_RID=htm&id=13&exp2=ro (Consultado em 24 de agosto de 2014)
- Reader's Digest (1989). *Enciclopédia Geográfica*. Mem Martins: Selecções do Reader's Digest, SA.

- Reis, J.; Pereira, T.S.; Tolda, J.; Serra, N. (2010). *Imigrantes em Portugal. Economia, Pessoas, Qualificações e Territórios*. Coimbra: Edições Almedina.
- Reyniers, A. (2007). Migrations, mobilité e territorialité chez les tsiganes. *Cidades, Comunidades e Territórios*. **14**: 13-18.
- Rosa, M.J.; Seabra, H.; Santos, T. (2004). *Contributos dos Imigrantes na Demografia Portuguesa: o papel das populações de nacionalidade estrangeira*. Observatório da Imigração - Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Saint-Maurice, A. (1997). *Identidades reconstruídas*. Oeiras: Celta Editora.
- Santos, P. F. (2004). *Vento de Leste. A nova imigração em Portugal*. Lisboa: Edeline.
- Saunders, W. (2003). The sign of the Cross. *Arlington Catholic Herald*. Disponível em <http://www.catholiceducation.org/articles/religion/re0129.html> (Consultado em 12 de Agosto de 2014).
- Scott, A. O. (2008). New Wave on the Black Sea. *The New York Times* (20 de janeiro). Disponível em http://www.nytimes.com/2008/01/20/magazine/20Romanian-t.html?pagewanted=all&_r=0 (Consultado em 8 de agosto de 2014).
- SEFSTAT. (2013). *População estrangeira residente em Portugal*. Disponível em <http://sefstat.sef.pt/distritos.aspx>. (Consultado a 18 de outubro de 2013).
- SEFSTAT. (2014). *Estrangeiros residentes em Coimbra*. Disponível em <http://sefstat.sef.pt/distritos.aspx> (Consultado em 12 de julho de 2014).
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2003). *Relatório Estatístico 2002*. Disponível em http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2002.pdf (Consultado em 18 de maio de 2014).
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2006). *Relatório Estatístico 2005*. Disponível em http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2005.pdf (Consultado em 25 de maio de 2014).
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2008). *Relatório de atividades: imigração, fronteiras e asilo*. Disponível em http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2007.pdf (Consultado em 25 de maio de 2014).

- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2013). *Relatório de imigração, fronteiras e asilo – 2012*. Disponível em <http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa%202012.pdf> (Consultado a 18 de outubro de 2013).
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2014). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*. Disponível em http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2013.pdf (Consultado em 12 de julho de 2014).
- Sinka, P. (2014). Award-winning series stand no chance against *Suleyman* and Romanian comedies. *Romanian-insider.com*. Disponível em <http://www.romania-insider.com/comment-award-winning-series-stand-no-chance-against-suleyman-and-romanian-comedies/112793/> (Consultado em 17 de agosto de 2014).
- Spencer, S. (2008). O desafio da integração na Europa. In D. G. Papademetriou (coord). *A Europa e os seus imigrantes no século XXI*. Lisboa: Fundação Luso-Americana: 2 - 34.
- TSF (2011). *Imigrantes romenos acreditam que Portugal poderá vir a restringir liberdade de circulação*. Disponível em http://www.tsf.pt/PaginalInicial/Internacional/Interior.aspx?content_id=1950727 (Consultado a 10 de janeiro de 2014).
- Valente, I. M. F. (2011). Pensar uma outra identidade europeia: marítima, insular e ultraperiférica. *Debater a Europa*. 4: 18- 31.
- Vasilcu, D.; Séchet, R. (2011). Vingt ans d'expérience migratoire en Roumanie postcommuniste. *Espace, populations, sociétés*. 2 : 215-228.
- Vilaça, H. (2008). *Imigração, etnicidade e religião: o papel das comunidades religiosas na integração dos imigrantes da Europa de Leste*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Waters, M. (2001). *Globalization*. Londres: Routledge.
- Weber, S. (2004). Exploring some East-West migrant networks and their distant local dynamics, Ukrainian, Polish and Romanian migrants in Rome. In, M.I. Baganha e M.

L. Fonseca (eds.). *New waves: Migration from Eastern to Southern Europe*. Lisboa: Fundação Luso Americana: 41-69.

Yin, R. K. (1994). *Pesquisa de estudo de caso – desenho e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

Legislação Consultada

Decreto-lei n.º 167/2007, de 3 de maio. *Diário da República n.º 85, Série I*. Presidência do Conselho de Ministros.

Decreto-lei n.º 212/92, de 12 de outubro. *Diário da República n.º 235, Série I-A*. Ministério da Administração Interna.

Decreto-lei n.º 244/98, de 8 de agosto. *Diário da República, n.º 182, Série I-A*. Ministério da Administração Interna.

Decreto-lei n.º 251/2002, de 22 de novembro. *Diário da República n.º 270, Série A*. Presidência do Conselho de Ministros.

Decreto-lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro. *Diário da República, n.º 41, 1.ª Série*. Presidência do Conselho de Ministros.

Decreto-lei n.º 4/2001, de 10 de janeiro.

Lei n.º 2/2006, de 17 de abril. *Diário da República, n.º 75, Série I-A*. Assembleia da República.

Lei n.º 23/2007, de 4 de julho. *Diário da República, n.º 127, 1.ª Série*. Assembleia da República.

Lei n.º 29/2012, de 9 de agosto. *Diário da República, n.º 154, 1.ª Série*. Assembleia da República.

Lei n.º 37/2006, de 9 de agosto. *Diário da República, n.º 153, 1.ª Série*. Assembleia da República.

Apêndices

Apêndice 1 - GUIÃO DE ENTREVISTA

Tópicos	Subtópicos	Questões	Objetivos
Trajetória de vida na Roménia	Local de nascimento/Sit. familiar/Sit. profissional...	Gostaria que me comesse por me contar como é que era a sua vida na Roménia, antes de emigrar.	Recolher informações acerca da trajetória social, educativa, profissional e familiar do entrevistado para, posteriormente, caracterizar a amostra.
A decisão de imigrar	Motivos para imigrar	Como é que surgiu a ideia de sair da Roménia e ir viver noutra país?	Compreender se a imigração era um objetivo na vida dos entrevistados ou se se apresentou como uma alternativa.
	A escolha de Portugal	<p>Como é que surgiu a ideia de vir viver para Portugal? <i>Foi imigrante nalgum país/países antes de vir para Portugal? Qual/quais?</i></p> <p>Na Roménia, o que é que conhecia acerca de Portugal? <i>De que modo? Qual era a ideia que tinha do país?</i></p>	<p>Compreender quais as razões que levaram os entrevistados a optarem por Portugal, como país de destino.</p> <p>Conferir o “conhecimento acerca de” (Pais, 2006) Portugal, antes de chegarem ao país.</p>
	A viagem	Como foi a sua viagem para Portugal? <i>Quando e com quem é que veio, pela primeira vez?</i>	Conhecer o processo da saída da Roménia e da viagem para Portugal.

Trajectoria de vida em Portugal	A chegada ao país	Quando veio, ficou logo em Coimbra? Com quem morava? Começou a trabalhar quanto tempo depois de chegar?	Conhecer o contexto de chegada a Portugal para, depois, perceber a evolução da situação dos entrevistados, até à atualidade.
	Local de residência/ Sit. profissional/ Sit. familiar...	Já falámos acerca da sua vida na Roménia e da sua chegada a Portugal. E agora, como é que é a sua vida? <i>Com quem e onde é que reside? Qual é o seu trabalho, atualmente? Alguém da sua família se juntou a si, em Portugal? Como é que ocupa os seus tempos livres?</i>	Recolher informações acerca da situação social, familiar e profissional dos entrevistados na atualidade.
	Dificuldades sentidas e apoios recebidos	Tendo em conta todo o tempo em que já vive em Portugal, quais foram os apoios que teve? E quais foram as maiores dificuldades que sentiu?	Compreender quais são os apoios e as dificuldades, destacados pelos entrevistados, ao longo da sua experiência no país.
Práticas culturais	Comemorações/tradições	Aqui, celebra alguma festa/tradição romena? Qual/quais? Como é que são vividas essas festas/tradições? <i>O que é que é diferente? Há alguma festa que não consiga celebrar? Porquê?</i> <i>Quais são os símbolos da Roménia que são mais importantes para si? (hino, bandeira, figura da cultura, do desporto...)</i>	Compreender quais são e como se adaptam as práticas culturais dos entrevistados, no país de acolhimento, nomeadamente: - saber que tradições celebram e como;
	Uso da gastronomia	Que semelhanças encontra entre a culinária romena e a culinária portuguesa? E que diferenças? <i>Costuma comer e/ou cozinhar pratos típicos da Roménia? Mantém as receitas originais, ou faz adaptações? E pratos típicos portugueses, costuma</i>	- como utilizam a culinária romena e culinária portuguesa no seu quotidiano;

Práticas culturais	Uso da gastronomia	<i>comer ou cozinhar em casa? Quais? Porquê?</i>	
	Práticas Religiosas	<i>A religião é algo importante para si? Quais são os hábitos religiosos que tem cá, em Portugal? São diferentes daqueles que tinha na Roménia? De que modo a vida em Portugal trouxe mudanças na forma como vive a religião?</i>	- conhecer qual a sua religião e de que modo é praticada no país de acolhimento;
	Utilização da língua romena	<i>No seu dia a dia, em que situações a língua romena está presente? Nas conversas com outros imigrantes ou com familiares? em leituras de jornais, livros, revistas? Na utilização da internet ou da televisão?</i>	- saber qual é a utilização prática da língua materna no dia a dia dos entrevistados;
	Utilização da língua portuguesa	<i>Quando é que utiliza a língua portuguesa, no seu dia a dia? Como é que aprendeu a língua portuguesa? Quando veio para Portugal, já conhecia alguma coisa da língua portuguesa? O que foi mais difícil? Encontra semelhanças entre a língua romena e a língua portuguesa? Quais? Em que situações a compreensão da língua é importante na sua vida cá? Já lhe aconteceu querer falar romeno e expressar-se em português, por exemplo?</i>	- saber qual é a importância da língua portuguesa e a utilização que os entrevistados fazem dela;

Contactos com outros romenos	Relações com outros imigrantes	Que tipo de contactos tem com outros imigrantes romenos que vivem em Portugal? <i>São vizinhos? Familiares? Colegas? Amigos? Que atividades fazem em conjunto? Quando? Com que frequência?</i>	Conhecer o tipo de relações que os entrevistados estabelecem com outros cidadãos romenos, em Portugal, e de que modo essas relações influenciam as suas vivências;
	Relações com cidadãos que estão na Roménia	E com as pessoas que estão na Roménia, que contactos mantém? <i>Como e quando é que comunicam? De que assuntos falam?</i>	Conhecer o tipo de relações que os entrevistados mantêm com cidadãos que estão na Roménia e os meios utilizados para o fazerem;
Contactos com a Roménia		Desde que se encontra em Portugal, já foi à Roménia? <i>Quantas vezes e durante quanto tempo? Recordar-se em que alturas? Foi sozinho ou com alguém?</i> Enquanto lá esteve, como é que passou o seu tempo? <i>Aproveitou para falar dos portugueses? O que lhes contou? Procurou saber notícias de Portugal? Como?</i> Quando esteve na Roménia, fez alguma atividade que tenha aprendido aqui, em Portugal? <i>Qual/quais?</i>	Compreender como é que o regresso ao país de origem é vivido pelos entrevistados e de que modo influencia, ou é influenciado, pela experiência migratória;

Relações com os portugueses	Tipo de relações	Desde que está em Portugal, que tipo de relações e contactos tem com os portugueses? <i>São vizinhos? Familiares? Colegas de trabalho? Amigos?</i>	Conhecer o tipo de relações que os entrevistados têm com cidadãos portugueses;
	Características dos portugueses	O que pensa dos portugueses? <i>Quais são, para si, os principais aspetos positivos? E os principais aspetos negativos? Acha que há semelhanças entre os portugueses e os romenos? Quais? E diferenças?</i>	Detetar qual a representação social dos portugueses que os entrevistados indicam;
	Representação dos imigrantes romenos	Como é que acha que os portugueses veem os imigrantes romenos? E como é que acha que o veem, a si?	Compreender qual a imagem que os entrevistados pensam que os cidadãos portugueses têm em relação aos romenos/ ao próprio;
	Imagens do país e dos portugueses	De que modo a sua vida em Portugal o fez mudar a imagem que tinha do país e dos portugueses antes de imigrar? Acha que pode dizer que em Portugal se sente “em casa”? Porquê? Já ponderou, alguma vez, adquirir a nacionalidade portuguesa? Porquê?	Compreender como é que a vida em Portugal produz alterações no modo como é visto o país e a população nacional; Compreender como se sentem os sujeitos no país de acolhimento e qual a importância que tem, ou não, a nacionalidade para si;
Planos para o futuro	Se falarmos acerca do seu futuro, pensa que ele passará por Portugal ou pretende voltar à Roménia ou ir viver noutra país? <i>Se sim, para que país? Daqui a quanto tempo? Durante quanto tempo?</i>	Perceber como é que os entrevistados percecionam o seu futuro e quais os planos gerais que têm para a sua vida;	

Apêndice 2 - GRELHA DE ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Dimensões	Categorias de análise	Subcategorias
<i>Trajetórias de vida</i>	<i>Vida na Roménia</i>	<i>Ocupação profissional</i>
		<i>Situação familiar</i>
	<i>Experiências de Imigração na Europa</i>	
	<i>Chegada a Portugal</i>	
	<i>Dificuldades sentidas em Portugal</i>	
	<i>Apoios recebidos em Portugal</i>	
	<i>Caracterização da vida em Portugal</i>	<i>Ocupação profissional</i>
		<i>Situação familiar</i>
<i>Planos para o futuro</i>		
<i>Práticas culturais dos entrevistados</i>	<i>Festividades e tradições</i>	<i>Feridos comemorados</i>
		<i>Comemoração do Natal</i>
	<i>Símbolos da Roménia</i>	<i>Objetos/ Bens materiais/imateriais</i>
		<i>Personalidades</i>
	<i>Práticas gastronómicas</i>	

	<i>Ocupação dos tempos livres</i>	
	<i>Práticas Religiosas</i>	
<i>Relações com o país de origem</i>	<i>Visitas ao país</i>	
	<i>Utilização da língua</i>	
	<i>Relações com os romenos</i>	
<i>Relações com o país de acolhimento</i>	<i>Imagem de Portugal</i>	
	<i>Autorrepresentação dos romenos, em Portugal</i>	
	<i>Utilização da língua</i>	
	<i>Relações com os portugueses</i>	

Apêndice 3 - CARACTERIZAÇÃO GERAL DA AMOSTRA

N.º entrevista	Identificação na dissertação*	Sexo	Local de nascimento (Cidade, Distrito)	Ano de nascimento	Idade	Ano de chegada a Portugal	Principal Profissão exercida na Roménia	Setor de Atividade(s) Profissional(ais) exercidas em PT	Grau de escolaridade
E1	<i>Sabina</i>	Feminino	Cluj Napoca, Cluj	1980	34	2007	Secretária	Serviços (Limpeza)	E. Secundário
E2	<i>Lucia</i>	Feminino	Busteni, Prahova	1982	32	2008	Auxiliar escolar	Serviços (Limpeza)	E. Secundário
E3	<i>Eric</i>	Masculino	Brasov, Brasov	1976	38	2002	Emp. Restaurante	Construção civil	E. Secundário
E4	<i>Alina</i>	Feminino	Radauti, Suceava	1962	52	2009	Enfermeira	/	E. Superior
E5	<i>Zina</i>	Feminino	Caracal, Olt	1995	19	2004	/	/	E. Secundário
E6	<i>Timotei</i>	Masculino	Bocsa, Caras Severin	1976	38	2001	Motorista	Agricultura- Construção civil	E. Básico
E7	<i>Radu</i>	Masculino	Brasov, Brasov	1973	41	2007	Canalizador	Construção civil	E. Secundário
E8	<i>Luca</i>	Masculino	Suceava, Suceava	1968	48	2009	Canalizador	Construção civil	E. Secundário
E9	<i>Cristian</i>	Masculino	Vascau, Bihor	1985	29	2006	Operário fabril	Restauração - Agricultura	E. Básico

*De modo a preservar a identidade e anonimato dos entrevistados, os seus nomes foram substituídos por nomes fictícios.